

M_{ano}
2012/2013



A Casa Agrícola em Vila Chã e Fajozes

Uma leitura da sua Arquitectura entre o espaço rural e o interior doméstico

Aos meus pais, os pilares

À Dina, pela companhia

À Renata, pelos conselhos

A todos os meus amigos, exemplos que me ajudam a prosseguir

Ao meu orientador, arquitecto Eliseu Gonçalves, e co-orientador, professor doutor Marco Ginoulhiac, pela aprendizagem

Ao professor doutor José Virgílio Borges Pereira, pela disponibilidade e bibliografia aconselhada

A todos os proprietários de Casas Agrícolas e seus familiares, que me abriram as suas casas e me deram a conhecer uma parte da sua vida, do seu lar e da sua história

Ao padre António Orlando Ramos dos Santos, pela amabilidade na cedência de documentos particulares pertencentes à sua família

Agradecimentos	03
Resumo	07
Abstract	09
I. INTRODUÇÃO	11
II. AS CASAS AGRÍCOLAS DE MATOSINHOS, MAIA E VILA DO CONDE	17
1.Os seus elementos comuns e especiais	18
2.Três casas agrícolas como temas estruturantes para a caracterização da Casa Agrícola em Vila Chã e Fajozes. <i>A Casa do Cancela, a Casa do Mendonça e a Casa do Azevedo</i>	27
III. O SEU CONTEXTO	31
1. Contexto geográfico, climático, geológico e produtivo da Faixa Litoral (e em especial da área de Vila do Conde)	32
2. Contexto etnográfico, histórico e cultural. Reflexos no tipo de ocupação e estrutura do território em estudo	38
3. A Casa Agrícola e os sistemas jurídicos de sucessão. Definição da <i>Área das Doações</i>	44
IV. ESTUDO DE CASOS	55
1. <i>A Casa do Cancela</i> e a estrutura agrícola de Vila Chã	57
2. <i>A Casa do Mendonça</i> e os conflitos e tensões entre gerações e a duplicação de espaços	67
3. <i>A Casa do Azevedo</i> e as transformações no espaço doméstico	79
V. CONCLUSÕES PARCELARES	95
1. Os casos de estudo como reconstruções das casas fundacionais	96
2. O modo de vida camponês. Coincidência do espaço de habitar e de produção	100
3. Conquista progressiva do privado. Os espaços de transição e separação entre público e privado	104
VI. NOTAS FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
CRÉDITOS DE IMAGENS	122

Resumo

A presente Dissertação de Mestrado tem como tema central o estudo, tanto ao nível do espaço rural como do interior doméstico, da Casa Agrícola de Vila Chã e Fajozes, freguesias pertencentes ao concelho de Vila do Conde.

Sendo a casa rural caracterizada por VEIGA DE OLIVEIRA e GALHANO como um verdadeiro instrumento agrícola, que se adapta aos diferentes condicionalismos sociais, produtivos, técnicos ou simbólicos, a sua Arquitectura foi estudada tendo-os precisamente em conta. Ora, estas casas apresentam os mesmos elementos, especiais e comuns, que outras de Matosinhos, Maia e Vila do Conde, pertencentes a uma burguesia rural e ainda com datas de construção do mesmo período, entre meados do século XIX a meados do século XX, sendo que muitas delas, incluindo alguns casos de estudo, correspondem a reconstruções de casas fundacionais. Para uma compreensão global destas características, foi necessário: em primeiro lugar, uma caracterização física da faixa litoral, determinante no tipo de produção agrícola da região, e portanto com impacto na Arquitectura da Casa Agrícola; em segundo lugar, um estudo das diferentes dinâmicas de ocupação do solo, em particular dos Romanos, e nos seus reflexos, não só na estrutura do território em estudo, como na própria organização social e costumes que influenciaram o modo de habitar camponês, existindo por isso bastantes similitudes entre a casa dos *casais* romanos e as Casas Agrícolas em estudo; e finalmente, uma análise da ligação entre os numerosos sistemas de transmissão de bens e a humanização da paisagem, sendo que neste território em estudo, pertencente à *Área das Doações* (assim denominado por MOREIRA DA SILVA), a prática generalizada da Doação a

partir de 1897 evitou a pulverização e divisão da propriedade, o que permitiu a manutenção de um determinado *statuo quo* ou poderio económico dos proprietários das Casas Agrícolas Doadas, constituintes de uma classe rural abastada, tendo, por outro lado, consequências ao nível social e mesmo territorial, como aconteceu em Vila Chã.

O estudo de 3 casas permitiu o desenvolvimento de temas fundamentais em diferentes âmbitos: a *Casa do Cancela* na questão territorial, a *Casa do Mendonça* na análise das consequências no espaço doméstico da prática da Doação e a *Casa do Azevedo* como exemplo das transformações que o espaço doméstico sofreu em virtude de modificações no modo de habitar.

Finalmente, após esta análise da Casa Agrícola, retiraram-se dois tipos de conclusões: em relação ao período em análise, conclui-se que a explicação para o facto de muitos casos de estudo serem reconstruções de casas fundacionais se prende com alterações sociais e agrárias; por outro lado, concluiu-se que o modo de habitar e de produção têm consequências no interior doméstico, sendo que em alguns casos de estudo são já visíveis transformações neste espaço no sentido de uma progressiva conquista do privado; como notas finais, e relativamente à atualidade, chega-se à conclusão de que o tipo de produção agro-pecuária e as alterações no modo de habitar se refletiram na Casa Agrícola.

Abstract

This Master's Thesis is focused on the study, both in rural space as at the domestic interior, of the Farm House at Vila Chã and Fajozes, villages that belong to the Vila do Conde county.

Being the rural house characterized by VEIGA DE OLIVEIRA and GALHANO as a true agricultural instrument that adapts to different social, productive, technical or symbolic conditionalism, its architecture was studied taking them into account. Now, these houses have the same elements, special and common, than others at Maia, Matosinhos and Vila do Conde, belonging to a rural bourgeoisie and with construction dates from the same period. This set of characteristics can be better understood after: first, a physical characterization of the coastline, secondly, a study of the different dynamics of land use and finally after the analysis of the link between the numerous systems transmission of goods and the humanization of the landscape. On the other hand, the study of 3 houses allowed an analysis of the issues considered structural for an characterization of the Farm House in the territory under study.

Finally, for the period under review, it is concluded that the explanation for the fact that many case studies are reconstructions of foundational houses relates to social and agrarian change and, on the other side, the conclusion that the mode of living and production have consequences in the home; relatively to the present time, one comes to the conclusion that the type of farming production and changes in the mode of living is reflected in Farm Houses.

Palavras-chave: Casa Agrícola; espaço rural; interior doméstico; burguesia rural; Doação; habitar camponês

I. INTRODUÇÃO

O **tema** desta Dissertação de Mestrado centra-se no estudo das Casas Agrícolas em Vila Chã e Fajozes, do concelho de Vila do Conde. A **motivação** para este tema é, em primeiro lugar, pessoal: cresci em Vila Chã, aldeia da costa litoral norte, numa Casa Agrícola, a *Casa do Manteiro*, movimentando-me entre a classe dos lavradores e suas casas, muitos deles meus parentes, facto que me abriu muitas portas de Casas Agrícolas para a realização desta Dissertação, que de outra forma permaneceriam encerradas. Desde cedo estas relações de parentesco tão intrincadas me suscitaram curiosidade. Por outro lado, a peculiaridade da paisagem rural das aldeias de Vila do Conde, profundamente marcadas pelas Casas Agrícolas e os altos muros de pedra que delimitam as suas propriedades sempre me atraiu. A escolha de Fajozes foi também bastante pessoal, dado que constitui, desde há cerca de oito anos a minha nova residência, localizada junto a um dos aglomerados de Casas Agrícolas desta freguesia, que vejo todos os dias pela janela do quarto, convivendo com o árduo trabalho dos lavradores, que dia e noite trabalham os seus campos. Da mesma forma, o seu apego e orgulho na terra e na casa fizeram-me refletir sobre a necessidade de um tema que interligasse, precisamente, estes factores com a Casa Agrícola, a sua adaptação ao local, às evoluções sociais e agrárias e as possíveis transformações no seu interior doméstico.

Assim, o **objeto de estudo** é constituído por 10 Casas Agrícolas situadas em Vila Chã e em Fajozes. De notar que a própria definição de Casa Agrícola remete para um tipo de conceção que tinha na sua génese uma determinada forma de organização funcional e modo de habitar, que se alterou

profundamente a partir da segunda metade do século XX, como se verá no capítulo das Notas finais. Finalmente, a sua seleção foi feita tendo em conta as relações de proximidade entre elas e ainda as relações de parentesco que unem as várias gerações de famílias que as habitam. Em Vila Chã, à exceção da *Casa do Manteiro*, situada num local de expansão da freguesia, todas as restantes casas pertencem ao mesmo aglomerado rural; em Fajozes, foram escolhidas casas pertencentes a dois aglomerados rurais distintos.

Desta forma, o **objetivo** da presente Dissertação é o estudo do espaço doméstico rural da Casa Agrícola em Vila Chã e Fajozes na perspectiva da análise das dinâmicas de ocupação histórica do solo e das formas de transmissão da terra (sobretudo através da Doação), do tipo de produção agrícola, da sociedade rural (da sua estrutura social e práticas simbólicas) e das mutações na forma de habitar no final do século XIX (surgimento de uma burguesia rural e dos *brasileiros*¹).

Para cumprir o objetivo proposto estruturou-se, em primeiro lugar, a Dissertação de Mestrado em dois livros, permitindo assim maior facilidade de manuseamento. Desta forma, o primeiro livro encontra-se dividido em 4 partes, distribuídas por 5 capítulos: à primeira parte corresponde o Capítulo II, onde, por um lado, se definem os elementos comuns e especiais presentes nas Casas Agrícolas de Matosinhos, Maia e Vila do Conde, e onde se inserem os objetos de estudo, e por outro se indicam os três temas considerados estruturantes para a caracterização destas Casas Agrícolas (a questão territorial,

¹ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

das Doações e das transformações no interior doméstico) através do estudo de três casas; à segunda parte corresponde o Capítulo III, onde se desenvolvem os temas da caracterização física da faixa litoral, e em especial da área de Vila do Conde, a sua contextualização etnográfica, histórica e cultural, de especial importância já que se refletiu no tipo de ocupação e na estrutura do território em estudo, e finalmente na definição da *Área das Doações*, à qual pertencem as Casas Agrícolas analisadas, onde a utilização privilegiada da Doação permitiu a manutenção e indivisibilidade do *Casa*² (casa e património); à terceira parte corresponde o Capítulo IV, onde se desenvolvem os três temas fundamentais já referidos no Capítulo II ; à quarta parte correspondem os Capítulos V e VI, onde se desenvolvem as Conclusões parcelares, relativas à forma como as casas se adaptaram às alterações nos processos produtivos e do modo de vida, que por sua vez introduziram transformações no espaço doméstico, e as Notas finais, relativas ao modo de habitar e processos produtivos atuais, que levaram a que a Casa Agrícola, mais uma vez, se transformasse. Finalmente, o segundo volume é constituído pelos Anexos A, B e C, integrando as fichas dos casos de estudo, documentação vária e ainda um glossário sobre o vocabulário local dos lavradores.

Dado ser a base da presente Dissertação o estudo de 10 Casas Agrícolas, a **metodologia** do trabalho de investigação assentou, por um lado, na recolha de entrevistas aos habitantes das casas para a perceção tanto da forma de habitar atual, das anteriores e das alterações realizadas nas casas, e por outro, pelo

2 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

levantamento arquitetónico destas. Complementarmente, para a compreensão de todos os factores que influenciaram as transformações nestas casas e para a explicação de muitos deles construiu-se uma **base bibliográfica** que se enquadra em diferentes áreas disciplinares, dado que o seu cruzamento com o estudo arquitetónico das casas é fundamental, sendo elas: a Casa Rural, a Casa Burguesa do século XIX, Sociologia, Etnografia e Antropologia, Sociologia Rural e Geografia. Assim, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*³ permitiu não só uma perspectiva geral das Casas Agrícolas de Matosinhos, Maia e Vila do Conde como ainda das suas características comuns e outras especiais; dadas as alterações no interior doméstico se aproximarem, em alguns casos, do modo de vida burguês, *Architectures de la vie privée*⁴ foi fundamental para a compreensão desse mesmo modo de vida, possibilitando uma comparação mais detalhada e realista entre os seus modos de habitar e os da burguesia rural, com reflexos óbvios no seu espaço doméstico; a acção de estímulo económico e reabilitação de muitas Casas Agrícolas decadentes na área do Porto, onde se inclui a área de estudo, é definida em *O “brasileiro” oitocentista e o seu papel social*⁵, ao passo que em *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*,

3 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Porto)

4 ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE-BLANCHARD, Anne, *Architectures de la vie privée: maisons et mentalités: XVII-XIX siècles*. Bruxelles: AAM, 1989

5 ALVES, Jorge Fernandes - *O “brasileiro” oitocentista e o seu papel social*. In *Os Brasileiros- Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento, 1993

*Elementos de teoria e de pesquisa empírica*⁶ e em *Le bal des Célibataires*⁷ é definido o modo de habitar camponês, fulcral na compreensão da razão de ser da forma de conceção das Casas Agrícolas e na sua organização funcional; finalmente, para o entendimento do cruzamento entre as características físicas do território, os sistemas produtivos, os sistemas de transmissão de bens e a humanização da paisagem foi importante *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*⁸.

6 PINTO, José Madureira, *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos, Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento, 1985 (Biblioteca das ciências do homem)

7 BOURDIEU, Pierre, *Le bal des célibataires: Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil, 2002. (Points. Essais). Vol. 477

8 MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983

II. AS CASAS AGRÍCOLAS DE MATOSINHOS, MAIA E VILA DO CONDE

1. Os seus elementos comuns e especiais

As casas estudadas fazem parte de um conjunto de Casas Agrícolas, pertencentes a uma burguesia rural, localizadas em Matosinhos, Maia e Vila do Conde, que, como foi já referido, têm características comuns e cujas datas de construção ou reconstrução correspondem ao período de meados do século XIX a meados do século XX.¹, sendo que, como se verá no Capítulo das Conclusões parcelares, algumas das casas foram construídas no século XVIII.

Desta forma, a sua organização comum é a de *Casa-Bloco*² com dependências agrícolas exteriores organizadas em torno de um *quinteiro*³, que pode ser fechado ou aberto. É em torno deste que se encontra a *eira*⁴ (associada à *Casa da eira*⁵), sempre com boa exposição solar (a sul), o *enchido*⁶ junto dos *aidos*⁷ e as *cabanas*⁸. Finalmente, dada a grande quantidade de milho, era muitas vezes neste espaço central, e junto à *eira*, que se estendiam as *velas*⁹ para secar mais rapidamente todo o

1 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.86 a 102

2 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

3 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

4 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

5 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

6 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

7 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

8 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

9 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

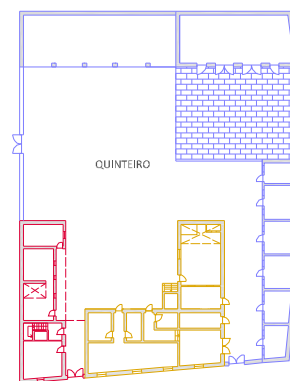


Figura 1. piso térreo da *Casa do Pires*, onde o *quinteiro* é formado por construções de 3 fases distintas. Ver Ficha A10, Anexo A em volume ANEXOS

- 1ª fase: construção de 1756
- 2ª fase: construções de 1906
- 3ª fase: construções de 1941

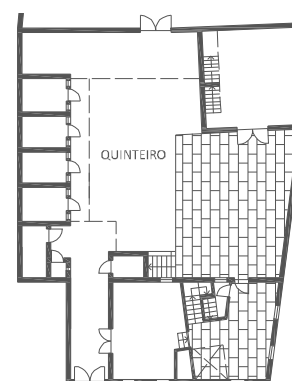


Figura 2. Na *Casa do Marau*, as construções que conformam o *quinteiro* datam todas da mesma época, ou seja, 1922. Ver Ficha A9, Anexo A em volume ANEXOS.

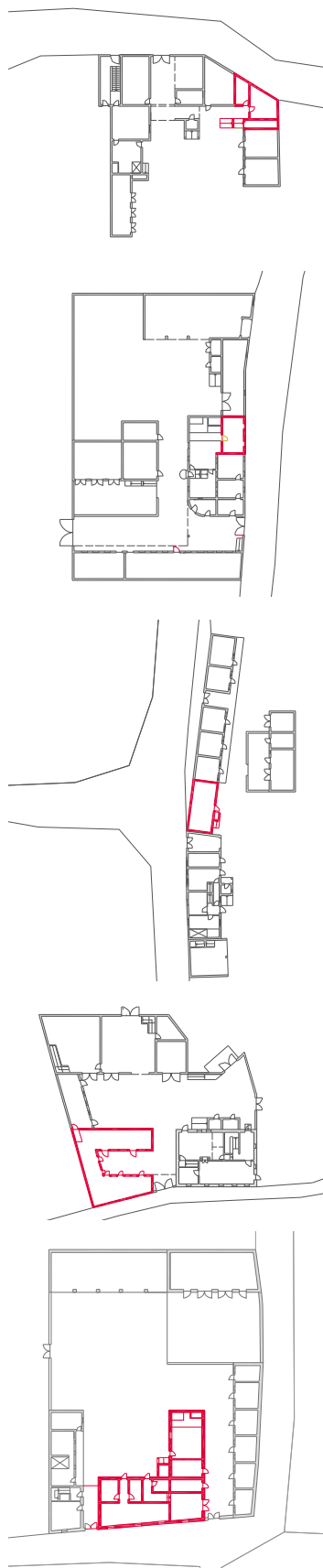


Figura 3. Preexistências das Casas do Grilo, Mendonça, Guilhão e Silveira, Azevedo e Pires, de cima para baixo.

milho. Assim, se existem casos onde o *quinteiro* é fechado em todos os lados por edifícios de datas variadas¹⁰ (Figura 1), outros há que pertencem todos à mesma época, sensivelmente (Figura 2). Mais, a coexistência de todos os tipos de dependências agrícolas (*casa da eira*, *coberto*¹¹ da desfolhada, *aidos* e *adega*) depende, em parte, do nível económico da *Casa*, mas também da sua antiguidade (o facto de ser uma Casa Doadada de geração em geração poderá permitir a manutenção da terra ou ainda a sua acumulação, dependendo do tipo de casamentos que são realizados, potenciando o poder económico da casa e o seu nível produtivo).

Relativamente à implantação, o mais comum é à face de qualquer caminho público ou particular. Analisando as construções anteriores ainda visíveis nas casas estudadas se poderá supor que este tipo de implantação é anterior ao período em estudo¹² (Figura 3). A explicação para este tipo de implantação será sobretudo funcional, pois uma parte do muro de pedra que é utilizado para delimitar a propriedade pode ser aproveitado para a construção da casa, que cresce a partir deste, mas poderá também ser simbólico, dado que a casa é um signo exterior da riqueza da família e da classe social a que pertencem. Inclusivamente, VEIGA DE OLIVEIRA e GALHANO referem que a

10 *Casa do Pires*, onde se manteve a casa de 1756, se construiu uma outra contígua, em 1941, e onde, adaptando-se à evolução na agricultura, se construiu uma *Casa da eira* e *eira* em 1906, sendo as restantes edificações – *aidos* e *coberto* da desfolhada – provavelmente da mesma época, organizados em torno do *quinteiro*

11 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

12 Conforme se pode concluir a partir das preexistências da *Casa do Grilo* (ficha A1), *Casa do Mendonça* (ficha A2), *Casa do Guilhão* (ficha A5), *Casa do Azevedo* (ficha A7) e *Casa do Pires* (ficha A10), Anexo A em volume ANEXOS, todas implantadas à face do caminho e paralelas a este

diferença na utilização de materiais para a construção das casas dos lavradores e dos pescadores, nas áreas piscatórias, poderá ser mais cultural do que técnica:

cada um daqueles casos [casa de lavoura e casa de pescador] corresponde a conceitos diferentes, próprios de duas categorias também diferentes de pessoas: a casa de pedra, estável, como a casa de lavrador; a de madeira – como o barco – , para o pescador e o cabaneiro pobre, que se acomodavam com uma construção improvisada, incerta e provisória – quase volante – como as suas vidas .¹³

Dos casos apresentados fazem parte deste tipo de implantação, à face e paralela, a *Casa do Mendonça*, a *Casa do Guilhão e Silveira*, a *Casa do Narciso*, a *Casa do Azevedo* e a *Casa do Marau*¹⁴ (Figura 4). No entanto, existem exceções a este tipo de implantação e que se prendem tanto com motivos funcionais como com o tipo de organização da casa. A *Casa do Manteiro* está isolada na propriedade e afastada em relação à rua, porque existe um *lameiro*¹⁵ que acompanha grande parte do caminho e que impossibilitaria a construção da casa nesse terreno (Figura 5). Outras casas estão implantadas à face do caminho tendo anexado um corpo perpendicular à fachada da rua, geralmente apenas com piso térreo, e onde normalmente se encontra a cozinha e

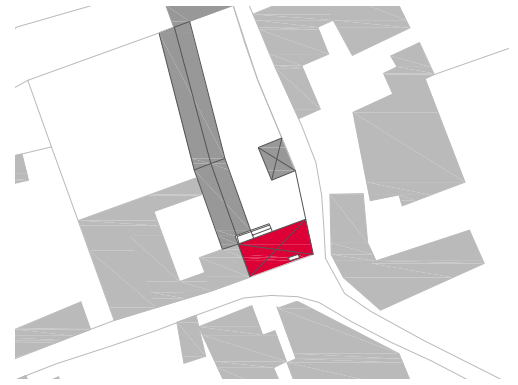


Figura 4. A Casa do Marau como exemplo da implantação do tipo à face e paralela.

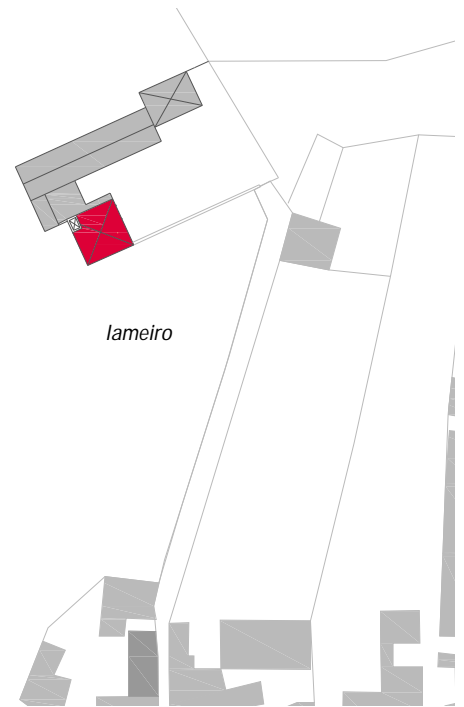


Figura 5. A Casa do Manteiro como exemplo da implantação do tipo isolado.

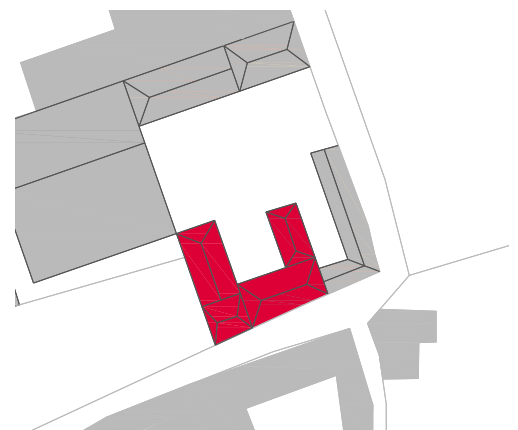


Figura 6. A Casa do Pires como exemplo da implantação do tipo à face + corpo perpendicular

¹³ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *A Apanha do Sargaço no Norte de Portugal*. Porto: Porto Instituto de Antropologia, 1958, pag.79 cit. por VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa* . 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.15

¹⁴ Ver ficha A2 (*Casa do Mendonça*), ficha A5 (*Casa do Guilhão e Silveira*), ficha A4 (*Casa do Narciso*), ficha A7 (*Casa do Azevedo*), ficha A9 (*Casa do Marau*), Anexo A em volume ANEXOS

¹⁵ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS



Figura 7. A fachada simples e lisa da *Casa do Inácio*, em Vila Chã.



Figura 8. Inscrição no portal quadrangular de entrada da *Casa do Azevedo*, em Vila Chã.

outras dependências, como a adega ou a *salgadeira*¹⁶. São os casos da *Casa do Grilo*, *Casa do Cancela* e *Casa do Pires*¹⁷, ao qual se apelidou de tipo *à face+ corpo perpendicular*¹⁸ (Figura 6).

A fachada da rua é geralmente lisa, simples, de rés do chão e andar sobradado, o que está relacionado com o facto do subsolo nesta região ser abundante em xisto e granito; estas fachadas têm, normalmente, poucos elementos decorativos, o que VEIGA DE OLIVEIRA e GALHANO descrevem como um “[...] *neoclassicismo rústico cuja sobriedade rude vai a par com uma beleza de linhas que realça a nobreza severa da pedra [...]*”¹⁹. De facto, a decoração na maioria das fachadas é apenas pontual (Figura 7): as aberturas do piso térreo são *postigos*²⁰, as restantes aberturas são janelas, sendo que tanto uns como os outros têm alizares de pedra em volta, que em alguns casos podem estar decorados com alguma peça em pedra trabalhada e geralmente os portais de entrada têm na padieira a inscrição com a data da casa e as iniciais do seu proprietário (Figura 8). De entre os casos em análise, as *Casas do Silveira*, do *Grilo*, do *Azevedo* e do *Manteiro* têm elementos decorativos que as diferenciam das restantes e que fogem à simplicidade geral.

16 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

17 Ver ficha A1 (*Casa do Grilo*), ficha A3 (*Casa do Cancela*) e ficha A10 (*Casa do Pires*), Anexo A em volume ANEXOS

18 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

19 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.32

20 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

As *Casas do Silveira* (Figura 9) e do *Grilo* (Figura 10) foram construídas por *brasileiros*, facto que introduziu novos elementos e alterações, e não só ao nível da fachada, como adiante se verá. ALVES classifica o *retorno de conservantismo*²¹ como aquele que mais contribuiu para o desenvolvimento das Casas Agrícolas no Porto, já que quem emigrava fazia-o na esperança de que esta situação durasse poucos anos, de forma que pudesse retomar a sua atividade anterior à emigração, sem o intuito, no entanto, de introduzir alterações significativas no processo produtivo, mas agora com maiores possibilidades económicas²². Assim, para além das características comuns das fachadas já referidas, nestas duas casas as cornijas da fachada são trabalhadas com linhas simples, sendo que junto à cobertura suportam um telhão de grandes dimensões; os cunhais são de pedra bem talhada e com cerca de trinta centímetros de largura; a divisão de piso é marcada na fachada através de um perfil de pedra, com cerca de dez centímetros de altura, e que atravessa na horizontal toda a fachada. Na *Casa do Grilo*, na continuidade deste perfil de pedra e da cornija do primeiro piso surgem duas pequenas sacadas ornamentadas por uma guarda de ferro forjado de motivos decorativos variados; enquanto que à sacada do primeiro piso corresponde uma porta com alizar e entablamento em pedra, e cuja bandeira é decorada com vidros de motivos geométricos e coloridos



Figura 9. Fachada da *Casa do Silveira*, em Fajozes



Figura 10. Fachada da *Casa do Grilo*, em Fajozes

²¹ O *retorno de conservantismo* é característico daqueles emigrantes que pretendem regressar para um estabelecimento próprio, tendo sempre mantido os comportamentos tradicionais de origem, segundo ALVES, Jorge Fernandes - *O "brasileiro" oitocentista e o seu papel social*. In *Os Brasileiros- Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento, 1993, p.259

²² idem, p.262



Figura 11. Fachada de casa de *brasileiro* rural na rua Fundo de Vila, em Vila Chã.



Figura 12. Fachada de casa de *brasileiro* rural na rua da Fonte, em Mindelo

(esta sacada corresponde à *sala do compasso*²³), a segunda sacada, do piso recuado, é mais simples. Ora, esta fachada da *Casa do Grilo* poderá ser uma variante da *casa de brasileiro rural* adaptada à atividade agrícola e descrita por ALVES:

[...] Olhamos à esquerda e à direita, em frente ou para trás, e, ao perto ou ao longe, lá está a casa do século passado, com três grandes janelas (quase sempre góticas) no primeiro andar (uma com sacada ou varanda), com duas janelas e porta central no rés-do-chão, rodeada de vinhas e cercada de muros altos, com o seu portal de ferro encimado por uma inscrição, com a data de construção, às vezes também as abreviaturas do proprietário. De tão frequentes banalizam-se à nossa vista [...] ²⁴.

A diferença mais significativa na fachada entre as casas de *brasileiros* com e sem atividade agrícola corresponde à existência de *postigos* no piso térreo no primeiro caso e a existência de janelas iguais às do piso ou pisos superiores no segundo caso. Dito isto, existem vários exemplares do tipo de casa de *brasileiro* rural (sem atividade agrícola), que podem servir de comparação, embora cada um introduza algum elemento especial: na rua Fundo de Vila (onde se situam dois casos de estudo) existe uma casa de *brasileiro* rural, embora esteja afastada da rua cerca de dois metros (Figura 11), e em Mindelo, na rua da Fonte junto à Igreja, existe outro exemplar, este implantado à face da rua (Figura 12). Na *Casa do Silveira*, os compartimentos mais

23 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

24 ALVES, Jorge Fernandes - O “brasileiro” oitocentista e o seu papel social. In *Os Brasileiros- Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento, 1993, p.268 e 269

importantes do andar sobradado da casa são diferenciados e delimitados na fachada: enquanto que às duas primeiras janelas (cujo vidro tem motivos geométricos e de cor colorida), separadas das restantes três janelas similares por um perfil de pedra vertical, corresponde a *sala do compasso*, a estas três últimas corresponderia uma sala, que devido ao seu uso indefinido é apelidada pelos habitantes da casa como *sala do meio*, por se encontrar praticamente a meio da casa. O uso de vidros coloridos seria, à data, usado normalmente e apenas por *brasileiros*, predominando o verde e amarelo, as cores da bandeira brasileira e precisamente as cores dominantes nas janelas destas duas casas. A *Casa do Azevedo* (Figura 13) acompanha estas duas casas em determinadas características da fachada, como os cunhais com pedra trabalhada e a cornija saliente suportando um telhão (características também das casas burguesas do Porto), mas acrescenta, tal como acontece na *Casa do Manteiro* (Figura 14), um elemento especial: o aproveitamento das águas furtadas e a complexidade da cobertura pela existência de mirantes em todas as águas (existentes também nas casas burguesas do Porto).

Outro elemento comum entre estas Casas Agrícolas é o acesso ao *quinteiro* feito através de portais na fachada da rua, com alizares de pedra talhados de forma simples, de dois tipos de forma e localização: quadrangulares²⁵ ou em arco; os primeiros poderiam estar num *alpendre*²⁶ anexo à casa ou sob



Figura 13. Fachada da *Casa do Azevedo*, em Vila Chã



Figura 14. mirantes na *Casa do Manteiro*, em Vila Chã



Figura 15. Espelho e batente no portal quadrangular de entrada da *Casa do Azevedo*, em Vila Chã

²⁵ Atualmente a sua forma é rectangular já que os lavradores tiveram de aumentar a sua largura, de sensivelmente 2 metros e adaptada ao carro de bois, para 3 metros, adaptada ao trator agrícola.

²⁶ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS



Figura 16. Portal de entrada e bancos da *Casa do Inácio*, em Vila Chã



Figura 17. Portal em arco da *Casa do Mendonça*, em Fajozes



Figura 18. Portal de passagem em arco, na *Casa do Grilo*, em Fajozes

o andar da casa, enquanto que os portais em arco encontram-se geralmente sob a casa ou mesmo no seu interior. Nos casos analisados podemos, amiúde, encontrar os portais em arco de acesso à casa, e também pelos vários aglomerados de casas de lavradores dispersos pelas freguesias e lugares de Vila do Conde; como já se referiu, é muitas vezes nos portais que os lavradores encontram um local adequado à colocação de motivos decorativos: nas padieiras existem sempre inscrições com a data de construção ou ampliação da casa e as iniciais do proprietário que as mandou fazer, algumas vezes acompanhadas de motivos decorativos trabalhados em pedra; as portas robustas são de madeira e os batentes constituem, na maior parte das vezes, motivo para a colocação de decoração (Figura 15).²⁷ De notar que apenas no caso da *Casa do Inácio*, associados ao *alpendre* de entrada, estão dois bancos de pedra, um de cada lado, toscamente talhados (Figura 16). Os únicos casos de portais em arco surgem na *Casa do Mendonça*, na fachada da casa (Figura 17), e nas *Casas do Cancela* e do *Grilo*, a embelezar os portais de passagem sob a casa e outros de transição para o *quinteiro* (Figura 18). Relativamente à antiguidade destes portais vestibulares quadrangulares e mesmo dos em arco, estes existiriam na região de Matosinhos, Maia e Vila do Conde, pelo

²⁷ Em algumas casas, os batentes continham datas, que não batiam certo com as da padieira. Tais são os casos da *Casa do Marau* (na padieira surge a data de 1922 e no batente a data de 1903) e na *Casa do Grilo* (na padieira da porta de acesso secundária surge a data de 1863 e no batente a de 1858); associados aos batentes surgem espelhos, em ferro forjado, e com variados motivos relacionados com a atividade agrícola – como galos, galinhas, etc – outros motivos- como estrelas- e motivos político/religiosos – as quinas, que estavam presentes na bandeira da Monarquia- .

menos, já na segunda metade do século XVIII²⁸, sendo que o arco é de tradição antiga na região, surgindo em portais joaninos setecentistas, monumentais ou de aparato, de igrejas e casas de feição solarenga²⁹. O arco, no entanto, não introduz nenhuma mais- valia funcional no acesso ao *quinteiro*, já que:

*[...] o seu aparecimento encontra porventura explicação na difusão da casa grande de lavoura, de feição burguesa, a que ele se ajusta e onde existe de facto, e que corresponde à possível definição e progressos de uma classe rural abastada, de gostos aburguesados, que teve talvez lugar nessa mesma ocasião [...]*³⁰,

a que correspondem precisamente as Casas Agrícolas Doadas em estudo, ou seja, o seu uso tem por base o gosto de ostentação e emulação que tanta importância tem entre as classes populares. Pela pouca quantidade de casos analisados não é possível afirmar com segurança a relação direta entre a utilização do arco e o elevado nível económico da *Casa* e que funcionaria como signo distintivo desse mesmo poder relativamente às restantes; apesar disso, é essa a hipótese que VEIGA DE OLIVEIRA e GALHANO defendem, considerando que *"[...] embora não se possa considerar elemento definitivo desse tipo de casa, pode dizer-se que o arco aparece apenas aí (casas de certo vulto e maiores que as outras), como portal de fachada ou mesmo de coberto, simples ou vestibular."*³¹

28 Segundo VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa* . 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.94

29 idem ,p.94

30 idem, p.95

31 idem, p.93

2. Três casas agrícolas como temas estruturantes para a caracterização da Casa Agrícola em Vila Chã e Fajozes. A Casa do Cancela, a Casa do Mendonça e a Casa do Azevedo

Cada uma das três casas escolhidas entre os 10 casos de estudo permitem o desenvolvimento de questões estruturantes na definição da Casa Agrícola em Vila Chã e em Fajozes, tendo-se considerado pertinente um breve resumo dessas mesmas questões no seguimento da caracterização geral destas Casas Agrícolas, já realizado; além disso, estes temas serão mais desenvolvidos no capítulo IV.

A *Casa do Cancela*³² constitui um exemplo da forma como a Casa Agrícola se adapta tanto ao sítio como às necessidades técnicas da produção do milho (o que é transversal a todos os outros casos) mas também de variações na organização funcional mais comum nestas casas: é o único exemplo de coexistência, no piso superior da casa, de compartimentos agrícolas e de serviço com a área de pernoitar e cerimónias da casa, embora claramente separadas, e é também especial na distribuição dos *aidos* em três blocos distintos (onde uma parte de um deles comunica com a cozinha). Mas o tema mais importante que esta Casa (não enquanto construção, mas como lugar representativo e simbólico da família e da sua perpetuação através da propriedade) levanta é territorial: a sua muito provável antiguidade secular será consequência do apego à terra destes lavradores mas também dos sistemas de transmissão de bens utilizados. Esta, como outras, é um “[...] elemento em mutação progressiva em relação ao âmbito sociocultural

32 Ver ficha A3 (*Casa do Cancela*), Anexo A em volume ANEXOS

*e económico de uma população, [e] se comporta assim como um elemento vivo da paisagem agrária das Planícies e Colinas Minhotas.*³³.

*“[...] O agricultor, ainda mesmo aquele que vive rico ou remediado, não gosta de construir; prefere ir adaptando a sua velha morada, modificá-la ou acrescentá-la, a edificar desde os alicerces.”*³⁴.

Esta citação de TABORDA refere-se a um dos temas introduzidos pela *Casa do Mendonça*³⁵, exemplo destas contínuas modificações na casa e que foram sendo introduzidas sensivelmente entre 1868 e 1887, sendo que esta também demonstra como o sistema de Doações pode ter implicações na própria organização da casa, constituindo um pretexto para a análise dos reflexos deste sistema nas relações de convivência entre as pessoas que a habitam e nas suas consequências no interior doméstico.

Finalmente, a *Casa do Azevedo*³⁶ é um exemplo das transformações da Casa Agrícola, neste caso no sentido do distanciamento em relação aos animais, tornando os *aidos* independentes e excluindo-os do piso térreo, ao mesmo tempo que a importância dos compartimentos agrícolas dentro da casa parece ter diminuído, em detrimento de uma maior compartimentação e mais espaços destinados à

33 MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais-Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983

34 TABORDA, Virgílio, *Alto Trás-os-Montes, estudo geográfico*. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1987 cit. por DOMINGUES, Álvaro, *Vida no campo*. Porto: Dafne editora, 2012 (Equações de Arquitectura), p.199

35 Ver ficha A2 (*Casa do Mendonça*), Anexo A em volume ANEXOS

36 Ver ficha A7 (*Casa do Azevedo*), Anexo A em volume ANEXOS

família. Por isso, e apesar de o modo de vida dos lavradores se ter caracterizado sempre pela coincidência entre o espaço de trabalho e o de habitar na casa, este poderá ter sofrido transformações no sentido da autonomização progressiva do espaço de trabalho em relação ao espaço doméstico.

III. O SEU CONTEXTO



Figura 20. Cartografia militar de Vila do Conde, assinalando-se Vila Chã e Fajozes

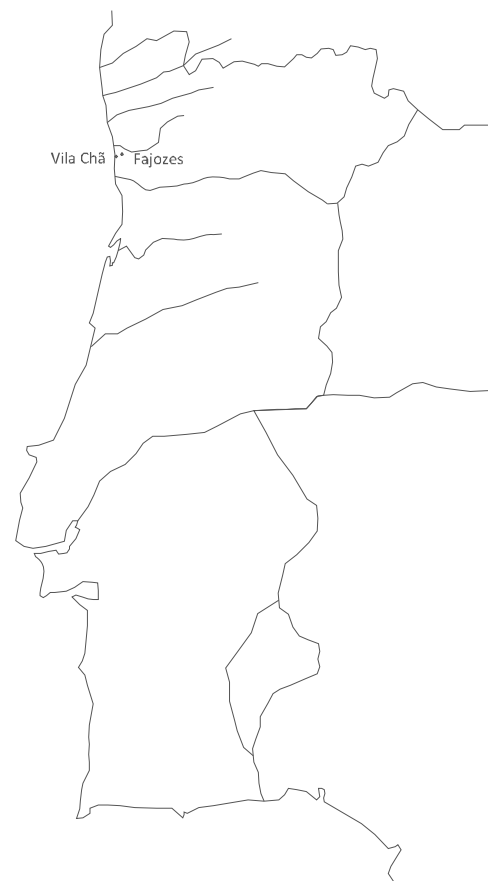


Figura 19. Mapa de Portugal com as áreas de estudo assinaladas.

1. Contexto geográfico, climático, geológico e produtivo da Faixa Litoral (e em especial da área de Vila do Conde)

A singular situação geográfica, o desenvolvimento de um litoral acessível, a natureza arável de parte do solo, permitem, nos primeiros tempos da História, simultaneamente um entrecruzar de influências múltiplas e passageiras e a fixação [...] de culturas exogéneas que moldaram e transformaram certas zonas [...] ¹

Ora, a área em estudo corresponde precisamente a uma destas zonas caracterizadas nesta citação de FERREIRA (Figuras 19 e 20). Por outro lado, sendo a Casa Agrícola (e a casa rural



Figura 21. Faixa arenosa, em Vila Chã

¹ FERREIRA, Alfredo Durão de Matos, *Aspectos da Organização do espaço Português*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1995, p.21

em geral) determinada, em grande parte, pelos factores do meio geográfico mas também por factores culturais, que muitas vezes se sobrepõem aos primeiros, é fundamental uma caracterização física da faixa litoral, que por sua vez determina o tipo de produção agrícola da região.

O litoral português norte corresponde a uma faixa no sentido norte-sul contínua espacialmente e apenas interrompida pelos vales e numerosos rios, nomeadamente o Minho, o Lima, o Cávado, o Ave e o Douro; por outro lado, o desenho da costa litoral varia entre a falésia e o espraiado de areais e dunas, com uma grande continuidade espacial, a uma cota pouco elevada; por isso, a sua principal característica é a sua grande penetrabilidade, o que permitiu, precisamente, a entrada e fixação de vários povos: exemplo disso foram as culturas fenícias que se desenvolveram em aglomerados defensivos protegidos pelo relevo, já que se situavam nas zonas de cota mais elevada, protegidas pelos relevos acentuados a poucas centenas de metros da faixa arenosa. Em Vila do Conde pode-se distinguir a faixa arenosa da parte interior do concelho: a faixa arenosa é constituída por dunas e algumas manchas dispersas de bravio (geralmente pinheiros) (Figura 21) mas também pelos campos em *masseira*². Segundo MOREIRA DA SILVA, o que levou à sua criação foi “ [...] *um interior de solos ricos, mas de elevada densidade populacional, e um solo arenoso habitado por gente do mar, que a fome levou a transformar, de forma engenhosa, a paisagem dunar*

² Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

numa de intensa actividade agrícola."³. Efetivamente, até à primeira metade da década de 60, as gentes do litoral de Vila Chã até Árvore viviam da pesca, da apanha do sargaço e em simultâneo da exploração agrícola dos campos em *gamela*. A partir dos 1000 a 1500 metros da linha de costa a paisagem (e o solo) alteram-se: as manchas de bravio (pinheiro e eucalipto), de extensão significativa, alternam com áreas de lavradio, conferindo ao solo uma elevada rentabilidade⁴. Relativamente aos aspetos climatéricos, o norte é húmido, embora as condições de latitude e a corrente do Golfo lhe confirmam uma grande amenidade, razão pela qual a fixação populacional é mais estável e fácil⁵. De facto, a ação moderadora do oceano, a geada pouco frequente e os nevoeiros (principalmente nos meses de Verão) fazem com que as culturas não necessitem tanto de água como, por exemplo, na região Minhota. Ao nível da vegetação, o revestimento mais característico da faixa húmida litoral é a grande mancha arbórea (pinheiro e eucalipto), que limita o horizonte e cria uma apropriação visual do território de difícil legibilidade, iniciando a rarefazer-se a partir de certa altitude em direção ao interior do território⁶. A faixa arenosa já descrita “[...] possui um povoamento vegetal com touças isoladas de tojo asnel, trovisco e espécies próprias tais como a cebola albarrã, a luzerna das praias, os mióporos e as

3 MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983, p.62

4 idem, p.61

5 FERREIRA, Alfredo Durão de Matos, *Aspectos da Organização do espaço Português*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1995, p.35

6 idem, p.35



Figura 22. Mapa geológico português

canas.”⁷. Em termos geológicos, a área da costa portuguesa está integrada no soco de xisto e granito (Figura 22), que ocupa a costa portuguesa, até ao sul do Douro e que recua para o interior a partir deste ponto, tendo como limite a zona de Beja⁸.

Em Vila Chã, dada a sua localização junto à costa atlântica, a cultura é do tipo agro- marítima, já que são utilizados elementos marítimos (como o *pilado*⁹ e o sargaço) como fertilizantes; este tipo de exploração das algas marinhas começou por desenvolver-se na costa norte e a norte do rio Douro, já que esta parte da costa é recortada por vários afloramentos rochosos que retêm uma grande variedade de algas, que podem ser facilmente recolhidas porque os ventos fortes transportam-nas para a praia. Além disso, a existência de azoto, ácido fosfórico, potássio e cálcio nestas algas, e que se tornam três vezes mais fortes durante o processo de secagem, faz com que sejam um valioso fertilizante na região em estudo¹⁰. Segundo COLE, a exploração dos recursos marinhos em Vila Chã, por parte dos lavradores, que tinham pequenos barcos utilizados para a recolha destas algas, revelara-se importante desde o século XVIII, embora apenas tenha começado a desenvolver-se como prática pesqueira em meados do século XIX, como consequência do sistema de Doação

7 MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983, p.61

8 FERREIRA, Alfredo Durão de Matos, *Aspectos da Organização do espaço Português*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1995, p.36

9 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

10 COLE, Sally, *Mulheres da Praia: O trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa*. 1ª edição. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1994. (Portugal de Perto). Vol.31, p.34

que criava desigualdades sociais e económicas mas também consolidava a posse da propriedade, por parte dos lavradores, o que originou uma maior produtividade agrícola e a necessidade de mais fertilizantes, maiores do que aquelas que os lavradores conseguiam produzir (através dos animais ou pela sua própria pesca nos seus barcos). Depois de 1880, aquando da fixação das pessoas nas dunas e a criação dos campos em *masseira*, as necessidades de fertilizante para os campos aumentaram ainda mais e por isso a intensificação do cultivo (por parte dos lavradores e da população que se fixou na costa litoral) criou um mercado comercial de fertilizantes feitos a partir de algas (Figuras 23 e 24); era uma produção familiar de pesca de algas e *pilado* e de pesca à linha, sendo que até 1940 eram os lavradores os donos das embarcações e também quem dirigia a pesca do *pilado*. Ora, esta situação alterou-se após esta década, coincidindo com o início da Segunda Guerra Mundial, devido ao aumento da emigração masculina, ao recrutamento dos homens para a pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova e ainda pelo início da utilização de adubos químicos pelos lavradores ¹¹.

Quanto ao tipo de produção agrícola, Vila Chã e Fajozes praticam policultura intensiva, de cereal, pastos, horticultura e vinha de ramada nas mesmas terras, predominando o cultivo do “milho graúdo”, o que se traduz num trabalho permanente nos campos (de fertilização, rega, estrumações, *cavas*¹², *sachas*¹³,



Figura 23. pescadores na praia de Vila Chã

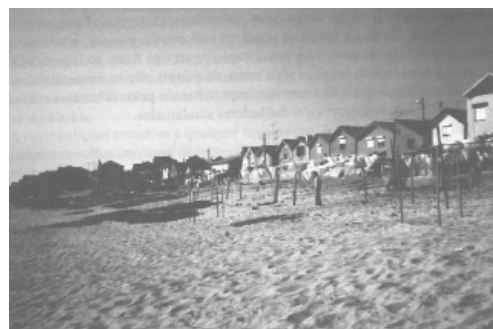


Figura 24. Casa de pescador. Algas a secar na praia, em Vila Chã

11 COLE, Sally, *Mulheres da Praia: O trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa*. 1ª edição. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1994. (Portugal de Perto). Vol. 31, p.38

12 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

13 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

*mondas*¹⁴, entre outros) em áreas cultivadas que se situam no meio das matas e dos pinheiros, revestidas de *tojo*¹⁵ e outras espécies de sub - vegetação e que constituem o adubo do milho. Como adiante veremos, a introdução deste novo cereal trará alterações a nível das técnicas produtivas e da própria Casa Agrícola desta região que a elas se irá adaptar. Por outro lado, as razões para a sua expansão extremamente rápida no Noroeste foram:

*[...]o gado grosso, que fornecia estrume e trabalho, população densa, que assegurava a mão de obra e estimulava, pelas necessidades de consumo, a produção; a prática usual da rega dos prados e linhares onde, durante os meses de Verão, se poderá intercalar a nova cultura.*¹⁶

Por isso se compreende que na primeira metade do século XVII, este fosse o mantimento mais comum entre a gente do Minho e da maior parte da Beira. Por sua vez, a cultura da batata foi introduzida no Noroeste continental em finais do século XVIII e a sua consolidação entre estas gentes ficou garantida graças à sua fácil introdução no sistema de cultura de campo-prado e regadio do milho. De facto, a conjugação desta nova cultura com a maior riqueza do país *“[...] vai permitir um notável incremento da construção, tanto rural, como urbana. E, ao mesmo tempo que se inicia a imigração, vamos poder exportar*

14 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

15 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

16 RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Herman, DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal: a vida económica e social*. 1ª edição. Lisboa: João Sá da Costa, 1987. Vol.4, p.1005

para o Brasil, uma arquitectura de rara unidade."¹⁷. Finalmente, estas melhorias na agricultura tiraram a fome ao povo e a população prosperou, multiplicando-se; a par do crescimento e opulência dos grandes complexos de lavoura pertencentes quer à nobreza, quer aos mosteiros, quer ainda às famílias de cultivadores que mantiveram as suas parcelas de cultivo sendo *foreiros* por muitas gerações (cada prazo era feito por três vidas, sendo renovado sucessivamente), sugeriram novas unidades de lavoura, que acolhiam as famílias mais pobres deste sistema hierárquico.

2. Contexto etnográfico, histórico e cultural. Reflexos no tipo de ocupação e estrutura do território em estudo

*Para se compreender pois a história subsequente desta região, é indispensável o estudo da situação dos habitantes sobretudo no domínio de Roma; os povos germânicos, que o destruíram, vencedores pelas armas, foram vencidos pela civilização com que se defrontaram; os romanos, pelo contrário por meio das suas instituições que impuseram aos vencidos, romanizaram-nos, como se costuma dizer; a germanização atacou apenas a superfície; a romanização foi pelo contrário uma completa absorção, formando-se sob o seu influxo a definitiva organização social, os costumes e a própria língua-transformação profunda com tantas faces, com a mesma vida.*¹⁸

Esta citação de SAMPAIO revela que a organização social, os costumes e a língua foram bastante influenciados e de alguma

¹⁷ FERREIRA, Alfredo Durão de Matos, *Aspectos da Organização do espaço Português*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1995, p.27

¹⁸ SAMPAIO, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos: Vilas do Norte de Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Edições Vega, 1979. Vol 1, p.12

forma determinados pelas várias civilizações que por esta região passaram e se instalaram, e por isso é indispensável o seu estudo, realizado aqui de forma cronológica.

Antes da chegada dos Romanos, o território do Noroeste peninsular estava organizado por *cidades*¹⁹. Estes povos praticavam uma agricultura pouco desenvolvida (predominando a criação de gados nos vales fundos e nas terras húmidas) e coletiva, constituída sobretudo por prados para pastagens.

Os Romanos, após a conquista, organizaram a Hispânia Tarraconense em *Conventus*, para facilitar o governo e a divisão jurídico-administrativa, aproveitando a divisão étnica produzida precisamente pelos povos das *cidades*, e assim

[...] os habitantes das cidades abandonaram lentamente a sua maneira social e receberam a romanização [...], que lhes ensinaram a língua latina, a arte de cultura sistemática, o modo de demarcar os campos, os seus costumes agrários, a sua jurisprudência e enfim toda a sua civilização.²⁰

Desta forma, os fragmentos dos territórios das *cidades* foram chamados de *villa*²¹, palavra que denominava, inicialmente, apenas a vivenda do *dominus*²², mas que depois

19 pequenos povos com organização política autónoma que cobriam toda a península

20 SAMPAIO, Alberto , *Estudos Históricas e Económicos: Vilas do Norte de Portugal* . 1ª edição. Lisboa: Edições Vega,1979. Vol 1, p.36

21 explorações agrárias de grande dimensão e ocupados pelos seus chefes, dos quais o fisco romano recebia diretamente o imposto e aos quais chamaram de *dominus*.

22 senhor do solo

passou a compreender, na Itália, na Gália e na Hispânia, tudo quanto continha o prédio rústico (habitações do proprietário e dos trabalhadores, os estábulos, celeiros e todos os terrenos)²³, entre as quais se destacava a *villa urbana*²⁴; unidos a esta construção estavam a *villa rustica*²⁵, a *fructaria*²⁶ e dispersas por todo o prédio as *casae*²⁷ dos cultivadores nas parcelas respectivas, dispostas em grupos ou isoladas²⁸. É interessante notar que, segundo SAMPAIO, os compartimentos principais da habitação rústica que se construíram na época romana se mantiveram na conceção das casas rurais, pelo menos nos seus pontos fundamentais: a parte mais importante era a cozinha (*culina, cocina*), térrea e sem chaminé, que servia ao mesmo tempo de *atrium*; a casa estava também organizada em torno de um pátio central ao qual chamaram, conforme as localidades, *eido* ou *aido* (de *aditus*), *eirado* (de eira), *quinteiro* (de *quintarius*), *rua* (de *ruga*), sendo composto pelas *cortes*²⁹ (de *chors, chorstis*), onde alojaram os animais, pela *cella vinária*, onde armazenaram as *cubas*³⁰ de vinho, e pelo *alpendre* (*ad*

23 SAMPAIO, Alberto , *Estudos Históricos e Económicos: Vilas do Norte de Portugal* . 1ª edição. Lisboa: Edições Vega,1979. Vol 1, p.39

24 residência usual ou temporária do *dominus*

25 Construção onde se alojavam os servos e os animais

26 Construção onde se guardavam os produtos agrícolas

27 Construção onde viviam os cultivadores, de classe serva ou não

28 *idem*, p.67

29 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

30 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

pendulum), associado à *eira*, e onde protegiam os cereais dos chuviros de Verão ou dos orvalhos da madrugada³¹. Além disso, o sistema cultural manteve-se inalterado, sendo ainda o mesmo nas Casas Agrícolas: as áreas agrícolas foram divididas em dois tipos, bravio e lavradio, aproveitando as áreas de vegetação espontânea para a pastagem ou para o fornecimento de madeira para as construções e usos domésticos; cada parcela tinha também a *cortinha*³², associada à *casae*, as *glebas*³³ destinadas à horticultura e os *lameiros* para alimentar o gado³⁴. Derrotados os Romanos, seguiram-se os Suevos e depois os Visigodos, mas como eram inferiores moralmente aos romanizados, mantiveram a estrutura social e agrária, fundindo-se nela.

Após a Reconquista cristã, as *villas* foram fragmentadas em sub-unidades de cultura (séc. X-XI), denominadas *casales*, *quintanas* ou *quintas*. Destas, as mais comuns eram os *casale*, de grandezas muito variadas, sendo que alguns já pertenciam a gente da classe nobilitada³⁵; além disso, estes *casais* continham terrenos variados, provavelmente de todas as produções que havia nas *villas*. Por outro lado, à medida que se decompunham as *villas*, as pequenas igrejas rurais adquiriram cada vez mais importância: as Doações tornaram-se importantes e as igrejas e os pequenos conventos transformaram-se em ricos proprietários, herdando

31 SAMPAIO, Alberto , *Estudos Históricos e Económicos: Vilas do Norte de Portugal* . 1ª edição. Lisboa: Edições Vega, 1979. Vol 1, p.77 e 78

32 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

33 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

34 idem, p.82 e 83

35 idem, p.71

a soberania moral do *dominus* e dirigindo espiritualmente os lavradores das parcelas desmembradas das *villas*, a quem chamaram seus filhos – *filigreses ou fregueses*. Por isso, a *villa* :

*[...] transforma-se por mera espontaneidade popular um novo organismo, onde continuará a desenvolver a vida moral dos lavradores, cujos estreitos vínculos de amizade, parentesco e irmandade espiritual, se apertarão sempre, não obstante a diversidade de vontades senhoriais.*³⁶.

Este novo organismo é a freguesia, podendo-se afirmar que as *villas* são na maior parte visíveis atualmente, já que as maiores se converteram isoladamente em freguesias e as pequenas se anexaram entre si ou com outra maior, mas mantendo a sua individualidade, pois formaram os lugares, nome que o povo lhes conferiu por analogia com as secções dos prédios ³⁷. E assim se conclui que :

*a freguesia rural – molécula fundamental da sociedade portuguesa, foi uma criação espontânea popular, nascida nas relações seculares entre os cultivadores de um mesmo prédio ou vizinhos, remontando ao tempo em que Roma ensinou aos habitantes das cidades as suas leis e a sua civilização.*³⁸

De facto, estas *villas romanas* definiram as matrizes da morfologia rural de Vila do Conde, já que grande parte do seu território se organizou a partir destas. Senão veja-se: *villa*

³⁷ SAMPAIO, Alberto , *Estudos Históricos e Económicos: Vilas do Norte de Portugal* . 1ª edição. Lisboa: Edições Vega,1979. Vol 1, p.136

³⁷ idem, p.65

³⁸ idem, p.65

Valeriani (D.112), de Valerius, é hoje a freguesia de Vairão; *villa viliauredi ou viliabredi* (D.115,216) de Uiliabredus (D.58), é hoje a freguesia de Guilhabreu; *villa fromarici* (D.67) de Fromaricus (D.5), é hoje Fromariz, lugar da freguesia de Vila do Conde; *villa mazararia* (D.216,451), de *matiana (uma planta)*, é hoje a freguesia de Macieira; *villa pinario* (D.275), de *pinus* (planta), é hoje a freguesia de Vilar do Pinheiro; *villa moreirola ou moreiriola* (D.281,462), de *morus* (planta), é hoje o lugar de Moreiró, Labruge; *villa monasteriolo* (D.415) de *monasterium*, é hoje a freguesia de Mosteiró; *villa retorta* (D.198), é hoje a freguesia de Retorta e finalmente *villa plana* (D.281) é hoje a freguesia de Vila Chã. Ora, muitas destas *villas* romanas ficaram sob a posse da Nobreza e das Ordens Religiosas, durante a Dinastia de Borgonha (1139-1385), sendo que a reorganização produtiva foi feita a partir do fomento introduzido pelas ordens religiosas que consolidaram a paisagem rural a partir de um desenho cadastral preexistente³⁹. Na região de Vila do Conde, os Mosteiros eram numerosos e bastante ricos e poderosos: existiam o Mosteiro de São Simão da Junqueira⁴⁰, Mosteiro de Vairão e Mosteiro de Santa Clara, proprietários da maior parte das terras nesta região. A explicação dada por MOREIRA DA SILVA para tal poder, existente não só em Vila do Conde, reside no facto de haver uma profunda subordinação das consciências à direção do clero, pois todos, ricos ou pobres, queriam

39 FERREIRA, Alfredo Durão de Matos, *Aspectos da Organização do espaço Português*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1995, p.25 e 26

40 Construído na Idade Média sobre a Villa Fernandi; Informação extraída do sítio electrónico CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE. Rota de Vilar do Pinheiro, Mosteiró e Vilar. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde. [Consult. 06 Agosto 2013] Disponível em [www: http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=29132](http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=29132)

alcançar a absolvição dos seus pecados através das dádivas ⁴¹.

3. A Casa Agrícola e os sistemas jurídicos de sucessão. Definição da *Área das Doações*

*Se, por um lado, se verificou uma primeira ofensiva no sentido da ocupação de novas parcelas de solo arável em regime de propriedade «colectiva» - pastos comuns, baldios – com vista à sua exploração intensa, por outro lado, a introdução desta cultura [milho graúdo] não afectou minimamente a estrutura sócio- económica da sociedade, nem, conseqüentemente, contribuiu para diminuir o domínio senhorial. Pode, portanto, dizer-se que, desde o séc. XIV, o morgadio constituiu, na vida social portuguesa, uma forma de defesa da estabilidade do fundo dominial dos particulares, utilizada para proteger e perpetuar as famílias aristocratas e a subsequente indivisibilidade da terra.*⁴²

Tal como revela a presente citação, existe uma estreita ligação entre os numerosos sistemas de transmissão dos bens e a humanização da paisagem rural, desde a Idade Média até ao século XIX. Por isso, é importante a sua definição e caracterização, analisando as suas consequências geográficas numa estrutura agrária que chegou à Idade Média com base na *villa* romana.

Nos princípios da Idade Média, as propriedades agrícolas pertenciam sobretudo à nobreza e às classes religiosas, sendo a sua exploração feita por servos e arrendatários livres que viviam nos arredores dos castelos e dos mosteiros, pagando aos proprietários uma renda que variava entre a terça, quarta ou

41 MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983,p.13

42 idem, p.15

metade do valor da colheita, ou pagando, alternativamente, em géneros. Por isso, o arrendamento era a única forma legal de que dispunha a classe social menos abastada para poder explorar a terra⁴³. O final do século XVIII e todo o século XIX são uma preparação para o final da Dinastia de Bragança (1640-1910), com a entrada das correntes liberais, a independência do Brasil, o empobrecimento das estruturas produtivas e dependência externa e pelo aumento da emigração para a América do Sul⁴⁴. Com a implantação da nacionalidade e com o fim das invasões, decaiu o antigo sistema feudal e surge uma nova classe social, a burguesia. É neste momento histórico que a nobreza, como forma de defender a sua base económica e territorial, passa a utilizar o sistema do Morgadio, como forma de manutenção da linhagem e do património familiar. Este tinha em comum com o Direito de Avoenga o intuito de conservar, exclusivamente, os bens na mesma família; se o Direito de Avoenga, cujo uso começou a decair a partir da segunda metade do séc.XIV, apenas definia o direito de preferência dos parentes do vendedor na alienação dos bens familiares, o Morgadio preconiza também o direito de primogenitura, o privilégio do sexo masculino em relação ao feminino, a sucessão gradual e a inalienabilidade absoluta dos bens. Ou seja, a transmissão dos bens operava-se ao filho varão, preferindo-se o primogénito, sendo que na falta de linha masculina passavam à feminina, mas logo que surgisse um descendente varão

43 PEREIRA, Samuel da Costa, *Casa de agricultor: transformações no Vale do Cávado: viver e trabalhar num complexo agrícola*. Porto: FAUP, 2011, p.24

44 FERREIRA, Alfredo Durão de Matos, *Aspectos da Organização do espaço Português*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1995, p.29

todos os bens passavam para este quando atingisse os 18 anos⁴⁵.

Os primeiros estatutos relativos ao Morgadio datam de 15 de Setembro de 1558 e tinham por objetivo salvaguardar o poder das Casas Nobres nas sucessivas gerações. Este tipo de propriedade vinculada era injusta, já que excluía os filhos mais novos da herança paterna, obrigando-os a viver dependentes do irmão mais velho. Do ponto de vista agrário, significava um grande condicionalismo no acesso à terra e limitava a sua exploração, por parte da classe social menos abastada, ao arrendamento ou aos foros. Associado a estes factores estava a falta de políticas no sector agrário, num país dominado pelos tráficos oceânicos e pelos monopólios mercantis. Ora, esta classe social menos abastada detinha o domínio útil da terra, quer através da enfiteuse, quer através do arrendamento, pertencendo o domínio direto ao senhorio. A enfiteuse estava em profunda relação com a propriedade vinculada já que eram estes trabalhadores rurais que exploravam a terra dos grandes senhores e dos mosteiros, sendo o pagamento, como já foi referido, realizado, normalmente, em géneros, no final da colheita do fruto ou no final do ano agrícola. Finalmente, a possibilidade de remissão por parte do *foreiro*, ou seja, o pagamento antecipado de uma obrigação acordada com o senhorio, poderá ter permitido que muitos destes se tenham tornado proprietários plenos dos prazos ou prédios rústicos onde detinham o domínio útil, antes de 1867, já que:

na primeira redacção do Código Civil de 1867 «não se reconhecia ao

45 MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983, p.20

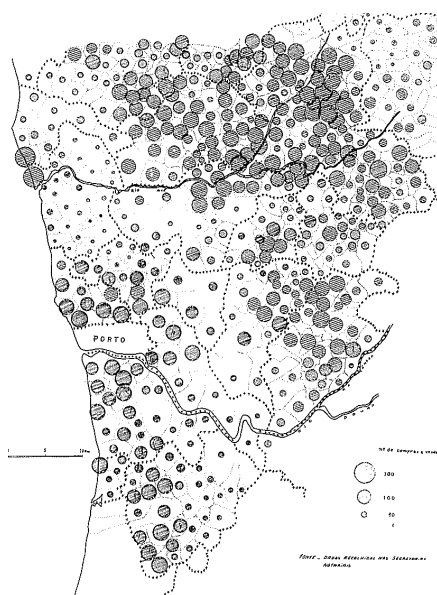


Figura 25. Mapa de Compras e Vendas no Entre Douro e Minho, de 1897 a 1899

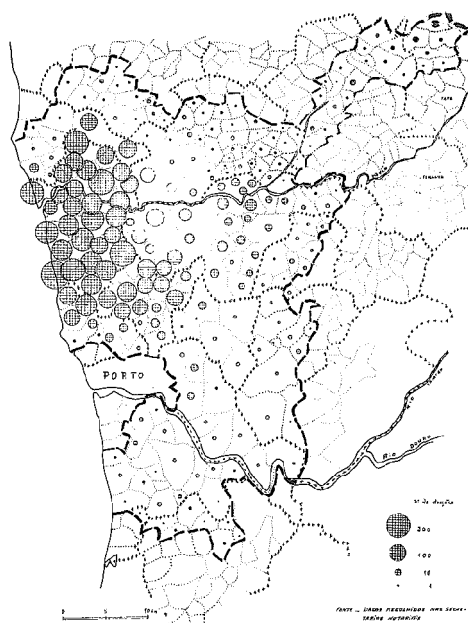


Figura 26. Mapa do número de Doações praticadas por freguesia do Entre Douro e Minho, de 1897 a 1899, estando assinalado a linha negra o limite da área onde este sistema de transmissão de bens foi utilizado; de notar que o maior número de Doações foram realizadas na *Área das Doações*

enfiteuta o direito de remir o foro». Só passou a ser atribuído através do Decreto de 23 de Maio de 1911, e foi novamente consignado na última alteração daquele Código pela reforma de 16 de Dezembro de 1930.⁴⁶

e por isso, e mais uma vez, muitos *foreiros* puderam remir o foro, passando a ser proprietários do prédio, tendo sido apenas abolido com o Decreto-Lei nº 195/A/ 76 de 16 de Março. No caso do arrendamento, o proprietário transfere para outrem, por certo tempo e mediante determinada retribuição, o uso e fruição de uma coisa imóvel, neste caso um prédio rústico⁴⁷.

O acentuado desequilíbrio social imposto pelo sistema do Morgadio levou à sua abolição em 19 de Maio de 1863, sendo que a partir deste momento a transmissão de bens ficou reduzida à Doação, Sucessão e Compra e Venda, onde a primeira configura a transmissão gratuita de bens em vida, na segunda os bens são repartidos pelo número de herdeiros após a morte do proprietário e na última configura-se a transmissão de bens mediante um preço. Se em muitos casos, principalmente no Minho, as consequências na estrutura agrária desta abolição foram a pulverização e alienação das propriedades, causadas pela utilização do sistema de Compras e Vendas (Figura 25) no território em estudo tal não aconteceu, o que se explica pelo facto do sistema do Morgadio se ter mantido vivo na memória destes lavradores que encontraram na Doação a forma mais engenhosa de inalienabilidade das suas terras (Figura 26), sendo

46 MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983, p.24

47 idem,p.26

este, e de acordo com MOREIRA DA SILVA, o " [...] único processo jurídico de transmissão de bens que evita a divisão da propriedade." ⁴⁸ e, também, pelo facto de passar a imperar a divisão igualitária dos bens herdados no Código Civil de 1867, o que não ia de encontro às ambições destes lavradores.

A prática generalizada da Doação, e mais especificamente da Doação para casamento, foi circunscrita geograficamente por MOREIRA DA SILVA na *Área das Doações* (Figura 27), compreendendo o concelho de Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Maia, Póvoa de Varzim e Matosinhos, pelo menos⁴⁹. Esta autora refere ainda que a primeira escritura de Doação para casamento por ela detetada, em Vila do Conde, data de 1870, esclarecendo que a sua multiplicação só se inicia a partir de 1897, e portanto existiu um breve período de reflexão entre esta nova prática e a abolição do Morgadio, realizada em 1863. A Doação funciona em conjunto com a Sucessão, permitindo a manutenção de um determinado *status quo* nesta *Área das Doações*, sendo que o sistema mais utilizado era o de Doação para casamento, que consistia no seguinte: este tipo de Doações estão sujeitas a um regime especial e pressupõem que a mesma tenha em vista um casamento, que deverá ser realizado num prazo de um ano; a Doação, feita ao filho que vai casar, abrange geralmente a totalidade dos bens dos doadores, ficando estes como reservatários vitalícios do usufruto; engloba, para além da Doação, a convenção antenupcial entre os esposados,

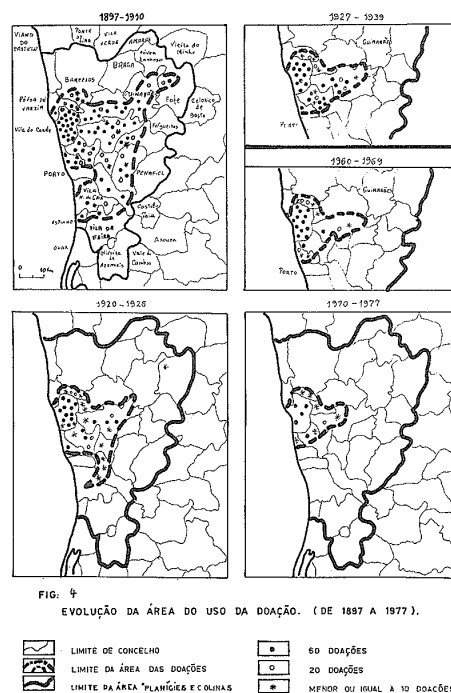


Figura 27. Evolução da área do uso da Doação de 1897 a 1977. De notar que no concelho de Vila do Conde esta prática manteve-se sempre

⁴⁸ MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983, p.30

⁴⁹ idem, p.44

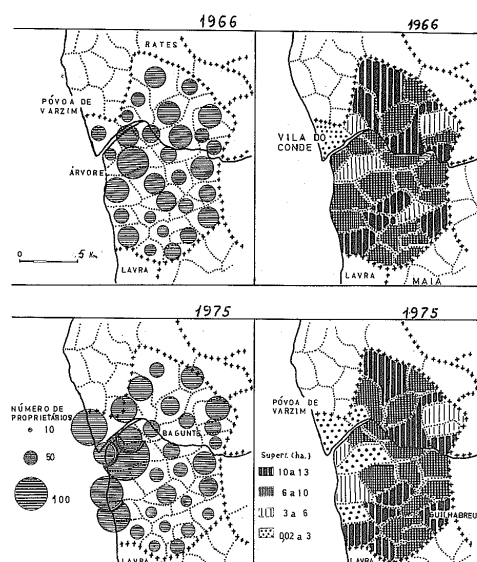


Figura 28. Número de proprietários rústicos e superfície média por proprietário, por freguesia, em 1966 e 1975 no concelho de Vila do Conde

a conferência de bens entre o donatário e os restantes filhos e finalmente o arrendamento do usufruto; depois da escolha do *filho da casa* (são preferidos rapazes a raparigas e pode ser, ou não, o mais velho) e da noiva⁵⁰ realiza-se a convenção antenupcial, geralmente em comunhão de bens; finalmente a última fase inerente a este processo é o arrendamento, e que é realizado apenas a uma parte dos bens, a que chamam a *reserva*⁵¹, existindo geralmente uma renda anual (em géneros normalmente) e certas obrigações feitas ao casal donatário, conforme se pode verificar no exemplo deste tipo de Doação, no Anexo B em volume ANEXOS e também mais adiante, no Capítulo IV, sub-capítulo 2.

O uso da Doação para casamento teve, em Vila do Conde, consequências na paisagem rural. MOREIRA DA SILVA centrou a sua análise no concelho de Vila do Conde, do qual fazem parte as freguesias em estudo, Vila Chã e Fajozes, relacionando o número de proprietários e o de prédios rústicos e ainda a sua superfície, em dois períodos, até 1966 e desta data até 1975, data da realização do estudo cadastral (Figura 28), e por isso se pode perceber como era a estrutura agrária no período em questão e se esta foi muito abalada pelo surto de construção urbana que se verificou a partir da segunda metade do século XX. Assim,

[...] da superfície do concelho de Vila do Conde (15.230 hectares) as áreas de lavradio e bravio ocupam, em 1975, 13.417 ha, ou seja 88%, sendo o de 62% e 38%, respectivamente, as de lavradio e de bravio.

⁵⁰ escolhida em conjunto com os pais doadores, exigindo-se que tenha nível económico semelhante ao do outro cônjuge, porque o dote que traz em dinheiro é entregue durante a escritura ao casal doador para garantir a sua *reserva*, enquanto vivo, e também para compor a *legítima* dos restantes filhos deste casal, os co-herdeiros

⁵¹ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

Perante a realidade da paisagem pode dizer-se que, embora o total de lavradio por freguesia seja superior ao bravio, a distribuição destas manchas na área agrícola deste concelho encontra-se proporcionalmente equilibrada⁵².

Por outro lado, a superfície média agrícola por proprietário em Vila do Conde é relativamente elevada: se nas freguesias litorais (com exceção de Vila do Conde e Labruge) de 1966 a 1975 se vê uma acentuada diminuição da superfície agrícola média, passando-se do predomínio dos 6 a 10 hectares, em 1966, para os 0,02 a 3 hectares em 1975, nas restantes freguesias mantém-se uma superfície agrícola média por proprietário igual ou superior a 6 hectares (Figura 29). Por isso, se em Vila Chã, embora mantendo a sua estrutura agrária no interior da freguesia, o litoral sofreu uma grande expansão urbana, principalmente na construção de casas de férias (e por isso, a superfície média por proprietário diminuiu de 9,1 hectares em 1966 para 4,3 hectares em 1975) por outro lado, em Fajozes as alterações nestes dois períodos foram pouco significativas, passando de 8,2 hectares em 1966 para 8 hectares em 1975⁵³. Ora, ao comparar as áreas agrícolas pertença das Casas Doadas com as das Casas não Doadas (Figura 30), as primeiras ocupam uma superfície superior a 55% e inferior a 85% da área agrícola por freguesia⁵⁴, concluindo-se que o poderio das Casas Agrícolas Doadas se mantem, desde o período em estudo até, pelo menos, a 1975, sendo pouco afetado pela

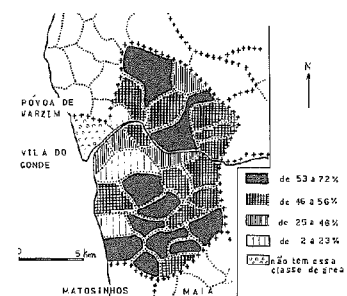


Figura 29. Explorações agrícolas de área superior a 8 ha, por freguesia (em %), em 1975

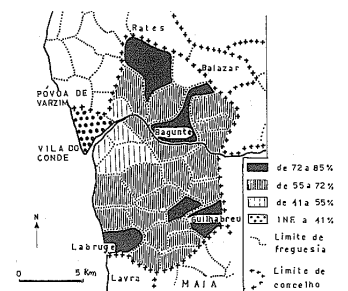


Figura 30. Extensão da área agrícola pertença de Casas Doadas em relação às Não Doadas, por freguesia no concelho de Vila do Conde, em 1975

52 MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais-Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983, p.88

53 idem, p.87

54 idem, p.90



Figura 31. Esquema da distribuição espacial de Vila Chã em 1985, mostrando os novos lugares do Facho, da Praia, do Rio da Gândara e do Rio da Igreja



Figura 32. Esquema da distribuição espacial de Vila Chã em 1900, demonstrando as duas fases de expansão

expansão urbana, e neste caso mais nas freguesias litorais que nas interiores.

*O crescimento da população e as práticas relativas às heranças não só estimularam o nascimento de novas áreas de fixação, como também encorajaram a diversificação da economia da freguesia [Vila Chã] e especialmente o desenvolvimento de uma economia marítima.*⁵⁵

Esta citação de COLE revela que a utilização das Doações permite um sistema de segregação social, determinando a criação, em Vila Chã, de duas classes antagónicas: os lavradores e os pescadores, o que teve também implicações a nível territorial (Figuras 31 e 32). De facto, a população, até meados do século XIX, concentrava-se nos nove lugares situados no centro da freguesia, e que foram estabelecidos pelos lavradores, que trabalhavam e possuíam todas as terras circundantes dentro dos limites da freguesia, sendo que os únicos terrenos públicos eram os que se localizavam junto à praia. Existiram, nesta freguesia, várias fases de expansão: à primeira fase, datada de meados do século XIX, corresponde o movimento de expansão em direção ao interior, originado principalmente pelo sistema de transmissão de bens pela Doação, o que, como foi já referido, criava um grande distanciamento entre ricos e pobres, já que se favorecia apenas um filho, enquanto os outros ficavam sem terras e se juntavam aos elementos pobres da freguesia⁵⁶. Segundo esta autora,

as primeiras famílias de pescadores de Vila Chã foram estabelecidas

55 COLE, Sally, *Mulheres da Praia: O trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa*. 1ª edição. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1994. (Portugal de Perto). Vol. 31, p.32

56 idem, p.30

*por filhos e filhas de lavradores que tinham recebido como herança ou dote [ou propriedade herdada] uma pequena parcela de terra onde podiam construir uma casa, ou que se tinham simplesmente apoderado de um pedaço de terra desocupado e aí construído a sua casa.*⁵⁷

À segunda fase, da viragem do século XIX, corresponde o início do povoamento da costa, o que originou os lugares do Facho e da Praia, apoderando-se a população ilegalmente das terras do Estado, construindo cabanas de colmo e pedra para habitação e escavando as dunas, criando campos de cultivo em *masseira*, que foram já referidos; a maioria das famílias que viviam nestes lugares dependiam sobretudo de uma economia marítima, enquanto que outras eram compostas por *jornaleiros* e artífices (pedreiros ou carpinteiros), que trabalhavam, normalmente, para os lavradores mais abastados da freguesia⁵⁸. Enquanto que estas áreas de expansão continuaram a aumentar, no centro da freguesia, onde se encontravam as casas de lavoura antigas, a população mantinha-se praticamente inalterada, aumentando os níveis de estratificação social e diferenciação económica, nos finais do século XIX, e que determinaram o aparecimento de dois grupos (os lavradores e aqueles que não tinham terras, e que na maioria se dedicavam à pesca), que com o tempo se tornaram antagónicos⁵⁹. Nesta altura, os lavradores eram ricos e abastados, e o resto da população era bastante pobre. É interessante o testemunho de uma

57 COLE, Sally, *Mulheres da Praia: O trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa*. 1ª edição. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1994. (Portugal de Perto). Vol.31, p.30

58 idem, p.32

59 idem, p.32



Figura 33. Lugar da Praia, em Vila Chã. Casa de pescador



Figura 34. Lugar de Fundo de Vila, Vila Chã. Casa de lavrador

pescadeira de Vila Chã sobre esta classe, citada por COLE:

«Nesse tempo, os lavradores tinham tudo. As terras deles eram fartas – feijão, milho, centeio, aveia, trigo. Tinham vinho. Tinham porcos para matar e fazer chouriço. Tinham casas cheias de comida, casas fartas. O lavrador tinha tudo e o pescador não tinha nada. Passava-se muita fome. Quando não podíamos ir ao mar, quando o tempo estava mau, trabalhávamos para os lavradores. Trabalhávamos a troco de comida, de milho para fazer pão, ou de um pouco de carne ou de vinho. Às vezes as mulheres pediam uma chávena de farinha. Nesse tempo, os lavradores precisavam da nossa ajuda.(...)Cada lavrador tinha dois ou três criados, que vinham do interior, da zona de Barcelos, e, além disso, os lavradores contratavam-nos a nós, pobres, para trabalhar à jorna. Os lavradores matavam os pobres à fome.»⁶⁰

A oposição entre estes dois grupos era visível a vários níveis: geográfica, no tipo de casas, económica e no modo de vida (Figuras 33 e 34); enquanto que os pescadores passavam a maior parte do tempo no café ou na rua (quando não estavam no mar) e as mulheres andavam pelas ruas a vender peixe, os lavradores levavam uma vida calma e recatada, dentro das suas casas rodeadas de muros⁶¹. Por outro lado, tanto da parte dos lavradores como dos pescadores, os casamentos eram endogâmicos :

os pescadores consideravam-se um grupo social separado dos

⁶⁰ D.Alvina, cit. por COLE, Sally, *Mulheres da Praia: O trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa*.1ª edição. Lisboa: Publicações D.Quixote,1994. (Portugal de Perto).Vol.31, p.30

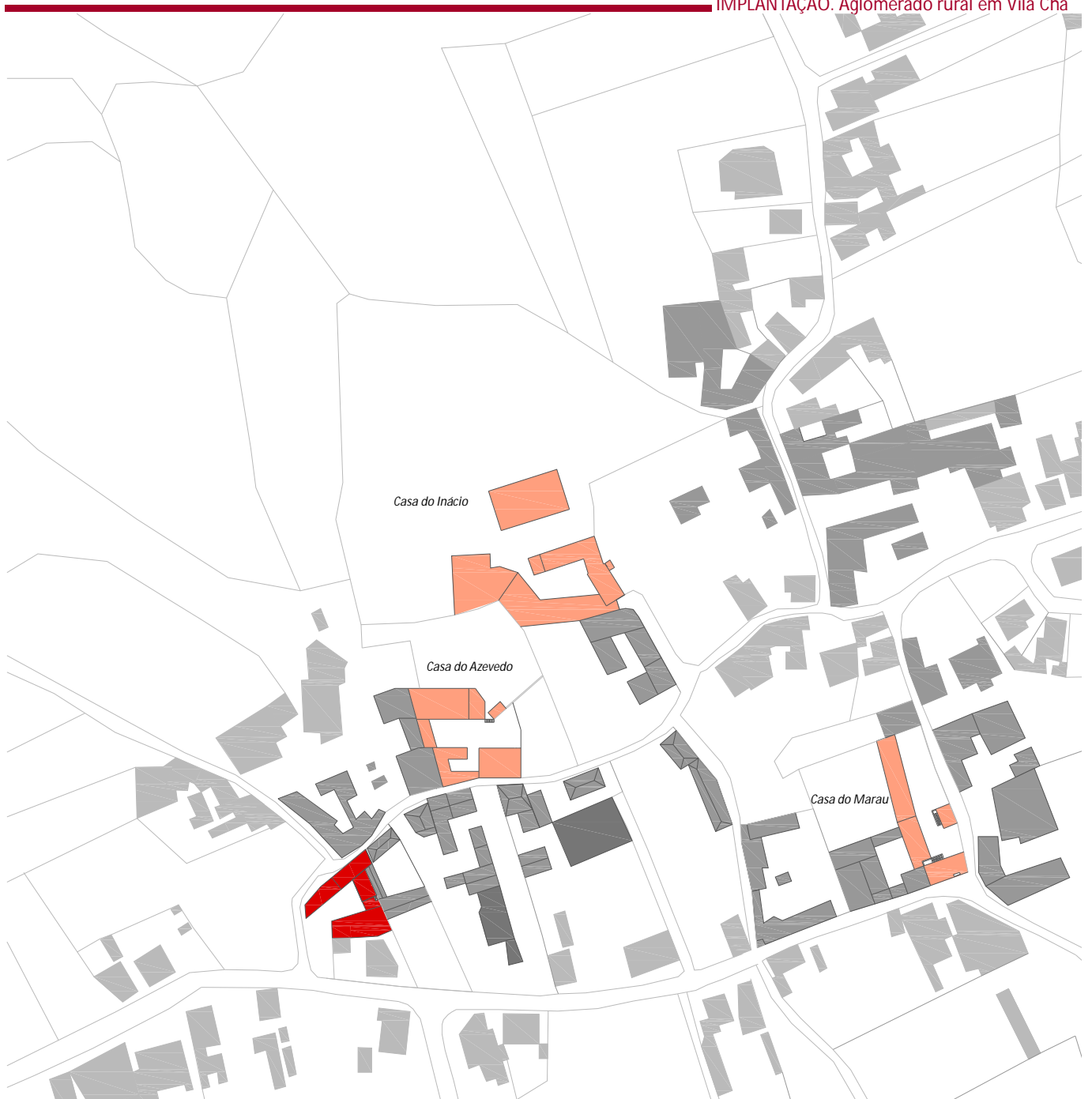
⁶¹ idem, p.62

lavradores. Por seu turno, num esforço para manter os casamentos dentro do grupo, os lavradores ricos não permitiam que os seus filhos se dessem com os filhos dos marítimos; ensinavam-lhes a pensar que os pescadores eram mal educados, porcos, preguiçosos e bêbados.⁶²


⁶² COLE, Sally, *Mulheres da Praia: O trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa*. 1ª edição. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1994. (Portugal de Perto). Vol.31, p.64




1. A Casa do Cancela e a estrutura agrícola de Vila Chã

IMPLANTAÇÃO. Aglomerado rural em Vila Chã



Escala gráfica (m) 0 50

Norte: 

 Casa do Cancela  Caso de estudo  Casa Agrícola

*“Fez tudo à pressa, com pouca solidez, porque lhe faltavam os capitais do proprietário; mas bem ou mal alojado, o cultivador estava em sua casa. Teimoso e pertinaz, passaram sobre ele calamidades sem número, mas não o desalojaram; o **paço** caiu em ruínas, a **casa** ficou”¹*

De facto, estas Casas Agrícolas passaram de geração em geração por longos anos: o proprietário da *Casa do Cancela*, o padre António Orlando Ramos dos Santos, possui diversos documentos, alguns do século XVIII, que se referem ao *Casal* do Cancela, como é o caso do Prazo datado de 1749 cujo foro era pago ao Mosteiro de S. Simão da Junqueira, e que se encontra no Anexo B em volume ANEXOS. Assim, o cultivo e posse da casa e áreas agrícolas pertencem às várias gerações de famílias que habitaram esta casa desde, pelo menos, o século XVIII, sendo que, através de pesquisas no Arquivo Central, este proprietário completou a sua árvore genealógica até à data de 1680, sendo todos os parentes lavradores. Relativamente à Casa Agrícola em análise, foram os bisavós do proprietário que a reconstruíram, sendo que a bisavó deste viria da *Casa do Azevedo* (um outro caso de estudo). Esta teve quatro filhos, mas três acabaram por falecer (um deles emigrou para África na busca de dinheiro para um bom dote mas faleceu aí), recebendo a mãe do proprietário toda a *Casa* por Doação. Atualmente são seis irmãos, tendo sido realizadas partilhas em 1978, cessando a atividade agrícola e a *cortinha* foi arrendada a um estabelecimento comercial, sendo que parte da casa está também arrendada.

A *Casa do Cancela* possui uma grande extensão de área agrícola, localizada na sua totalidade em Vila Chã,

¹ SAMPAIO, Alberto , *Estudos Históricas e Económicos: Vilas do Norte de Portugal* . 1ª edição. Lisboa: Edições Vega,1979. Vol 1, p.77 e 78



Figura 35. rua Fundo de Vila, topo poente. Casa do Cancela, em primeiro plano, à direita, e Casa do Azevedo, em último plano, ao fundo.



Figura 36. rua Fundo de Vila. Casa do Azevedo, em primeiro plano, à esquerda.

aglomerada quase toda no lugar dos *Lombos*, uma área agrícola a noroeste da freguesia onde o solo é bastante fértil e rentável. A data de reconstrução mais antiga visível da casa é de 1877. A casa situa-se no limite oeste da rua Fundo de Vila (Figura 35), cuja toponímia é indicativa da existência de uma *villa romana* (a *villa Plana*, já referida), correspondendo a sua implantação ao tipo à *face + corpo perpendicular*; é ao longo desta rua estreita e sinuosa que se encontram não só as *grandes Casas*² de Vila Chã (*Casa do Cancela*, *Casa do Azevedo*, *Casa do Zeca do Azevedo* e *Casa do Alves*), como a grande parte das Casas Agrícolas da freguesia, cujas datas de reconstrução se encontram entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, todas com a fachada à face da rua, de rés do chão e andar, excetuando a *Casa do Azevedo* (Figura 36), que analisaremos mais adiante. Este aglomerado de casas encontra-se a cerca de um quilómetro da costa atlântica, num local de topografia plana mas a uma cota ligeiramente superior à área envolvente, o que permitia uma forte proteção em relação ao avanço das areias que vinham da costa, e que formavam enormes *fieiros*³, que existiam ainda há 50 anos: inclusivamente, nas *chousas*, área agrícola à cota do lugar Cimo de Vila (e que está diretamente ligado a esta rua através de um caminho público ainda em

2 BOURDIEU distingue as *grandes Casas* e as *pequenas Casas*, ou alternativamente, os *grandes lavradores* e os *pequenos lavradores*, tendo em conta principalmente a superfície total de terra dos lavradores mas também através de determinados signos exteriores que indicam a importância da *Casa*, onde se distinguem as casas de dois pisos (*Maisons de Maître*) e as casas de apenas um piso, residência de pequenos agricultores, arrendatários e pequenos camponeses; in BOURDIEU, Pierre, *Le bal des célibataires: Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil, 2002. (Points. Essais). Vol. 477, p.40 e p.41

3 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

terra batida e que terminava no mar) algumas destas casas possuíam azenhas de vento, entre elas a *Casa do Cancela*. Numa localização privilegiada e protegida, e sendo donos das terras de maior rendimento da freguesia, estas *Casas* prosperaram.

Relativamente à sua organização funcional, à casa estava sempre associada uma *cortinha*. Inclusivamente, a atual rua Cimo de Vila era antes uma *congosta*⁴, que ligava as *cortinhas* ao mar, e ao qual chamavam de *caminho trás das cortinhas* (Figura 37); de facto, a maior parte dos caminhos interiores da freguesia, nesta altura, eram estrumeiras, pois os proprietários lançavam mato sobre estes, que viria a ser pisado por gado e carros de bois e que depois se transformava em adubo para as terras, e que ainda existiam nos fins do século XIX e princípios do século XX⁵; a casa organiza-se em torno de um *quinteiro* fechado, que se foi formando ao longo do tempo, já que as construções agrícolas que o envolvem têm diferentes datas ou fases. A *casa + cortinha* datam desde, pelo menos, 1749, conforme se lê no Prazo acima descrito: “[...] *Item Cortinha em que se acham seus assentos de casa com seus quinteiros, celeiro, estrumeira, eira e mais acomodações e serventias; Tem um poço em que há bastante água [...]*”. Desta forma, a casa foi sendo sucessivamente alterada e as fases agora visíveis são duas: à primeira fase, datada de 1877, corresponde a construção da casa e das dependências térreas em L, perpendiculares a esta, e que estão associadas entre si, enquanto que à segunda fase, datada de 1901, corresponde



Figura 37. Piso térreo . Ver ficha A3, Anexo A em volume ANEXOS

- 1ª fase: construções de 1877
- 2ª fase: construções de 1901



Figura 38. portal quadrangular de acesso à casa

⁴ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

⁵ AZEVEDO DIAS, António de, *Vila Chã e as suas origens*. Vila do Conde: 2009, p.40



Figura 39. fachada da rua Fundo de Vila



Figura 40. fachada interior, vista desde o *quinteiro*. Apesar das alterações realizadas, as aberturas ter-se-ão mantido semelhantes às originais



Figura 41. conjunto *varanda da eira* e *tulha* (volume contíguo)

a construção da *varanda da eira*⁶, a que foi anexado o edifício que albergava a *tulha*⁷ e outros compartimentos, e que pela sua relação com o processo produtivo do milho e seu armazenamento, deverão ser ambos da mesma fase. O acesso à casa, desde a rua, é feito por um portal quadrangular que está na fachada para o caminho público, sob o andar da casa e que por sua vez era a entrada para os *aidos* que estavam colocados lateralmente e onde poderiam arrumar *alfaias*⁸ agrícolas (Figura 38). É de uma simplicidade austera, com alizar de linhas duras, apenas com a inscrição simples, na padieira, da data de reconstrução da casa.

A fachada da rua seria rebocada a saibro e cal, tal como a vemos hoje (Figura 39); os únicos elementos de destaque são as janelas do primeiro piso, de alizar simples, e os *postigos* do térreo, sendo que a fachada interior seria muito mais simples, com menos aberturas que não teriam decoração (Figura 40). Por outro lado parece prevalecer a necessidade técnica (e talvez simbólica) da construção da casa face ao caminho público em relação à orientação solar, já que as janelas dos quartos estão orientadas, na sua maioria, a norte.

Quanto às dependências agrícolas da casa, são constituídas pela *varanda da eira*, *tulha* e *coberto* da desfolhada. A *varanda da eira* é térrea e comunica pelo interior com a *tulha*, através de uma porta estreita, aproveitando a diminuição da cota do *quinteiro* para o lado nascente da casa, o que permitiu a construção de um piso térreo, sob a *tulha* (Figura 41). Este

⁶ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

⁷ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

⁸ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

piso estava dividido em dois compartimentos, com portas independentes, o quarto dos *moços*⁹ e a adega; por isso, apesar de, na maioria das vezes, a *tulha* localizar-se sobre a *varanda da eira*, a variação nesta casa explica-se por adaptações à topografia e ao sítio; por outro lado, a hierarquia social é bem visível através da segregação espacial da localização do quarto dos *moços* (eram quartos escuros e onde os odores dos animais eram constantes porque estavam comumente junto aos *aidos*). Dada a função de secagem da *eira* e da *varanda da eira*, a sua localização era imposta pela sua exposição solar, orientada o mais possível a sul; por uma questão prática, a *tulha* é contígua à *varanda da eira* e o *coberto* da desfolhada (que no resto do ano é utilizado como arrumo de *alfaias* várias) fecha este conjunto e o *quinteiro*. Os compartimentos destinados aos animais estavam em dois locais distintos: existem *aidos* a ladear a entrada e junto à fachada da rua e outros em forma de L (sendo que dois deles comunicam através de dois *postigos* e uma porta com a cozinha, acedendo-se aos restantes desde o *coberto*). O sistema comum de aberturas em cada *aido* correspondia a uma porta central ladeada de dois *postigos*, através dos quais o lavrador alimentava os animais, e como eram compartimentos destinados aos animais, a orientação solar não era determinante.

Em relação ao espaço doméstico, este pode ser dividido entre a área de trabalho da mulher, no rés do chão, e a área de pernoitar e cerimónias no piso superior. Assim, à área do piso térreo (Figura 42) correspondiam os compartimentos utilizados pela mulher (que poderia ser a dona da casa ou as *moças* de

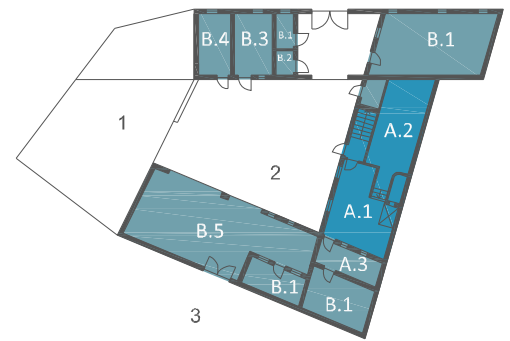
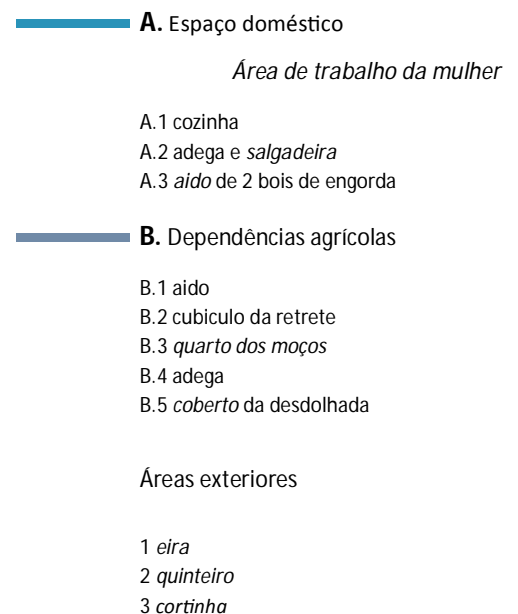


Figura 42. Piso térreo . Ver ficha A3, Anexo A em volume ANEXOS



⁹ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

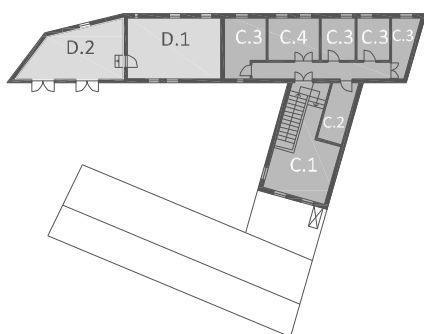


Figura 43. Primeiro piso. Ver ficha A3, Anexo A em volume ANEXOS

C. Espaço doméstico

Área de pernoitar e cerimónias

- C.1 salão agrícola
- C.2 quarto das moças
- C.3 quarto
- C.4 sala do compasso

D. Dependências agrícolas

- D.1 tulha
- D.2 varanda da eira



Figura 44. sala do compasso. Este tipo de utilização mantém-se nesta casa (e em outras), visível pela disposição do mobiliário e pelo oratório, provavelmente bastante antigo

servir) durante a *lida da casa*¹⁰, já que gravitavam em torno da cozinha, que é por isso o seu elemento central; esta área seria em terra batida, o que poderia originar alguma sujidade de Inverno, e pouco iluminada, dadas as poucas aberturas em todos os compartimentos, inclusivamente na cozinha. A cozinha comunica com a adega, com parte dos *aidos* (onde estavam os bois de engorda) e com as escadas de pedra interiores; era um espaço amplo, onde se passava a vida quotidiana da família e não só, já que nas refeições reunia-se a família numa mesa e noutra os *jornaleiros*¹¹, *moças* ou *moços* que trabalhassem na *Casa*, sendo também o local onde a família se reunia durante o serão, ou então para descansar durante o dia. O *lar*¹² estava num canto junto ao *forno*¹³, que para não ocupar espaço estava na adega mas aberto para a cozinha; a cobrir este conjunto estava a *sala*¹⁴ da chaminé, por onde saía o fumo produzido pela lareira e onde se curavam os enchidos no *galheiro*¹⁵. Apesar de, geralmente, a área de pernoitar e cerimónias (Figura 43) estar liberta de qualquer compartimentação relacionada com a atividade agrícola, neste caso está claramente dividida em dois sectores com usos diferentes, cuja charneira são as escadas de pé direito total. A parte destinada aos quartos e à *sala do compasso* (Figura 44),

¹⁰ Conforme Glossário em anexo

¹¹ Conforme Glossário em anexo

¹² Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

¹³ meio embutido na parede, utilizado para cozer o pão, sendo que para a sua construção era geralmente utilizado o barro cozido nas olarias e montado no local, ou alternativamente, eram de tijolo, para fornos de maiores dimensões

¹⁴ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

¹⁵ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

incorporada entre os quartos e sem qualquer impacto na fachada, encontra-se na secção norte, com aberturas para a rua Fundo de Vila, ao passo que a outra secção destinava-se ao quarto das *moças*, junto às escadas, e a um espaço amplo, a que chamavam de salão e que era utilizado como arrumos e também como *tulha*.

Algumas *Casas* (famílias de lavradores e cultivadores) conseguiram manter e até aumentar o seu património durante muito tempo, como se crê que possa ser o caso de algumas *Casas* em Vila Chã, nomeadamente as *Casas do Cancela*, do *Azevedo*, do *Zeca do Azevedo* e do *Alves*, existindo a hipótese de que estas remontem, pelo menos, ao século XIV. Ora, Vila Chã, antes da Divisão Administrativa de 1836, na qual passou a integrar o concelho de Vila do Conde, era pertença das *Terras da Maia*. Esta freguesia teria resultado da fusão de duas *villas* romanas: a *villa Plana* e a *villa Miranci*, com 21 e 19 casais, respetivamente. Segundo Azevedo Dias a última referência histórica relativa à *villa Miranci* data de 1318, no documento de Doação de herdades ao Convento de Santa Clara em Vila do Conde, enquanto que a mais antiga referência a *villa Plana* é o documento nº 281 do volume *Documentos e Cartas* da coletânea *Portugaliae Monumenta Historica* de Alexandre Herculano, sobre a Doação de uns prédios em *Terroso* e *villa Plana*, datado de 1033, e onde também surgem referências a *villa Miranci*¹⁶. Ora, a população da *villa Miranci*, situada a norte do ribeiro, e onde se encontra atualmente o lugar de Merences, ameaçada pela invasão das areias, mudou-se para a *villa Plana*, fundando neste local, provavelmente, os lugares de Fundo de Vila e do Outeiro,

16 AZEVEDO DIAS, António de, *Vila Chã e as suas origens*. Vila do Conde: 2009, p.9



Figura 46. Lugar de Merences atualmente, onde ainda é visível o terreno arenoso

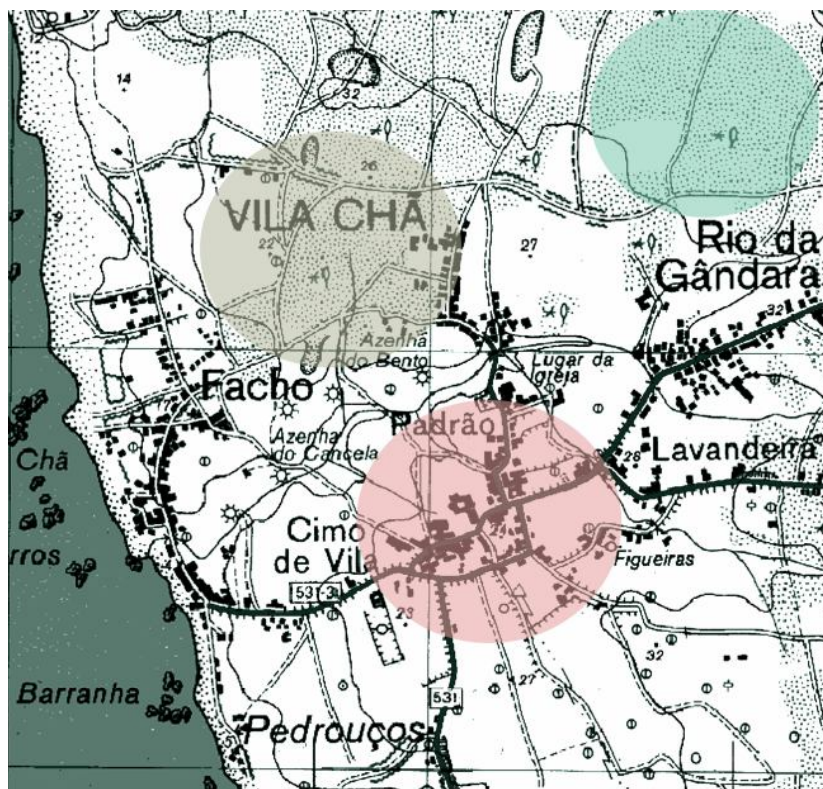


Figura 45. Cartografia militar de Vila Chã. Esquema de implantação das *villas romanas* e áreas agrícolas

nos finais do século XIV ou inícios do século XV, e onde estão localizadas quase todas as Casas Agrícolas de Vila Chã¹⁷ (Figura 45).

Analisando a topografia e a toponímia desta freguesia e a localização das propriedades das quatro Casas mais importantes, esta hipótese parece plausível. Como já foi referido, até aos 1000 ou 1500 metros da costa, o solo é composto por dunas e algumas manchas dispersas de pinheiros, verificando-se uma forte incidência dos ventos oceânicos. Ora, no lugar de Merences (Figura 46), limitado a sul pela rua dos Merences, a poente pela rua do Facho e nascente pela rua Trás do Fieiro, existiam até 1950, sensivelmente, *fieiros* de grandes dimensões e altura, formados precisamente por esta forte incidência dos ventos oceânicos e onde existiam apenas construções de madeira, mas que a

- Villa Miranci*
- Villa Plana*
- Lombos*

¹⁷ AZEVEDO DIAS, António de, *Vila Chã e as suas origens*. Vila do Conde: 2009, p.9

partir desta altura a terra foi aplanada e iniciaram a construção de casas por toda esta área. Mais, AZEVEDO DIAS, como já se referiu, afirma que as áreas agrícolas da *villa Miranci* estariam localizadas a norte do atual ribeiro, na área chamada dos *Lombos*, onde se encontram os solos de maior rendimento, porque são terras escuras, húmidas e com mistura de vegetação¹⁸. É nesta área que as quatro *Casas* mais ricas da freguesia têm grande parte da sua área agrícola, tanto de bravio como de lavradio. Por isso, pode-se pensar que, aquando da investida das areias, as casas situadas na *villa Miranci* (atual lugar de Merences), enquanto construções, foram destruídas e as famílias ter-se-ão refugiado no povoado da *villa Plana*, prosperando em relação às restantes já que possuíam os melhores terrenos. Neste âmbito, poder-se-á concordar com a seguinte citação de AMORIM:

*[...] o que caracterizou sempre a estrutura agrícola de Vila do Conde, quer nas freguesias da margem direita do Ave, saídas da Terra de Faria, quer nas da margem esquerda, desanexadas da Terra da Maia, foram as bem conhecidas "Casas de Lavoura", muitas das quais têm a sua origem nos antiquíssimos "casais", pequenas unidades de exploração agrícola familiar em que se subdividia a "Vila Romana".*¹⁹


18 AZEVEDO DIAS, António de, *Vila Chã e as suas origens*. Vila do Conde: 2009, p.9

19 AMORIM, António Augusto Gomes, *O Associativismo Agrícola em Vila do Conde*. Vila do Conde: Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, 1997

2. A *Casa do Mendonça* e os conflitos e tensões entre gerações e a duplicação de espaços

IMPLANTAÇÃO. Aglomerado rural em Fajozes



Escala gráfica (m) 0 50 Norte: 

 Casa do Mendonça  Caso de estudo  Casa Agrícola

[...] em conjunto, elas apresentam [casas da Maia, Matosinhos e Vila do Conde], com maior ou menor frequência, certos elementos especiais, alguns dos quais se podem considerar típicos da região, e que, embora, não coexistam em cada uma delas, se acham disseminados por toda a área, uns numas casas, outros noutras [...] ²⁰

Como adiante se verá, esta casa sofreu diversas modificações que coincidem com os elementos comuns e especiais já descritos presentes nas casas acima citadas, integrando-se num dos muitos aglomerados de Casas Agrícolas dos concelhos descritos. Neste, localizado em Fajozes, existem mais seis casas: uma delas cessou a atividade agrícola, e de entre as restantes, quatro delas constituem objeto de análise (*Casa do Grilo*, *Casa do Narciso*, *Casa do Silveira e Guilhão* e *Casa do Mendonça*). Tal como em Vila Chã, este é um aglomerado bastante compacto, com todas as casas à face da rua e na maioria de um piso, a ladear ruas sinuosas e estreitas, que seriam em terra batida (Figura 47). Quando se percorrem os caminhos circundantes das *cortinhas*, estas casas dominam ainda hoje a paisagem e impõem a sua presença, especialmente a *Casa do Grilo*, que se destaca das restantes (pelo número de pisos) num raio bastante alargado (Figura 48). Relativamente às datas inscritas nas padieiras dos portais de acesso, remontam todas à data do período abordado. A *Casa do Mendonça* possui uma extensão agrícola total, segundo o proprietário, entre os 22 a 24 hectares de terra, de lavradio e bravio. A sua data de construção mais antiga possível de identificar data de 1786, tendo como autor o Comendador



Figura 47. rua de Sarinhães. *Casa do Mendonça*, em primeiro plano.



Figura 48. *Casa do Grilo*, destacando-se das restantes Casas Agrícolas.

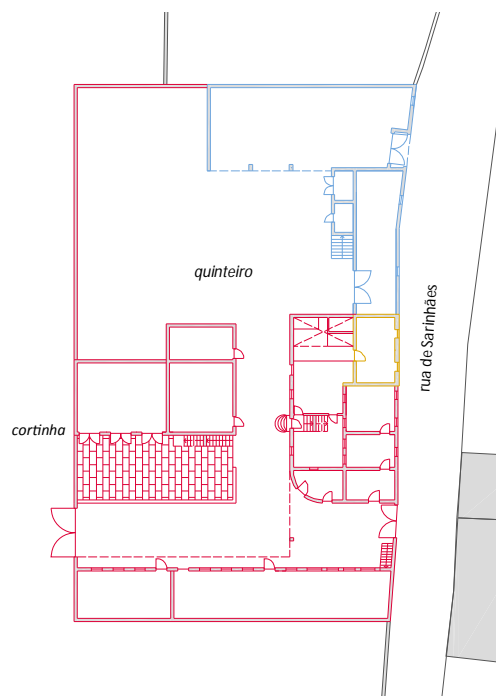


Figura 49. Piso térreo . Ver ficha A2, Anexo A em volume ANEXOS

- 1ª fase: construção de 1786
- 2ª fase: construções de 1868
- 3ª fase: construções de 1887

20 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.86

Cruz, *brasileiro*. O proprietário não sabe exatamente como foi realizada a transmissão dos bens, sendo provável que tenha sido por Doação, afirmando ainda que o seu avô teria uma relação de parentesco com este *brasileiro*. A partir deste avô, a *Casa* transmitiu-se por Doação até ao atual proprietário. Este vive, desde há sensivelmente um ano, sozinho na casa.

Ao nível da sua organização funcional, a casa foi sofrendo vários processos de adição e ampliação, dos quais se podem distinguir três fases (Figura 49): à primeira fase, datada de 1786, corresponde a construção da casa mais antiga, distinguível da restante pela forma e posição das janelas na fachada da rua, em que numa delas se indica na padieira a inscrição *A.D. 1786*; à segunda fase, datada de 1868, corresponde a ampliação da casa anterior e, apesar de não existir nenhuma evidência, crê-se que corresponderia a esta fase a construção do edifício bloco dos *aidos* e da *casa da eira*, juntamente com a *eira*, pois os *aidos* das casas agrícolas foram edificados dentro do período em estudo ²¹ bem como a necessidade de especialização e redimensionamento dos anexos agrícolas, como se verá no capítulo das Conclusões parcelares; finalmente, à terceira fase, datada de 1887, corresponde a construção do *coberto* da desfolhada e *palheiro* ²², juntos no mesmo edifício, pela existência de uma inscrição gravada na padieira do portal de acesso dessa construção com essa mesma data. Considerou-se

21 VEIGA DE OLIVEIRA e GALHANO referem que, à data do seu inquérito pela região, são informados pelos lavradores que os *aidos* têm entre 80 a 100 anos, o que coloca o seu surgimento sensivelmente na segunda metade do século XIX, in VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.101

22 Conforme Glossário, Anexo A em volume ANEXOS

que o anexo contíguo a este edifício seria da mesma fase que este devido à integração na sua estrutura das escadas de acesso ao *palheiro*, no andar desse edifício. Como não é comum a existência de dois portais de acesso ao *quinteiro*, estas duas construções poderiam ser pertencentes a outra Casa Agrícola, talvez de menores dimensões. Estas três fases aqui descritas foram-se organizando de forma a fechar o complexo agrícola, constituindo uma planta em U com a *casa da eira* e a *eira* sensivelmente no centro deste *quinteiro*; mais uma vez, este complexo seria fechado, ao qual estaria anexada uma *cortinha*. A orientação da rua de Sarinhães é a mesma da casa (noroeste-sudeste), sendo que a melhor exposição solar é a da *casa da eira* e da *eira*, a sudeste; como é comum, o acesso à casa é feito por dois portais na fachada da rua, como foi já referido; um deles, sob o andar do edifício que alberga o *palheiro* e *coberto* da desfolhada, cria um pequeno vestíbulo, sendo que o portal na fachada é em arco, com guarnição em pedra bem talhada e cortada, e o portal interior é quadrangular e ligeiramente mais estreito, igualmente com guarnição de pedra (Figura 50). O outro portal na fachada da rua é quadrangular e está sob um *coberto* de entrada, sendo que a sua guarnição é em pedra talhada um pouco toscamente (Figura 51).

A fachada da rua, que seria rebocada a saibro e cal, é bastante reveladora das diferentes fases pelas quais esta passou: para além das diferenças de cérceas bem visíveis, a distinção entre as aberturas é também bastante perceptível, quer pela sua posição na fachada, dimensões e diferentes alizares, quer ainda pelas torções dos alinhamentos em relação à rua e que criam linhas verticais na fachada que demarcam muito



Figura 50. fachada da rua de Sarinhães e portal em arco de 1887



Figura 51. fachada da rua de Sarinhães e portal quadrangular de 1868



Figura 52. fachada da rua de Sarinhães. Divisões na fachada das 3 fases de construção: em primeiro plano a de 1868, contígua à de 1786, e em último plano a de 1887, com o portal em arco



Figura 53. fachada interior da casa, datada de 1868



Figura 54. beiral da eira, em primeiro plano, e Casa da eira, datados de 1868

claramente estas três fases (Figura 52). As restantes fachadas seriam bastante simples mas com mais unidade que a da fachada já que as preexistências foram envolvidas pela ampliação de 1868; desta forma, a métrica das janelas (proporções e tipo de alizar) corresponde, precisamente, à das da referida ampliação; a fachada poente, do lado do *quinteiro*, era muito marcada pela entrada principal (existe outra direta para a cozinha), antecedida por alguns degraus de forma arredondada e pela grande altura da porta, constituída por uma folha encimada por uma bandeira; acompanhando esta entrada estaria uma janela quadrada, de pequenas dimensões, e que iluminaria este espaço de entrada (Figura 53).

As dependências agrícolas são constituídas pela *casa da eira*, *coberto* da desfolhada e *palheiro*, *adega* e *tulha*. A *casa da eira*, um edifício retangular de térreo e andar, está associado à *eira* e encontra-se sensivelmente no centro do *quinteiro*, com as três portadas da *varanda da eira* abertas para a *eira* e expostas a sudeste; a *eira* tinha um *beiral*²³, existindo apenas uma abertura para a cancela, que era normalmente uma porta baixa de madeira de duas folhas (Figura 54). O piso superior estava dividido entre compartimento para *tulha* e quarto das *moças* ou *moços* (o género dos seus ocupantes variava, sendo que, quando na casa trabalhavam *moços* e *moças*, estas últimas dormiam no interior da casa, provavelmente num dos quartos, junto com a família da casa). Pela composição da fachada da *casa da eira*, poder-se-á supor que, para além de anexo agrícola seria também usada como habitação, já que todas as aberturas possuem alizares de

23 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

pedra bem talhados, na fachada sudeste existiria uma porta com uma sacada, além de que existem janelas em todas as fachadas da casa, à exceção do lado norte. Pelos vestígios do que resta do edifício do *coberto* da desfolhada e *palheiro* (Figura 55), este seria um bloco retangular, de dimensões avultadas, com cobertura de quatro águas e paredes de pedra no lado norte, nascente e poente e mais aberto no lado sudeste; no rés do chão seria totalmente aberto, dado que era aqui que desfolhavam o milho e no resto do ano arrumavam as *alfaias* agrícolas e no primeiro piso arrumavam a palha e por isso a fachada seria ventilada, constituída por ripas de madeira colocadas na vertical. A estrutura da cobertura e do piso em soalho estava apoiada na parede norte e em dois robustos pilares de pedra; o acesso a este piso está integrado no edifício contíguo, perpendicular a ele, como já se referiu, sendo um bloco bastante encerrado, com poucas aberturas e construído em pedra (Figura 56); o proprietário refere o seu uso mais recente, durante a geração do pai, e que era utilizado como *reserva*: o térreo armazenava a *reserva* de vinho do casal donatário, e o primeiro piso a sua *reserva* de produtos agrícolas. O bloco dos *aidos* de fora parece estar dividido em dois, em que um deles tem térreo e andar e o outro apenas térreo (Figura 57); no primeiro bloco o térreo tem apenas uma porta, colocada ao centro, e que poderia acomodar nove animais, sendo o primeiro piso utilizado como *tulha* (Figura 58) e no segundo bloco, térreo e mais pequeno, também existe apenas uma porta; este sistema pode ter sido alterado, dado que o usual é a existência de um *aido* para cada dois animais, com porta central ladeada por um *postigo* de cada lado. O arco, que surge num dos portais de acesso da casa, aparece em todas



Figura 55. *coberto* da desfolhada e *palheiro*, datado de 1887, do qual restam apenas vestígios



Figura 56. edifício destinado à *reserva* agrícola dos pais do proprietário



Figura 57. edifício dos *aidos*



Figura 58. *tulha* no primeiro piso dos *aidos*

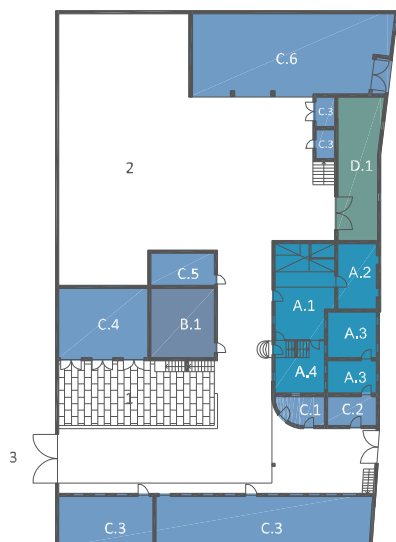


Figura 59. Piso térreo. Ver ficha A2, Anexo A em volume ANEXOS

A. Espaço doméstico avós proprietário

Área de trabalho da mulher

- A.1 cozinha
- A.2 adega e *salgadeira*
- A.3 *aido* de 2 bois de engorda
- A.4 *varanda da erva*

B. Espaço doméstico pais proprietário

Área de trabalho da mulher

- B.1 cozinha

C. Dependências agrícolas

- C.1 *aido* do porco
- C.2 arrumos da lenha e acesso a *aidos*
- C.3 *aido*
- C.4 *varanda da eira*
- C.5 *aido* do cavalo
- C.6 *coberto* da desfolhada

D. Reserva agrícola pais proprietário

- D.1 adega da *reserva* de vinho

Áreas exteriores

- 1 *eira*
- 2 *quinteiro*
- 3 *cortinha*

as aberturas destes *aidos*, quer seja nas portas ou nos *postigos*. Relativamente à orientação solar, as aberturas têm exposição a noroeste porque os animais não necessitavam de muita luz.

Relativamente ao espaço doméstico, na área de trabalho da mulher (Figura 59) a cozinha comunica com dois compartimentos de uso variado: a adega e a *varanda da erva* ²⁴, cuja comunicação com o *quinteiro* é feita pela porta principal da casa. A adega seria utilizada para a *reserva* do casal doador, acondicionada em *cubas* de vinho e onde estaria também a *salgadeira*; pelo facto de a *varanda da erva* comunicar com a cozinha, área de trabalho da mulher, poderá supor-se que seria também esta que alimentaria os animais (quatro bois de engorda e dois porcos), sempre através de *postigos*; os porcos, animais omnívoros, comiam a *lavagem* ²⁵. É interessante notar que a divisória entre a cozinha e a *varanda da erva* era constituída por fasquiado de madeira ²⁶, para além de que as paredes da adega parecem pertencer à casa de 1786, pela sua relação com as janelas dessa casa na fachada; estes *aidos* têm, neste caso e geralmente, acesso através do exterior, sendo utilizado maioritariamente para a retirada de estrume dos animais, e que seria depois utilizado como fertilizante natural nos campos. Apesar de o pavimento comum entre todos estes compartimentos ser em terra batida, uma parte da cozinha seria em soalho e corresponderia ao local

²⁴ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

²⁵ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

²⁶ No século XVIII, a divisão entre a cozinha e os *aidos* dos animais seria também em paredes de fasquiado de madeira, segundo informação da proprietária da *Casa do Pires*, que afirma que todas as casas desta época que conhece têm a divisória entre cozinha e os *aidos* em fasquiado

onde a família e os *jornaleiros*, em duas mesas diferentes, fariam as refeições, sendo que grande parte da ala norte da cozinha estava destinada ao *lar*, alhar ²⁷ e *forno*, todos cobertos pela *saia* da chaminé. Finalmente, esta seria um local onde os odores dos animais estariam muito presentes, e ainda muito escuro, porque tinha poucas aberturas (uma porta e uma pequena janela) orientadas a poente e ainda muito sombreada pela ramada que cobria grande parte do *quinteiro*. Nesta casa, segundo conta o proprietário, existiam alguns conflitos entre os seus pais (casal donatário) e os seus avós (casal doador) que levaram à duplicação da cozinha, localizada no térreo da *casa da eira*, transferindo-se para aí os seus pais e respetivo agregado familiar.

A área de pernoitar e cerimónias (Figura 60), como é comum, estava exclusivamente destinada aos quartos ou *torres* ²⁸ para pernoitar, e às áreas reservadas a cerimónias, como a sala e a *sala do compasso*; as escadas interiores de madeira e o espaço de distribuição são relativamente centrais, existindo uma espécie de pátio a ladear as escadas e que teria função indefinida; este espaço de *distribuição* e não de *transição* comunica com um quarto, com a *sala do compasso* e com outra sala, sendo que era através destas duas salas que se podia chegar aos restantes quartos. A compartimentação parece também bastante desequilibrada e desproporcionada, pois existem duas salas de dimensões generosas e um quarto com cerca de vinte metros quadrados sendo os restantes quartos de dimensões muito reduzidas, um deles sem janela (esta distribuição está

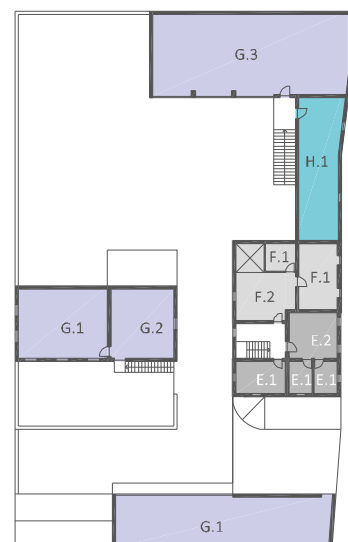


Figura 60. primeiro piso. Ver ficha A2, Anexo A em volume ANEXOS

— E. Espaço doméstico avós proprietário

Área de pernoitar e cerimónias

- E.1 quarto
- E.2 sala do compasso

— F. Espaço doméstico pais proprietário

Área de pernoitar e cerimónias

- F.1 quarto
- F.2 sala do compasso

— G. Dependências agrícolas

- G.1 tulha
- G.2 quarto dos moços
- G.3 palheiro

— H. Reserva agrícola pais proprietário

- H.1 tulha

²⁷ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

²⁸ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

relacionada com a forma de construir que se passa de geração em geração, como se verá no capítulo das Conclusões parcelares). Pelos mesmos conflitos referidos anteriormente, este piso foi dividido em dois: a ala norte (quarto de grandes dimensões, a sala e o quarto pequeno) para o casal donatário e família, e a ala sul para o casal doador e outros elementos da família. De facto, o lavrador apegou-se de tal forma à sua terra que criou um sistema complexo de transmissão de bens pela Doação, onde o interesse da *Casa* (neste conceito estão incluídos a família, os bens e as terras) era superior ao interesse individual, o que criava, não raras vezes, tensões familiares.

“Era a família que casava e quem casava fazia-o com uma família” ²⁹

Segundo a tradição e costumes rurais, era o chefe de família que decidia quem seria o herdeiro privilegiado, podendo escolher outro filho homem (que não fosse o mais velho) para herdar a casa, se este desse mais provas de que seria mais apto a gerir e a continuar a *Casa* (o direito de herdar é menos importante que o dever de gerir a *Casa*); podia também deserdar o primogénito caso este escolhesse casar contra a sua vontade, ou seja, *entrar para uma casa* que não estivesse de acordo com os níveis económicos e patamar social que este considerava adequados para salvaguardar os interesses da família. Ora, num universo económico dominado pela raridade do dinheiro, era o valor da propriedade pertença da *Casa* que determinava o valor do dote, que assim definia não só as ambições matrimoniais de

29 *“C’est la famille qui mariait et l’on se mariait avec une famille”*, in BOURDIEU, Pierre, *Le bal des célibataires: Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil, 2002. (Points. Essais). Vol. 477

quem o detinha (os filhos que teriam de sair da casa) como limitava as escolhas de cônjuge para o filho que ficava na casa. Ou seja, este sistema permitia limitar as ambições de cada um e definia o nível económico das pessoas que podiam casar-se entre si. Como é bem visível, era um sistema opressor, onde os primogénitos das *grandes Casas* tinham grandes responsabilidades, tendo a obrigação de gerir muito bem os seus bens, economizar e sacrificar-se bastante para conseguir pagar a *legítima*³⁰ dos irmãos e ficar com a *Casa*; por outro lado, nestes casos, onde os imperativos económicos se impunham com mais força, era mais difícil para um herdeiro partir e casar com quem quisesse e ser deserdado do que para um irmão seu não-herdeiro. Por todos estes motivos, era comum as partilhas serem uma calamidade para alguns membros do grupo familiar, porque prevalecia o superior interesse da continuidade da linhagem da família e, portanto, os *filhos não-herdeiros* tinham de contentar-se com o dote, com a emigração para procurar um emprego (sendo o Brasil o destino mais comum), ou acabar celibatários o resto da vida, vivendo na casa sob as ordens do irmão-herdeiro e tendo de trabalhar no campo para a sua sobrevivência e a da família.

Por outro lado, o recurso quase exclusivo à força de trabalho familiar (típica destas famílias de lavradores) e o uso sistemático da Doação, geravam famílias numerosas, onde conviviam várias gerações e ainda os seus membros celibatários; estando a sua sobrevivência dependente da força de trabalho familiar, a repartição de tarefas produtivas era feita por todos os membros da casa e de forma meticulosa e implacável pelo chefe de família,

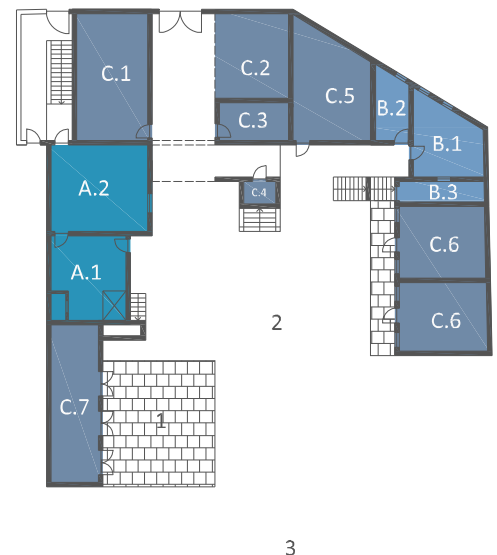


Figura 61. Piso térreo *Casa do Grilo*. Ver ficha A1, Anexo A em volume ANEXOS

- A.** Espaço doméstico avós proprietário
 - Área de trabalho da mulher
 - A.1 cozinha
 - A.2 sala de jantar
- B.** Espaço doméstico pais proprietário
 - Área de trabalho da mulher
 - B.1 cozinha
 - B.2 *salgadeira*
 - B.3 *aido* de dentro
- C.** Dependências agrícolas
 - C.1 adega
 - C.2 lagar
 - C.3 *quarto do moço*
 - C.4 *aido* do porco
 - C.5 *aido* das ovelhas
 - C.6 *aido* para 2 animais
 - C.7 *varanda da eira*
- Áreas exteriores
 - 1 *eira*
 - 2 *quinteiro*
 - 3 *cortinha*

30 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

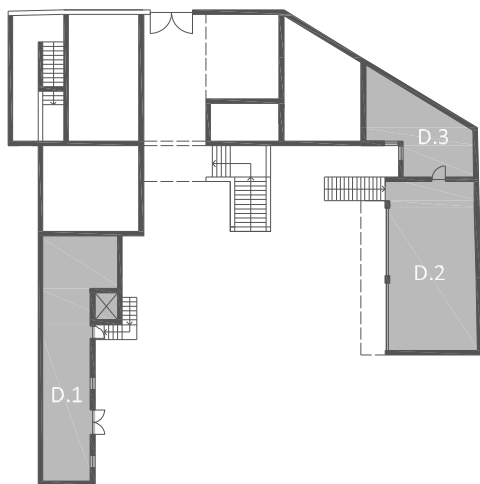


Figura 62. Meio piso, Casa do Grilo. Ver ficha A1, Anexo A em volume ANEXOS

- D. Dependências agrícolas
- D.1 tulha
 - D.2 palheiro
 - D.3 arrumos agrícolas

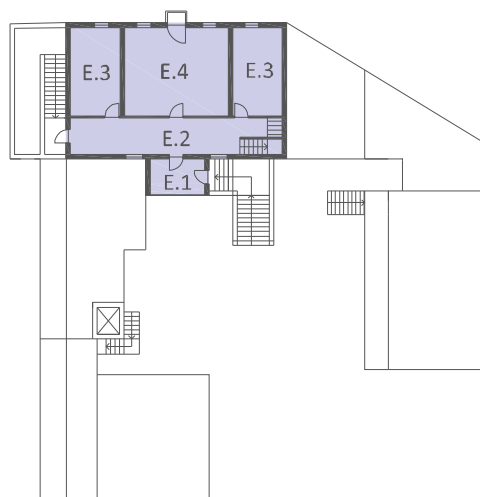


Figura 63. Primeiro piso, Casa do Grilo. Ver ficha A1, Anexo A em volume ANEXOS

- E. Espaço doméstico avós proprietário
Área de pernoitar e cerimónias
- E.1 vestíbulo
 - E.2 corredor largo
 - E.3 quarto
 - E.4 sala do compasso

que geria todas as atividades dos restantes membros (até as mais insignificantes): repartição entre tempo de trabalho e tempos livres de cada um, consumos individuais e escolhas matrimoniais. Como é óbvio, este sistema de autoridade contribuía para gerar conflitos entre os indivíduos da família. Outro fator de tensão estava na posse da cozinha, que desde a casa do cultivador de uma parcela da *villa* romana era o elemento central da casa e espaço polifuncional, facto que acontecia ainda na Casa agrícola desta época, sendo a sua posse atribuída à mulher da casa (a *dona*, a *patroa*) e por isso a existência de várias mulheres podia criar conflitos. Nesses casos, por estarem ligados não só pelos vínculos legais do contrato de Doação como pelo apego à terra, optavam por conviver na mesma casa, mas dividindo-a e duplicando determinados espaços. A Doação era um sistema tão intrincado no modo de viver destes lavradores que nas escrituras de Doação para casamento incluíam cláusulas a salvaguardar determinados compartimentos na casa no caso da existência de conflitos, tal como é definido na Convenção antenupcial com Doações, no Anexo B em volume ANEXOS, onde se escreve:

[...] *A donatária e futuro marido poderão habitar com os doadores, ocupando estes o quarto do lado sul poente, a cozinha, a sala de jantar e servindo-se da adega, da casa da eira, da eira e do eirado para secar dos seus cereais se os doadores derem o mesmo eirado à donatária e farão uso de dois aidos, à sua escolha. Poderá a donatária cozinhar na mesma cozinha em comum com os donatários, ou separadamente, se todos se derem bem, de contrário fará a donatária para si cozinha à parte [...].*

Na Casa do Grilo (Figuras 61,62,63 e 64), como na Casa do

Mendonça, a cozinha foi duplicada e localizava-se na antiga casa, a que chamavam de *casa das tias*, aproveitando um pequeno compartimento que aí existia para a colocação da *salgadeira*. Situada junto dos *aidos*, foram abertos dois *postigos* para que da cozinha a mulher pudesse alimentar rapidamente os animais do *aido* comunicante, provavelmente bois ou porcos. A casa, por sua vez, estava dividida por pisos: o primeiro andar para uma parte da família e o andar recuado das águas furtadas estava reservado à restante família.

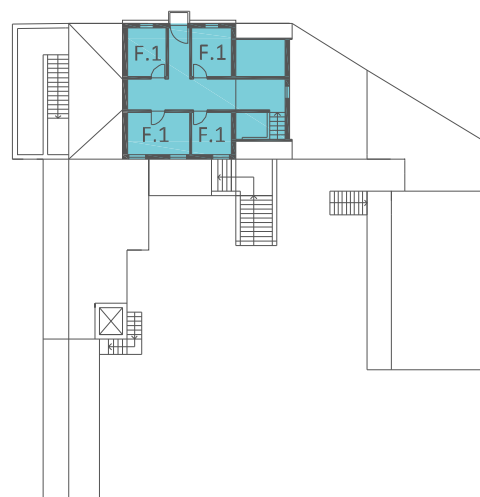


Figura 64. Segundo piso, *Casa do Grilo*. Ver ficha A1, Anexo A em volume ANEXOS


— F. Espaço doméstico pais proprietário
Área de pernoitar e cerimónias
F.1 quarto

3. A *Casa do Azevedo* e as transformações no espaço doméstico

IMPLANTAÇÃO. Aglomerado rural em Vila Chã



Escala gráfica (m) 0 50

Norte: 

 Casa do Mendonça  Caso de estudo  Casa Agrícola

*A Casa popular é um dos mais significativos e relevantes aspectos da humanização da paisagem, em que na sua grande diversidade de tipos, afloram, com particular evidência, numerosos condicionalismos fundamentais-geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais das respectivas áreas e dos grupos humanos que a constroem e habitam.*³¹

Como se verá, esta casa constitui um exemplo da forma como na Casa Agrícola o interior doméstico se transformou de acordo com os condicionalismos sociais e culturais. A *Casa do Azevedo* localiza-se em Vila Chã, no mesmo aglomerado de *Casas Agrícolas* que a *Casa do Cancela*, sendo que esta se destaca claramente das restantes pelo número de pisos; por isso, e apesar da rua Fundo de Vila ser bastante compacta e estreita, esta casa é visível praticamente desde os limites nascente e poente da rua (Figuras 65 e 66). Analisando a envolvente, esta parece ser a que apresenta uma data inscrita na padieira mais recente, já que a maioria é anterior ao início do século XX; além disso, segue a implantação característica deste tipo de casas: está à face da rua e paralela a esta. Possui no total vinte e uma parcelas de dimensões variáveis: *Cortilheira, Bouça dos Lombos, Leira dos Lombos, lameiro da Ferreiró, Cas do Rio da Igreja, Leira das agras, Bouça das agras, Casais, Alquevada, Leira das Poças grandes, Leira das Poças pequenas, Campo do mar, Vermiosa, Pedrouces, Senras, Leiras margens, Ramada, Campos de dentro, Bouça das Passarias, Campo da fonte e a Casa + Cortinha*. A sua reconstrução foi feita em 1912 por António Gonçalves de



Figura 65. *Casa do Azevedo* e a envolvente próxima, vista da rua Fundo de Vila no sentido nascente-poente



Figura 66. *Casa do Azevedo* e a envolvente próxima, vista da rua Fundo de Vila no sentido poente-nascente

31 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.13

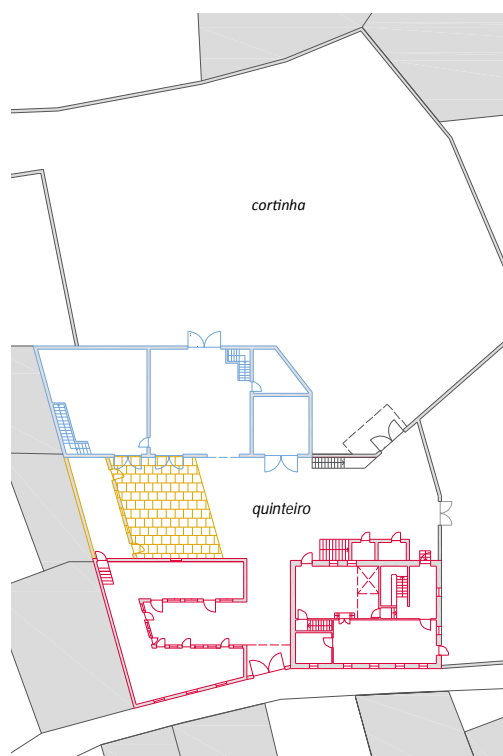


Figura 67. Piso térreo. Ver ficha A7, em Anexo A

1ª fase: construção anterior a 1912

2ª fase: construções de 1912

3ª fase: construções de 1945

Azevedo (A.G.A.), avô do atual proprietário, António José de Azevedo Ramos. Este avô era lavrador e tinha uma família muito grande e portanto decidiu reconstruir a casa que tinha recebido por Doação dos pais; o atual proprietário recebeu-a por partilhas, tendo-lhe sido doado o *terço*³²; apesar disso, este e a sua família não vivem na casa, que é habitada por uma usufrutuária. Finalmente, dado o sistema endogâmico de casamentos, existem relações de parentesco entre pessoas que habitaram a *Casa do Inácio* e a *Casa do Cancela*, ambas *grandes Casas* agrícolas de Vila Chã.

Como é regra geral, a casa está associada a uma *cortinha*, organizando-se em torno de um *quinteiro* fechado, construído ao longo de várias fases (Figura 67). Destas fases podem-se definir três, embora seja bastante provável que tenham existido mais³³. Assim, a primeira fase seria anterior a 1912, sendo impossível fixar datas precisas e apenas tendo por base as memórias das pessoas da casa, defendendo-se que a casa anterior estaria no local onde estão agora os *aidos*, não sendo no entanto possível determinar se alguma parte da estrutura da casa foi aproveitada para a construção deste; a localização à face da rua e o facto de ainda apelidarem um banco existente no interior dos *aidos* de banco da cozinha parecem corroborar esta hipótese. Nesta fase, existiriam ainda mais duas construções, uma casa dos caseiros e uma *tulha*, e das quais não restam vestígios, apenas a memória de que estariam situadas, sensivelmente, no mesmo local que a atual *tulha*. A *casa da eira*, hoje de rés-do-chão e

³² Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

³³ No primeiro caso de estudo defendeu-se a hipótese de que esta *Casa*, juntamente com a *Casa do Cancela* e outras duas mais, datariam de, pelo menos, do século XIV

andar, seria apenas térrea; à segunda fase, datada de 1912, corresponde a construção da casa atual e dos *aidos*, sob o local onde estaria a casa agrícola anterior, e à terceira fase, datada de 1945, corresponde a construção do edifício que alberga a *tulha*, a adegas, o *coberto* da desfolhada e ainda a casa dos caseiros, para a qual foi necessária a destruição das construções que existiam no local onde agora está implantada. Ao longo destas três fases a casa foi ganhando a sua organização funcional atual, um U em torno do *quinteiro* e da *eira*, fechado a poente por um muro de pedra. O acesso ao *quinteiro* é feito através de um portal quadrangular, contíguo à parede poente da casa, sob um pequeno *coberto* de entrada (Figura 68); este portal tem uma guarnição de pedra bem trabalhada e com a inscrição da data (1912) e iniciais do proprietário (A.G.A.), envoltas em motivos florais delicadamente talhados; o batente tem um belo trabalho de serralharia, misturando símbolos políticos (o escudo com as 5 quinas presente na bandeira monárquica) e naturais (animais e elementos florais) (Figura 69).

Nesta casa a fachada da rua é bastante imponente, destacando-se das restantes, pelas suas dimensões, pela complexidade da cobertura (onde foi introduzido um mirante por cada água) bem visível na rua devido à menor altura das restantes casas da envolvente, pelo grande número de aberturas, todas alinhadas e ritmadas (todos os *postigos* e janelas possuem alizares de pedra, sendo que em duas janelas centrais na fachada, uma em cada piso, estes estão decorados com um pequeno motivo floral), pelos cunhais em pedra e pela alta cornija que suporta um telhão bastante saliente (Figura 70). Contrariamente, nas restantes fachadas da casa existe uma aparente desordem



Figura 68. portal quadrangular de acesso desde a rua Fundo de Vila



Figura 69. Pormenor do portal quadrangular



Figura 70. fachada da casa



Figura 71. fachada interior norte da casa



Figura 72. Dependências agrícolas. Casa da eira associada à eira limitada pelo beiral



Figura 73. Dependências agrícolas. Construção que alberga o coberto da desfolhada, adega e tulha

das janelas e menor cuidado na decoração (nem todas as janelas têm alizares de pedra, não existe cornija de pedra nem telhão e os cunhais não são decorados com pedra; apesar disso, a fachada norte da casa é dominada pela chaminé e pelas escadas exteriores de pedra, sendo que é de notar a desordem que as aberturas da cozinha, dos *aidos* e retrete, localizados sob o vão das escadas, trouxeram ao conjunto desta fachada (Figura 71).

As dependências agrícolas são constituídas pela *casa da eira*, *tulha* e *coberto* da desfolhada e adega. A *casa da eira* seria inicialmente térrea, mas no período pertencente à terceira fase (1945) foi-lhe aumentado um piso, utilizado como *espigueiro* (para secagem das espigas) e por isso o alçado é constituído por ripado de madeira na vertical, ao passo que o piso térreo é bastante opaco, com aberturas bastante reduzidas e apenas duas portas; à *casa da eira* está associada a *eira*, delimitada por um *beiral* com duas aberturas para a colocação de cancelas (Figura 72); no entanto, a *eira*, com exposição a sul, está parcialmente encoberta pelo edifício dos *aidos*, construído posteriormente. A *tulha* (Figura 73) da casa é um edifício de grandes dimensões, que alberga diversos compartimentos de uso agrícola: no térreo estava o *coberto* da desfolhada, a adega, e ainda uma garagem e a cozinha dos caseiros, anexados a esta durante a terceira fase (e após 1945). O piso superior estava dividido em duas secções, a pertencente aos caseiros e a da *Casa*: a primeira tinha acesso através de escadas interiores que partiam do *coberto*, estando dividida em área de habitar (três quartos, sendo que dois deles não têm janela, e uma sala) e área da *tulha* (onde

armazenavam a sua parte da produção agrícola) ³⁴, e a da *Casa*, com acesso através de escadas de madeira que partiam da adega e chegavam a este amplo espaço, destinado exclusivamente ao armazenamento de produtos agrícolas. Dada a sua função de armazenagem, as aberturas são escassas e estreitas. Os animais estão acomodados, quase todos, num bloco de rés do chão e andar em forma de U (Figura 74). O piso térreo é em pedra, em que a cada *aido* corresponde normalmente uma porta central e outros dois *postigos* retangulares e que poderia acomodar entre 8 a 10 animais; o piso superior, de pé direito relativamente baixo, era utilizado como *palheiro*; era também aqui que estava o quarto dos *moços*, um espaço exíguo, pouco ventilado e iluminado, infestado com os odores e ruídos dos animais, com acesso através de umas pequenas escadas que partiam do interior dos *aidos* mas às quais só se poderia chegar através da *casa da eira*; este edifício é caso excecional entre os 10 objetos de estudo devido ao facto de ser um edifício independente da casa, de planta em U e cujo espaço central era utilizado como *enchido*.

Na área de trabalho da mulher (Figura 75 e Figuras 81 a 86), ou seja, o piso térreo da casa, os animais foram excluídos do seu interior, estando acomodados no edifício dos *aidos* de fora e ainda sob o vão das escadas exteriores, no caso do porco; a cozinha é absolutamente central, pela sua dimensão e amplitude, pé direito elevado e ainda por comunicar com todos os outros compartimentos deste piso, de forma direta (comunica com a sala de jantar, com o átrio de entrada e as escadas interiores e

³⁴ É interessante notar que apesar de esta ser uma construção mais recente, poucos anos após 1945, a divisão funcional por pisos (onde a cozinha e compartimentos agrícolas estão no piso térreo e a área de pernoitar e da cerimónia está no primeiro piso) se manteve.



Figura 74. Dependências agrícolas. Edifício dos *aidos*

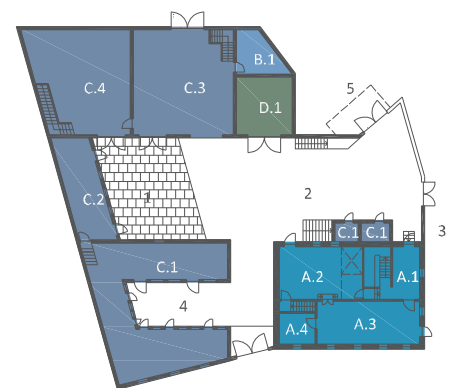


Figura 75. Piso térreo. Ver ficha A7, Anexo A em volume ANEXOS

- A. Espaço doméstico**
Área de trabalho da mulher
 - A.1 atrio
 - A.2 cozinha
 - A.3 sala de jantar
 - A.4 quarto
 - B. Espaço doméstico caseiros**
Área de trabalho da mulher
 - B.1 cozinha
 - C. Dependências agrícolas**
 - C.1 *aido*
 - C.2 *varanda da eira*
 - C.3 *coberto da desfolhada*
 - C.4 adega e *salgadeira*
 - D. Outros**
 - D.1 garagem
- Áreas exteriores**
- 1 *eira*
 - 2 *quinteiro*
 - 3 *jardim*
 - 4 *enchido*
 - 5 *cortinha*

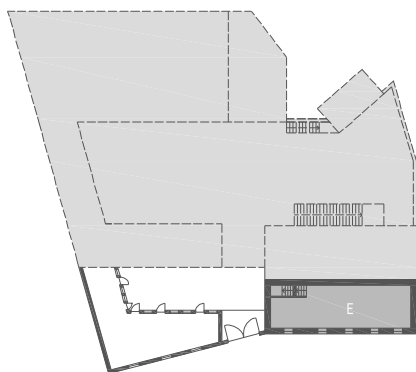


Figura 76. subcave. Ver ficha A7, Anexo A em volume ANEXOS

— E. Dependências agrícolas
adega e *salgadeira*

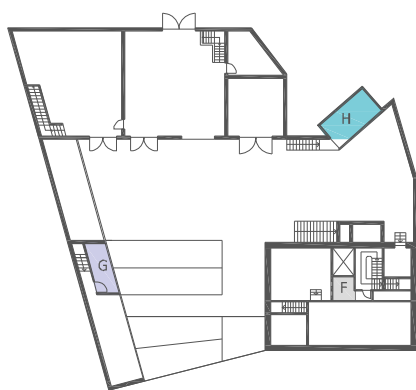


Figura 77. meio piso. Ver ficha A7, Anexo A em volume ANEXOS

— F. Espaço doméstico
quarto das moças

— G. Dependências agrícolas
quarto dos moços

— H. Outros
pombal



Figura 78. pombal, sobre o acesso à *cortinha*

com as escadas que descem até à adega) e visualmente com o quarto das *moças*, colocado em mezanino sobre uma parte da cozinha e cujo piso acompanha a *saia* da chaminé (Figuras 76 e 77).

Se nas casas antes analisadas (*Casa do Cancela* e *Casa do Mendonça*) as cozinhas eram escuras, com poucas aberturas, de pé direito relativamente baixo e onde a convivência com os animais era muito mais próxima, neste caso a cozinha é concebida como um espaço amplo e com bastante luz, livre dos odores dos animais; apesar destas alterações, continua a ser o espaço comum da família, onde se reúnem para comer, juntamente com os *jornaleiros*, em duas mesas separadas, ou para descansarem junto à lareira. A área de pernoitar e das cerimónias (Figuras 79 e 80 e Figuras 87 a 90) ocupa dois pisos da casa, sendo que um deles é o aproveitamento das águas furtadas; os acessos ao primeiro piso estão duplicados, já que podem ser feitos através do *quinteiro* por umas enormes escadas de pedra de um lanço e por outras interiores, e que comunicam ambos com um largo corredor central, com janelas nos extremos, e que faz a distribuição tanto para os quartos como para a *sala do compasso* (ou *sala dos mortos*, por aqui se realizarem os velórios e por estar decorada com as fotografias dos que habitaram a casa e já faleceram), integrada no meio destes; por seu lado, o acesso às águas furtadas é feito exclusivamente pelo interior, a partir de um pequeno átrio comum com o patamar das escadas exteriores e que chega a uma sala ampla e iluminada pelo mirante central e que permite a comunicação com quatro pequenos quartos, dois na ala nascente e outros dois na ala poente, cada um deles iluminado pela janela de um mirante; era utilizada pela família



Figura 81. cozinha: saída da chaminé



Figura 82. cozinha: acesso à sala de jantar



Figura 83. cozinha: mezanino



Figura 84. adega com as cubas de vinho



Figura 85. sala de jantar



Figura 86. acesso a quarto a partir da sala

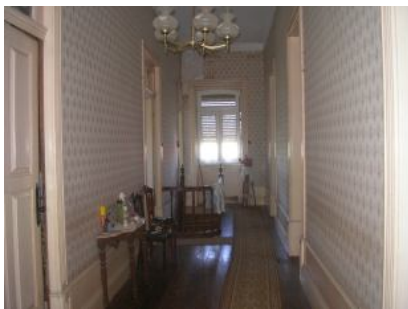


Figura 87. corredor central do 1º piso

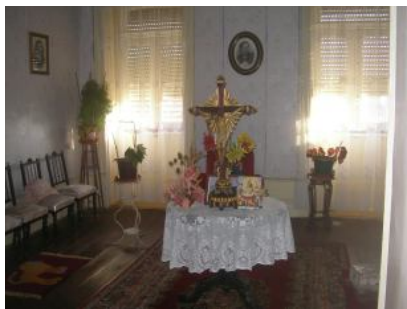


Figura 88. sala do compasso



Figura 89. quartos no 2º piso



Figura 90. sala do 2º piso

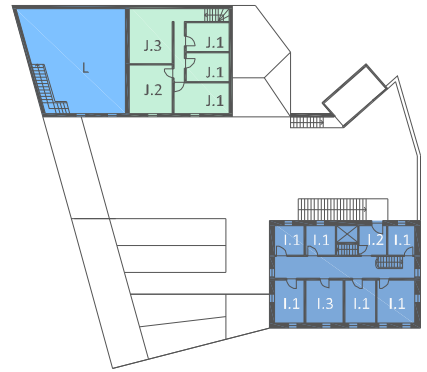


Figura 79. primeiro piso. Ver ficha A7, Anexo A em volume ANEXOS

- I. Espaço doméstico**
Área de pernoitar e cerimónias
 - I.1 quarto
 - I.2 sala de espera
 - I.3 sala do compasso ou sala dos mortos
- J. Espaço doméstico dos caseiros**
Área de pernoitar e cerimónias
 - J.1 quarto
 - J.2 sala
 - J.3 tulha
- L. Dependências agrícolas**
tulha

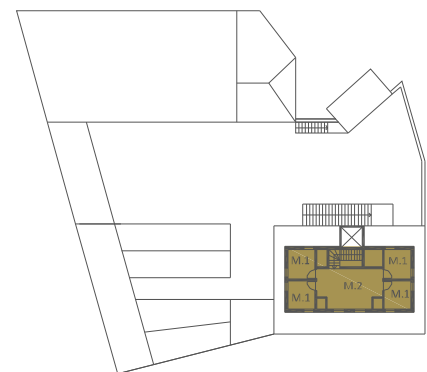


Figura 80. segundo piso. Ver ficha A7, Anexo A em volume ANEXOS

- M. Espaço doméstico**
Área de pernoitar e cerimónias
 - M.1 quarto
 - M.2 sala

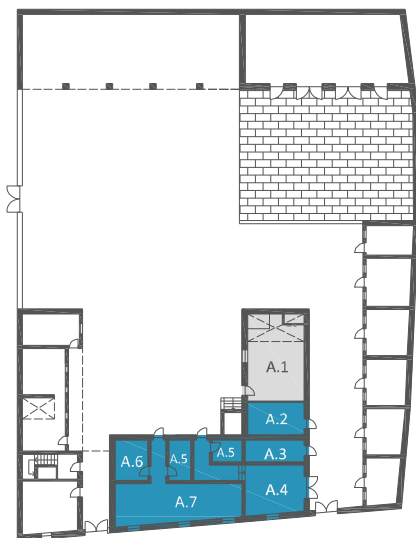


Figura 91. piso térreo da casa de 1756, *Casa do Pires*. Ver ficha A 10, Anexo A em volume ANEXOS

- A.1 cozinha
- A.2 aido de dentro dos bois de engorda
- A.3 aido das ovelhas
- A.4 varanda da erva
- A.5 aido do porco
- A.6 arrumo agrícola
- A.7 adega e tulha

que habitava na casa, mas também por caseiros entre a segunda fase (1912) e a terceira fase (1945), já que não existiria uma casa dos caseiros, e por isso seria aqui que estes dormiriam, utilizando a sala para guardar as arrobas de milho que lhes cabiam, o que não era muito prático e constituía uma enorme dificuldade carregá-las desde o *quinteiro* até este piso.

Como já foi demonstrado e caracterizado, tanto nas casas analisadas anteriormente como na *Casa do Azevedo*, o elemento central da vida quotidiana na casa é a cozinha e por isso a associação de determinado tipo de compartimentos a esta demonstra a sua importância relativa dentro do espaço doméstico da casa e é evidência das transformações deste. Por isso, a comparação entre o tipo de associações feitas na *Casa do Azevedo* em relação a outras casas, de reconstrução mais antiga, permite uma visão geral do tipo de transformações que estas casas terão sofrido.

Assim, na *Casa do Azevedo* (1912) o tipo de associação que se definiu é *cozinha + sala de jantar + átrio de entrada + adega*. Ora, comparando o piso térreo desta casa com o da *Casa do Pires* de 1756 (Figura 91) se compreende o tipo e importância das transformações que aqui se operaram; se na *Casa do Pires* praticamente todos os compartimentos se relacionavam com o trabalho agrícola (exceto a cozinha), nesta casa esses compartimentos foram reduzidos ao mínimo através de uma complexificação da casa, libertando o térreo de forma a que os espaços ligados ao uso da família e de cerimónia adquirissem maior importância: o acesso à adega é feito através de umas escadas que partem da cozinha, estando esta em subcave, sob o

andar térreo e aproveitando um desnivelamento entre a cota da rua, mais baixa, e o *quinteiro*; o quarto das *moças* está colocado em mezanino sobre a cozinha, aproveitando o grande pé direito da cozinha e com acesso a partir das escadas interiores, utilizando o sistema de meio piso; esta localização do quarto das criadas é interessante porque é similar à da casa burguesa portuense, onde:

*[...] o pequeno compartimento implantado na base das escadas e no remate do corredor de distribuição, estrategicamente colocado numa posição com acesso rápido a todos os compartimentos, é o quarto da criada. A facilidade com que pode acudir em qualquer parte do dia às solicitações da dona de casa determina a conveniência desta localização. As criadas domésticas assumem-se como um elemento fundamental para o funcionamento da habitação; [...]*³⁵

Apesar disso, esta casa apresenta ainda tipos de distribuição funcional presentes em Casas agrícolas mais antigas, como é o caso do quarto situado neste piso térreo e cujo único acesso é feito através da sala de jantar, o que poderá estar relacionado com a *memória do habitar*, tema que será desenvolvido no capítulo das Conclusões parcelares.

Mais próximas do tipo de organização do piso térreo, em relação à *Casa do Azevedo*, estavam a *Casa do Grilo* (1858) (Figura 92), *Casa do Silveira* (1897) (Figura 93) e *Casa do Inácio* (1900) (Figura 94), onde foi considerada a associação do tipo *cozinha + sala de jantar*. De facto, na segunda metade do século XVIII

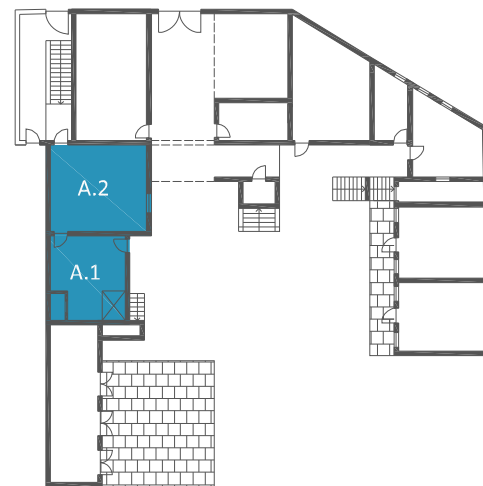


Figura 92. piso térreo, *Casa do Grilo*. Ver ficha A1, Anexo A em volume ANEXOS

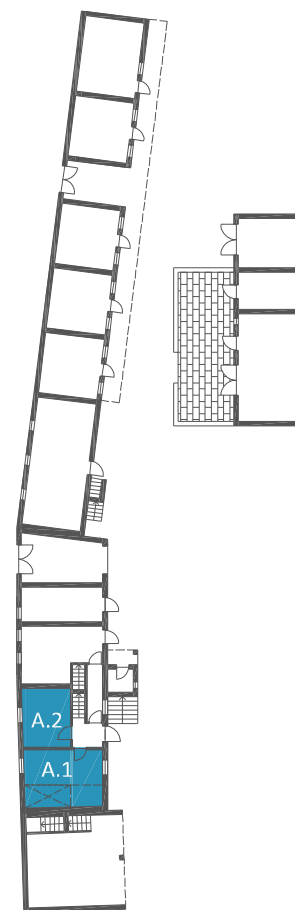


Figura 93. piso térreo, *Casa do Silveira*. Ver ficha A5, Anexo A em volume ANEXOS

- Associação *cozinha + sala de jantar*
- A.1 cozinha
- A.2 sala de jantar

³⁵ MOTA, Nelson, *A ARQUITECTURA DO QUOTIDIANO: Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX*. Coimbra: EDARQ, 2010. (Debaixo de telha), p.213

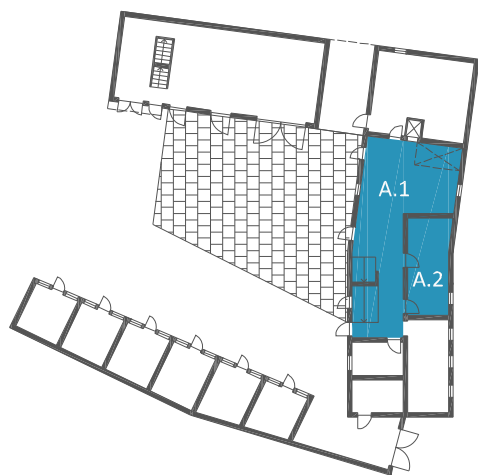


Figura 94. piso térreo, *Casa do Inácio*. Ver ficha A6, Anexo A em volume ANEXOS

- Associação cozinha + sala de jantar
- A.1 cozinha
- A.2 sala de jantar

surge um espaço para a convivência familiar, a sala de jantar, associada ao conceito de família moderna, entendida não só como um conjunto de pessoas com quem se convive mas a quem se está ligado por sentimentos ³⁶. Desta forma, para a burguesia urbana portuense, contemporânea desta burguesia rural de lavradores, a casa é concebida como um lar, protegido da crueza da realidade associada ao local de trabalho ³⁷. A manutenção do local de trabalho integrado na casa agrícola fez com que a introdução da sala de jantar nestas casas fosse meramente simbólica, tendo o mesmo significado que a sala ou a *sala do compasso*: espaços reservados exclusivamente a cerimónias e que não eram utilizados pela família no seu quotidiano (para isso estava reservada a cozinha, que se mantém como elemento central do dia-a-dia) ³⁸. A sua relação com a cozinha varia nos três casos, mas a sua conceção como um espaço pertencente ao domínio público é comum: na *Casa do Grilo* esta comunica com a cozinha e com uma entrada secundária desde a rua, na *Casa do Silveira* com um pequeno átrio de distribuição e finalmente na *Casa do Inácio* o acesso a este compartimento é feito através de um espaço pouco definido (não existe separação entre a cozinha, a adega e as escadas interiores).

³⁶ ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE-BLANCHARD, Anne, *Architectures de la vie privée: maisons et mentalités: XVII-XIX siècles*. Bruxelles: AAM, 1989, p.224

³⁷ MOTA, Nelson, *At home com a burguesia do Porto: Fronteiras entre o público e o privado*. In *Família, Espaço e património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011, p. 523

³⁸ Através dos relatos nas pessoas mais idosas das casas ou de relatos dos proprietários mais jovens sobre o modo de habitar dos pais e dos avós, é possível definir o uso dado a este tipo de compartimentos a partir das primeiras décadas do século XX, e que se supôs não serem muito diferentes do período em estudo anterior a essa data. Dito isto, referem estas pessoas que a sala de jantar era apenas utilizada para almoços de família na Páscoa ou em alguma data especial.

De notar que na *Casa do Grilo* e na *Casa do Inácio* o acesso à sala de jantar é feito através da cozinha, o que é revelador do carácter multifuncional e polivalente da cozinha e da forma como é concebida como um elemento absolutamente público, organizador e distribuidor dos restantes compartimentos. É ainda possível determinar o tamanho da importância dada a este compartimento nestas Casas Agrícolas quando comparados com a que tinha na casa da burguesia portuense, sua contemporânea:

*[...] desde as áreas destinadas ao armazenamento dos mais diversos produtos até ao verdadeiro motor da casa que é a cozinha, estes compartimentos aparecem na habitação burguesa em posição marginal, mas com uma localização que decorre da sua natureza*³⁹

Por outro lado, na *Casa do Cancela* (1877) (Figura 95), *Casa do Mendonça* (1868) (Figura 96) e *Casa do Narciso* (1896) (Figura 97) o tipo de associação é *cozinha + aido de dentro + adega e salgadeira*, onde é bem visível a importância dos animais no interior da casa, o que contrasta tanto com a *Casa do Azevedo* como com todas as casas referidas anteriormente, não se podendo deixar de referir que, excetuando a *Casa do Narciso*, são das casas mais antigas. Ora, os *aidos de dentro* seriam um elemento característico da região maiata, onde VEIGA DE OLIVEIRA e GALHANO encontraram “[...] vestígios ou memória deles na área compreendida entre o Rio Ave e Labruge, desde o mar a Guilhabreu e Canidelo [...]”⁴⁰, esclarecendo no entanto



Figura 95. piso térreo, *Casa do Cancela*. Ver ficha A3, Anexo A em volume ANEXOS

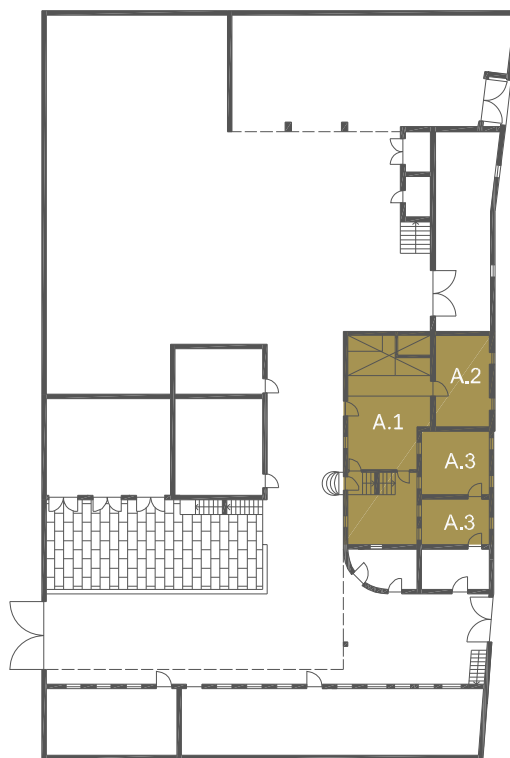


Figura 96. piso térreo, *Casa do Mendonça*. Ver ficha A2, Anexo A em volume ANEXOS

- Associação cozinha + aido de dentro + adega e salgadeira
- A.1 cozinha
- A.2 adega e salgadeira
- A.3 aido de dentro

39 MOTA, Nelson, *A ARQUITECTURA DO QUOTIDIANO: Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX*. Coimbra: EDARQ, 2010. (Debaixo de telha), p.216 e p.217

40 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.99

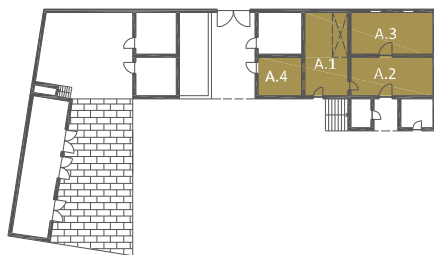


Figura 97. piso térreo, Casa do Narciso. Ver ficha A4, Anexo A em volume ANEXOS

— Associação cozinha + aido de dentro + adega e salgadeira

- A.1 cozinha
- A.2 salgadeira
- A.3 adega
- A.4 aido de dentro

que ignoravam se a extensão da sua utilização era maior. Estes existiriam em quase todas as Casas Agrícolas, associados à cozinha, através de dois *postigos* a partir dos quais a mulher da casa, enquanto *lidava* na cozinha, atirava a comida dos animais, e por isso, algumas pessoas os apelidam de *bois da patroa* ⁴¹. Existem evidências de que este tipo de *aidos* existiria desde, pelo menos, a segunda metade do século XVIII ⁴²; os *aidos* de dentro que se encontraram nestas três casas eram apenas vestígios (os *postigos* estavam tapados), mas é de referir que, contrariamente ao que sucedia na *Casa do Pires*, a divisão entre estes e a cozinha era de pedra; a sua localização, para além de funcional, poderá estar relacionada com a importância dos bois e também do porco na economia agrária rural: a engorda dos bois de raça barrosã era uma atividade muito importante nesta região, sendo muito desse gado exportado para Inglaterra, para além de que o boi era elemento quase exclusivo de tração rural (era também ele que movia o *engenho* ⁴³ localizado no *quinteiro* da casa), sendo ainda um dos principais factores de produção dos fertilizantes orgânicos utilizados nos campos; era ainda muito comum a existência de um porco, que fornecia parte da carne da qual a família se alimentava (existindo uma vez por ano a “matança do porco”) e que se armazenava na *salgadeira*.

41 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.99

42 Na *Casa do Pires* de 1756 existiriam, segundo descrição da proprietária, *aidos* separados da cozinha por uma parede de tabique, onde existiriam dois *postigos*, cuja portada correria lateralmente; ainda segundo a proprietária, todas as Casas de Lavoura que conheceu, desde a infância, tinham o *aido* de dentro associado à cozinha, separados pela parede de tabique com o mesmo sistema das portadas de correr

43 Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

Por outro lado, a relação entre os lavradores e os animais era muito próxima, porque eram os seus companheiros diários de trabalho e muitas vezes de sustento, que o lavrador tinha gosto em olhar e admirar enquanto comia, existindo ainda a crença de que estes engordavam mais e ficavam mais mansos com esta convivência ⁴⁴. A presença da adega era transversal em todos os casos de estudo analisados, e a sua localização era similar em todos eles: junto à fachada da rua, na qual são abertos *postigos* estreitos para permitir a ventilação e a entrada de alguma luz, servindo para armazenar o vinho produzido nas ramadas que envolviam todas as propriedades e que sombreavam o *quinteiro*.

Com exceção destas três casas, todas as restantes excluíram os *aidos* do seu andar térreo, o que poderá ser um indicativo de uma nova conceção do habitar e de uma relação mais distante com os animais, e que constituiu um processo que não ocorreu ao mesmo tempo em todas as casas. ALVES refere que foram os *brasileiros* que introduziram o conceito de salubridade: abriram poços, utilizaram os moinhos de vento para levar a água ao interior da habitação, separaram os animais das pessoas (pela construção dos *aidos* de fora), utilizaram janelas e vidros, até aí pouco utilizados, para permitir o arejamento e a luz interior ⁴⁵. De facto, durante um longo período, da Renascença até ao fim do século XVIII, os maus odores são tolerados e até considerados banais; é no século XIX que surge a necessidade de dissociar odores (associados à promiscuidade e a doenças)

44 ALVES, Jorge Fernandes - *O "brasileiro" oitocentista e o seu papel social*. In *Os Brasileiros- Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento, 1993, p.266

45 *idem*, p.265

das zonas comuns, o que significou dissociar funções ⁴⁶. Nestas casas, esta necessidade significou remeter os *aidos* para o exterior da casa, associando-os ao cubículo da retrete.

46 ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE-BLANCHARD, Anne, *Architectures de la vie privée: maisons et mentalités: XVII-XIX siècles*. Bruxelles: AAM, 1989, p.27

V. CONCLUSÕES PARCELARES

1. Os Casos de estudo como reconstruções das casas fundacionais

Os casos de estudo apresentados (à exceção da *Casa do Manteiro* e *Casa do Narciso*) são, na maioria, reconstruções de casas agrícolas anteriores, podendo-se supor que o mesmo acontece com muitas das casas existentes na área em estudo e cujas datas variam, geralmente, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A explicação para que estas transformações tenham acontecido sensivelmente no mesmo período em muitas casas estará relacionada com alterações sociais e agrárias que se processaram na região.

Assim, e em primeiro lugar, há-que enfatizar que a casa rural é concebida como um verdadeiro instrumento agrícola, e por isso a sua organização funcional é do tipo *Casa-Bloco*, sendo que a introdução do milho graúdo, cereal volumoso e de enorme produtividade, tornou necessária a criação de novos anexos especializados, tendo em vista uma secagem muito avultada e demorada; em segundo lugar, têm de ser considerados outros factores que também terão influenciado estas transformações, relacionados com o sistema de transmissão de bens através da Doação¹ e também com o papel social e económico do *brasileiro* na área do Porto desde o século XVIII.

Ora, como exemplo deste mesmo papel social surge a *Casa do Grilo*² (Figura 98): os proprietários chamam a uma pequena construção, já bastante alterada, de *casa das tias*, já referida, e



Figura 98. *Casa das tias*, em primeiro plano, contígua à *Casa do Grilo*, em segundo plano

¹ que se terá generalizado no século XIX e que terá permitido o aparecimento de uma burguesia rural, ligada sobretudo às Casas Doadas

² Ver ficha A1 (*Casa do Grilo*), Anexo A em volume ANEXOS

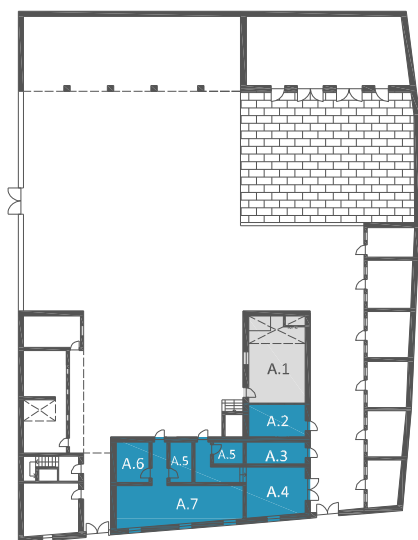


Figura 99. piso térreo da casa de 1756, *Casa do Pires*. Ver ficha A 10, Anexo A em volume ANEXOS

- A.1 cozinha
- A.2 *aido* de dentro dos bois de engorda
- A.3 *aido* das ovelhas
- A.4 *varanda da erva*
- A.5 *aido* do porco
- A.6 arrumo agrícola
- A.7 adega e *tulha*



Figura 100. Casa de 1756, *Casa do Pires*, após remodelação, em 1992. Ver ficha A 10, em Anexo A. Apesar das modificações introduzidas a nível volumétrico (aumento de um piso no corpo perpendicular à rua), são bem visíveis as grandes dimensões da casa e da chaminé da cozinha

que seria uma construção com poucos compartimentos, de rés do chão e andar, contrastante com a muito maior dimensão, riqueza e número de pisos da casa construída por um *brasileiro*, de seu nome António Leites Azevedo, praticamente contígua à referida *casa das tias*. Por outro lado, e como foi já referido, as transformações na Casa Doadada estão relacionadas com a especialização agrícola, tendo-se esta adaptado a um tipo de produção intensiva de milho, consequência tanto da grande extensão agrícola pertença da Casa Doadada como do elevado grau de fertilidade do solo.³ Ora, estas transformações são visíveis pela comparação entre a *Casa do Pires* (1756) (Figuras 99 e 100) e a *Casa do Marau* (1922)⁴. A *Casa do Pires* era uma *grande Casa* (os donos seriam *foreiros*⁵ do Convento de Vairão⁶), o que é bem visível pela dimensão da casa como, por exemplo, pelas proporções gigantescas da chaminé, signo de poder económico; quase toda a área do térreo estava reservada aos animais, cuja localização e dimensões estavam diferenciadas pela raça e importância do animal: o *aido* dos touros de engorda era o maior e estava separado da cozinha por uma parede de tabique com dois *postigos* com aberturas de correr; os restantes eram o *aido* das ovelhas, de dimensões semelhantes ao anterior e

³ Como se verá adiante, a especialização dos compartimentos e os métodos de secagem utilizados permitiam ao agricultor dispor, logo no final da colheita, de todo o milho seco e pronto a ser comercializado

⁴ Ver ficha A10 (*Casa do Pires*) e ficha A9 (*Casa do Marau*), Anexo A volume ANEXOS

⁵ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

⁶ Embora a organização da Casa esteja bastante alterada devido a remodelações em 1992, tendo como base o testemunho da sua proprietária, a Sra. Almerinda, foi possível a definição da anterior organização e usos dos espaços, e cuja memória remonta a duas gerações anteriores à sua. Pensamos que o modo de habitar e de utilização de cada um dos espaços não se tenha alterado substancialmente

igualmente com abertura direta para o pátio, e dois *aidos* do porco, de pequenas dimensões, mas aos quais se acedia desde o interior da casa; por fim, estando o piso térreo parcialmente orientado numa especialização de compartimentos para animais, incorporava ainda a *varanda da erva*, que tinha acesso desde o pátio (este tipo de localização ainda existia na *Casa do Mendonça* aquando da sua ampliação em 1868); o espaço restante estava reservado para o armazenamento do vinho e do milho, feito no mesmo espaço, o milho no *caixão*⁷ e o vinho em *cubas*. A *Casa do Marau* (Figuras 101 e 102) é mais recente (1922), e foi também uma reconstrução de uma casa, segundo testemunhos dos seus habitantes, e cuja única pista visível é a inscrição da data de 1903 no batente do portal de acesso. Esta adaptou-se à nova economia agrária, pela construção de uma *casa da eira*, *eira*, sótão das batatas e *aidos* de fora; a necessidade da sua construção compreende-se através da análise do processo produtivo do milho: este começava entre Abril e Maio, sendo que a colheita tinha lugar de fins de Agosto a princípios de Setembro em terras secas e de fins de Setembro a meados de Outubro nas terras frescas; a desfolhada era realizada normalmente ao serão e exigia numerosa mão de obra e um local coberto: por isso todas as casas, incluindo esta, tinham um amplo *coberto* da desfolhada onde se realizavam estes ajuntamentos de pessoas; a debulha era feita na *eira*, bem como a secagem, que era também realizada no *eirado*⁸ onde estendiam as *velas* sobre as quais dispunham o milho; se existisse previsão de chuva, estes

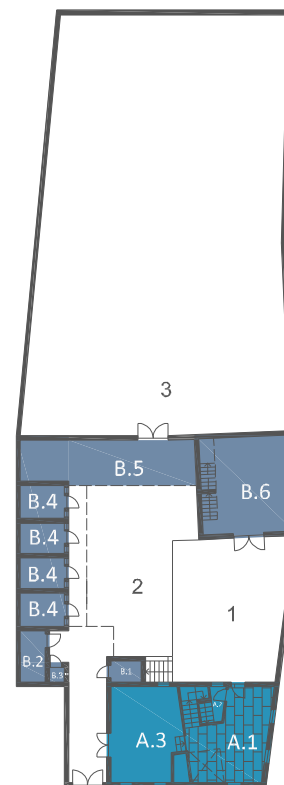


Figura 101. piso térreo, *Casa do Marau*. Ver ficha A 9, Anexo A em volume ANEXOS

- A. Espaço doméstico**
Área de trabalho da mulher
 - A.1 cozinha
 - A.2 *quarto da moça*
 - A.3 adega e *salgadeira*

- B. Dependências agrícolas**
 - B.1 *aido* da ovelha
 - B.2 *aido* do porco
 - B.3 retrete
 - B.4 *aido* para 2 animais
 - B.5 *coberto* da desfolhada
 - B.6 *varanda da eira*

- Áreas exteriores
 - 1 *eira*
 - 2 *quinteiro*
 - 3 *cortinha*

⁷ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

⁸ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

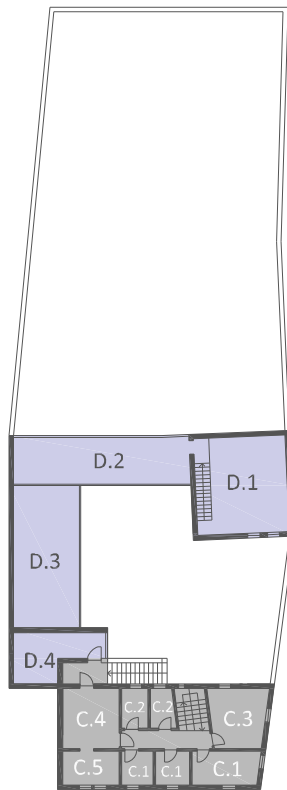


Figura 102. primeiro piso, Casa do Marau. Ver ficha A 9, Anexo A em volume ANEXOS

- C. Espaço doméstico
Área de pernoitar e cerimónias
- C.1 quarto
 - C.2 quarto de arrumos
 - C.3 sala de jantar
 - C.4 sala da entrada
 - C.5 sala do compasso
- D. Dependências agrícolas
- D.1 tulha
 - D.2 sótão das batatas
 - D.3 palheiro
 - D.4 quarto dos moços

enormes amontoados eram protegidos pelas *empanadas*⁹, sendo continuamente remexido com a ajuda dos pés, enquanto não estivesse bem seco; finalmente era armazenado em arcas ou na *tulha*, localizada nesta casa sobre a *varanda da eira* e à qual se acedia por umas escadas interiores de madeira de um só lanço; dada a importância da batata na produção total de lavradio em geral entre as Casas Agrícolas, a *Casa do Marau* tinha um sótão das batatas, como lhe chamavam as pessoas da casa, localizado sobre o *coberto* da desfolhada: era um espaço coberto, construído em madeira e cobertura de duas águas, aberto e com uma guarda de madeira à altura da cintura. Os únicos compartimentos que se mantiveram no térreo sob a casa foram a adega e a *salgadeira*, junto à fachada. Por outro lado, o pouco interesse pela pecuária refletia-se nas dimensões do edifício dos *aidos*, geralmente uma construção de planta retangular, estreita e comprida, que albergava apenas meia dúzia de *aidos*. Independentes em relação a este edifício estavam o *aido* do porco e o *aido* da ovelha, mas cuja localização passou para o exterior do térreo da casa, e geralmente associados ao cubículo da retrete. Hoje existem apenas vestígios dos *aidos* e da *casa da eira*, pois o *palheiro* sobre os *aidos* despoletou um enorme incêndio que queimou quase todo o complexo das dependências agrícolas, onde a madeira abundava.

⁹ Conforme Glossário, Anexo C em volume ANEXOS

2. O modo de vida camponês. Coincidência do espaço de habitar e de produção

A coincidência entre espaço de habitar e de produção tem consequências diretas na leitura do espaço doméstico e na sua evolução. Por exemplo, recorrendo ao caso paradigmático da *casa berbere* estudada por BOURDIEU, o espaço estrutura-se segundo “[...] um conjunto de oposições homólogas fogo/água, cozido/cru, alto/baixo, luz/sombra, dia/noite, masculino/feminino, nif/hurma, fecundante/fecundável, cultura/natureza”¹⁰, sendo que todas estas oposições paralelas não devem toda a sua necessidade nem aos imperativos técnicos nem às necessidades funcionais, mas também, e sobretudo, a imperativos simbólicos, onde à parte baixa, lugar dos objetos húmidos, dos seres naturais, das atividades naturais e da morte, opõe-se a parte alta, luminosa e nobre, lugar dos humanos e do convidado¹¹. No contexto em análise, estas características encontram-se num tipo de casa primitiva, com uma organização elementar, mas que apesar disso constituiu a casa de lavoura base de extensos povoamentos, descritos no *Inquérito à Habitação Rural*¹²; mais, a polivalência e promiscuidade que os agrónomos encontraram nestas casas por todo o país, durante o Inquérito, é também descrita por historiadores acerca da vida familiar e quotidiana do século XVI e XVII, e que se deve em grande parte ao facto de a vida privada e a vida profissional dos lavradores estarem ligadas, ou seja, vida

10 BOURDIEU, Pierre, *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980. (Le sens commun), p.44

11 idem, p.39

12 BASTO, Eduardo Alberto de Lima, BARROS, Henrique de, *Inquérito à habitação rural*. 1ª edição. Lisboa: Universidade Técnica, 1943

privada significava viver sob o mesmo teto com os familiares¹³.

De facto, o modo de vida camponês caracteriza-se, precisamente, pela coincidência entre vida de trabalho e vida de família, o que se materializa numa coincidência entre espaço de trabalho e espaço de habitar e por isso *poder estar só* não é um elemento considerado¹⁴. Esta forma de habitar revela-se nos pisos térreos na importância dada aos espaços reservados à atividade agrícola e na própria conceção da cozinha como um espaço comum da família, das visitas diárias, dos *jornaleiros*, das *moças* e dos *moços*, dos animais de pequeno porte que circulam pelo *quinteiro* e que entram e saem, e indiretamente de alguns de grande porte, os bois, através dos *postigos* abertos na parede divisória.

Apesar de, em todos os casos analisados, a cozinha ser um elemento organizador e central da vida quotidiana, pelos motivos atrás descritos e conforme o tipo de associações referidas no capítulo IV, sub-capítulo 3 (*A Casa do Azevedo* e as transformações no espaço doméstico), as casas onde este modo de viver é mais visível e que marca de forma indelével o espaço doméstico são a *Casa do Mendonça*, a *Casa do Cancela*, a *Casa do Narciso*, a *Casa do Inácio* e a *Casa do Pires* (1756)¹⁵, sendo que nas restantes casas operaram-se algumas transformações ao

13 ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE-BLANCHARD, Anne, *Architectures de la vie privée: maisons et mentalités: XVII-XIX siècles*. Bruxelles: AAM, 1989, p.27

14 PINTO, José Madureira, *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos, Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento, 1985 (Biblioteca das ciências do homem), p.118

15 Ver ficha A2 (*Casa do Mendonça*), ficha A3 (*Casa do Cancela*), ficha A4 (*Casa do Narciso*), ficha A6 (*Casa do Inácio*) e ficha A10 (*Casa do Pires*), Anexo A em volume ANEXOS

nível do espaço doméstico ainda no período em estudo. De entre estes casos referidos, destaca-se o piso térreo da *Casa do Narciso* (Figura 103): tendo em conta o quotidiano dos lavradores, que trabalhavam no campo de sol a sol, apenas parando para a refeição do almoço e do jantar e utilizando a cozinha como local onde passavam os serões, e ainda tendo em conta que a mulher, além de dona de casa era ainda trabalhadora nos campos, junto com a restante família, este piso térreo está adaptado a esta vida. Senão veja-se: a entrada principal deste piso é a cozinha, que comunica de forma direta com os compartimentos de armazenagem de carne, peixe e vinho (*salgadeira* e adegas) e ainda com as *manjedouras* dos bois, poupando tempo à mulher, que os alimenta ao mesmo tempo que cozinha. Pelas semelhanças no tipo de organização, pode-se concluir que este modo de vida camponês materializa-se, portanto, numa forma de construir transmitida de geração em geração, já que:

Como qualquer facto ou elemento de cultura, « um tipo de habitação resulta, as mais das vezes, de uma longa evolução; ele resume a experiência de gerações de gentes da terra; ele forma, na realidade», como dissemos atrás, «uma ferramenta adaptada ao trabalho do homem do campo; este transmite-a tal como os seus antepassados a conceberam e realizaram.»¹⁶

De facto, apesar das transformações já referidas, o hábito de construir segundo o que foi transmitido pelas gerações anteriores mantém-se mesmo nas casas mais recentes: a sala

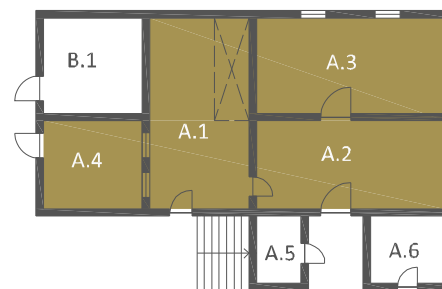


Figura 103. piso térreo da casa, *Casa do Narciso*. Ver ficha A4, Anexo A em volume ANEXOS

— Associação cozinha + aido de dentro + adegas e *salgadeira*

A. Espaço doméstico
Área de trabalho da mulher

- A.1 cozinha
- A.2 *salgadeira*
- A.3 adegas
- A.4 *aidos* vacas de parir
- A.5 *aido* do porco
- A.6 quarto do moço

B. Dependências agrícolas
(integradas no piso térreo da casa)

- B.1 *aido* bois de engorda

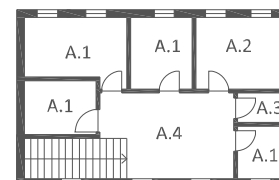


Figura 104. primeiro piso da casa, *Casa do Inácio*. Ver ficha A6, Anexo A em volume ANEXOS

- A.1 quarto
- A.2 sala do compasso
- A.3 cubículo da retrete
- A.4 corredor largo

16 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), p.13, citando DEMANGEON, Albert, *Problèmes de Géographie Humaine*, Paris, 1942, pag.287



Figura 105. corredor largo, Casa do Inácio

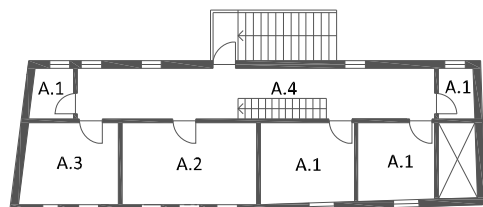


Figura 106. corredor largo no primeiro piso, Casa do Silveira. Ver ficha A5, Anexo A em volume ANEXOS

- A.1 quarto
- A.2 sala do meio
- A.3 sala do compasso
- A.4 corredor largo



Figura 107. corredor largo, Casa do Silveira

e/ou a *sala do compasso*, localizadas sempre no primeiro piso, estavam quase sempre incorporadas no meio dos quartos, diferenciadas destes apenas pelo tipo de mobiliário ou pela decoração mais luxuosa, e portanto o corredor era comum para a família (no acesso aos quartos) e para os visitantes (no acesso à sala e/ou à *sala do compasso*); inclusivamente, a *Casa do Silveira* e a *Casa do Inácio*¹⁷ (Figuras 104 e 105) mantiveram o característico *corredor largo*, descrito por VEIGA DE OLIVEIRA e GALHANO:

[...] A velha varanda [minhota] aberta parece estar na origem de várias soluções arquitectónicas frequentes no Norte do País; na região da Maia e Vila do Conde, em casas de lavoura construídas no século XIX, pode ver-se, ao nível do andar sobradado, um corredor muito largo, chegado à fachada virada para o quinteiro, para onde abrem as portas das diferentes divisões, que é iluminado por várias janelas, e ao qual se ascende por uma escada situada num dos seus extremos, sendo o outro ocupado por um quarto [...]¹⁸

Nestas casas em particular parece existir mais uma variação, já que na *Casa do Silveira* (Figuras 106 e 107) o acesso ao piso superior está duplicado, sendo feito por escadas interiores de madeira, a meio do corredor, e por uma escada exterior de pedra, cujo patamar de acesso também se encontra sensivelmente a meio da casa; este *corredor largo* é de uso indefinido, mas apesar disso a sua utilização remonta, pelo

¹⁷ Ver ficha A5 (*Casa do Guilhão e Silveira*) e ficha A6 (*Casa do Inácio*), Anexo A em volume ANEXOS

¹⁸ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto), pag.37

menos, à segunda metade do séc. XVIII, pois existiria na *Casa do Pires*¹⁹ de 1756 e a continuação da sua utilização poderá estar relacionada com uma espécie de *memória de habitar* ou de uma *forma de construir* considerada tradicional e integrado num espírito de lastro cultural.

3. Conquista progressiva do privado. Os espaços de transição e a separação entre público e privado

As mutações nas casas, no sentido de uma progressiva separação do público e do privado, não foram, provavelmente, contínuas e lineares no tempo, como o demonstram os casos seguintes, ordenados por ordem cronológica:

Na *Casa do Manteiro*²⁰ (1920) (Figura 108), talvez por ser térrea, é de uso exclusivo para as pessoas da casa, sendo todos os compartimentos destinados à atividade agrícola e aos animais exteriores a esta; além disso, está separada em duas áreas: pública e privada (a cozinha e a sala, que é multifuncional mas continuaria a ser utilizada apenas em épocas especiais do ano) e a área privada, à qual se acede por um corredor, e que é constituída pelos quartos, agrupados na ala sul da casa; no entanto, o quarto central funciona como uma espécie de átrio, pois é para aqui que abrem as portas dos dois outros quartos; além disso, um dos quartos tem uma porta que abre diretamente sobre a sala. Por isso, convive, no mesmo espaço interior, uma espécie de distribuição em grelha e a utilização do corredor na mesma casa.

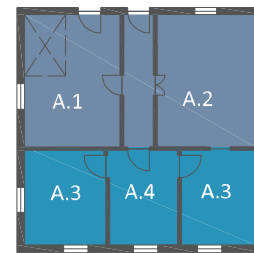


Figura 108. piso térreo da casa, *Casa do Manteiro*. Ver ficha A8, Anexo A em volume ANEXOS

— A. Espaço doméstico
Área pública

A.1 cozinha
A.2 sala do compasso

— A. Espaço doméstico
Área privada

A.3 quarto
A.4 atrio

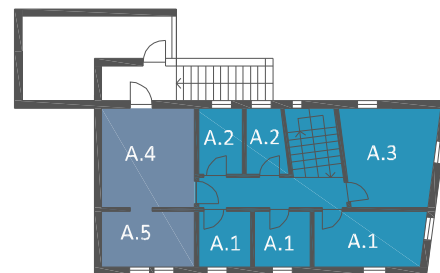


Figura 109. primeiro piso da casa, *Casa do Marau*. Ver ficha A9, Anexo A em volume ANEXOS

— A. Espaço doméstico
Área privada

A.1 quarto
A.2 quarto de arrumos
A.3 sala de jantar

— A. Espaço doméstico
Área pública

A.4 sala da entrada
A.5 sala do compasso

¹⁹ Ver ficha A10 (*Casa do Pires*), Anexo A em volume ANEXOS

²⁰ Ver ficha A8 (*Casa do Manteiro*), Anexo A em volume ANEXOS

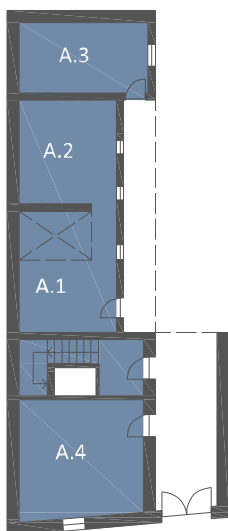


Figura 110. piso térreo da casa de 1941, *Casa do Pires*. Ver ficha A10, Anexo A em volume ANEXOS

A. Espaço doméstico

Área pública

- A.1 cozinha
- A.2 sala do compasso
- A.3 quarto da moça
- A.4 sala

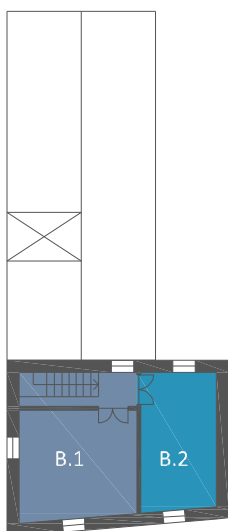


Figura 111. primeiro piso casa de 1941, *Casa do Pires*. Ver ficha A10, Anexo A em volume ANEXOS

B. Espaço doméstico

Área pública

- B.1 sala do compasso

Área privada

- B.2 quarto

Na *Casa do Marau*²¹ (1922) (Figura 109) a duplicação de circulações permite a organização do primeiro piso em duas áreas: a área privada e a área pública. Esta última é constituída pela *sala do compasso*, à qual se acede por outra sala, que chamam de *sala da entrada*, e cujo acesso se pode fazer diretamente a partir do *quinteiro*, através de umas escadas exteriores de pedra. Esta área reservada ao público comunica com o corredor da área privada (quartos e sala de jantar) chegando-se ao piso térreo por umas escadas interiores de dois lanços e que partem da cozinha.

Finalmente, na *Casa do Pires*²² (1941) (Figuras 110 e 111) existe um pequeno átrio no piso térreo que distribui para a sala comum e para as escadas interiores que levam ao corredor que distribui a *sala do compasso* e um quarto, confundindo-se, como é comum em praticamente todos os casos em análise, o público e o privado, e por isso o átrio do piso térreo não configura uma segregação espacial.

Por outro lado, as transformações no espaço doméstico destas casas também se operaram no âmbito da prevalência do simbólico em detrimento do individual, que deixaram de existir na *Casa do Azevedo*, como se verá a seguir. Ora, o simbólico refletia-se na própria natureza cerimonial da sala e no seu carácter luxuoso, excluindo do seu uso as atividades quotidianas normais, o que era ainda mais visível quando esta era frequentemente utilizada como depósito de roupas (o que ainda acontece em algumas casas). De facto, apesar de as famílias camponesas serem geralmente bastante numerosas (são

21 Ver ficha A9 (*Casa do Marau*), Anexo A em volume ANEXOS

22 Ver ficha A10 (*Casa do Pires*), Anexo A em volume ANEXOS

constituídas por vários casais, algumas crianças e muitas vezes pelos seus membros celibatários) que conviviam ainda com os criados (*moços e moças*), era retirado bastante espaço para estes espaços de representação, geralmente associados a cerimónias religiosas (Figuras 112, 113 e 114). Ora, a religiosidade está muito inculcada no norte do país, sendo facto revelador da sua importância a necessidade de garantir a salvação, por parte dos lavradores, da sua alma, ordenando a celebração de missas em seu nome, como é o caso da seguinte escritura de Doação para Casamento, datada de 1951, feita pelos pais de Inês da Costa Ferreira, casada com um tio-avô meu (que se encontra na totalidade no Anexo B em volume ANEXOS) onde se lê o seguinte:

[...] a donatária, por si, herdeiros e sucessores, fica obrigada ao seguinte: [...] mandar celebrar as seguintes missas : quarenta e duas per alma de cada doador, além da do sétimo dia , sendo doze durante um ano, uma em cada mês, e trinta no prazo de dez anos , a contar do respectivo falecimento ; e quarenta per alma da mãe e avós do doador marido, também no prazo de dez anos, a contar do ano corrente. As despesas com todas estas missas serão pagas com a herança [...]

Relativamente às origens desta relevância do sagrado, poderá ter sido promovida, em grande parte, pelas próprias características dos processos de trabalho: a produtividade e sucesso das colheitas dependiam sobretudo de factores imprevisíveis e incontrolláveis (variações meteorológicas, ritmos cósmicos, qualidade das terras, ente outras). Estes induziam uma espécie de religiosidade espontânea e alguma “idolatria da natureza”, entrecruzando-se a religião oficial com a religião profana, pela integração, em diversos atos litúrgicos, de alguns



Figura 112. sala do compasso, Casa do Silveira



Figura 113. sala do meio, Casa do Silveira



Figura 114. sala do compasso, Casa do Inácio

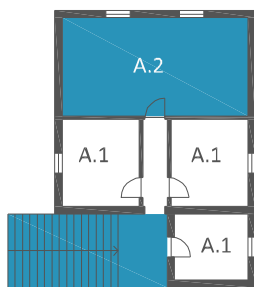


Figura 115. primeiro piso da casa, *Casa do Narciso*.
Ver ficha A4, Anexo A em volume ANEXOS

- A. Espaço doméstico**
Área de pernoitar e cerimónias
A.1 quarto
A.2 sala do compasso

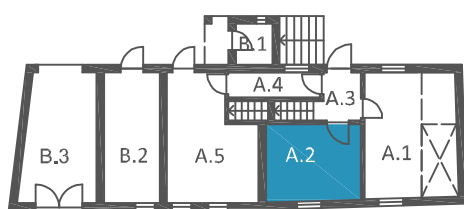


Figura 116. piso térreo da casa, *Casa do Silveira*.
Ver ficha A5, Anexo A em volume ANEXOS

- A. Espaço doméstico**
Área de trabalho da mulher
A.1 cozinha
A.2 sala de jantar
A.3 atrio
A.4 salgadeira
A.5 adega

- B. Dependências agrícolas**
sob andar da casa
B.1 aido do porco
B.2 quarto do moço
B.3 coberto

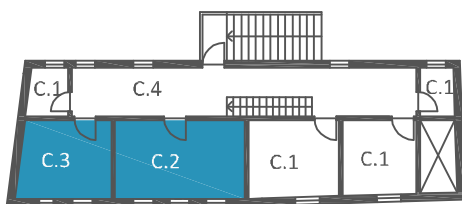


Figura 117. primeiro piso da casa, *Casa do Silveira*.

- C. Espaço doméstico**
Área de pernoitar e cerimónias
C.1 quarto
C.2 sala do meio
C.3 sala do compasso
C.4 corredor largo

Área do simbólico e sagrado

atos profanos. Por outro lado, a catequese maternal (nas crianças desde os três anos), ou seja, a inculcação dos ritos religiosos desde a primeira infância, permitiriam uma obediência conformista com o habitus camponês e o seu modo de vida²³.

Dada a importância comprovada do simbólico nas Casas agrícolas, a multiplicação deste tipo de compartimentos estava por sua vez relacionada com o maior ou menor nível económico da casa. Na *Casa do Narciso*²⁴, *pequena Casa*, existia apenas uma sala, embora de dimensões generosas. Neste caso, o simbólico, materializou-se também nas escadas exteriores, como elemento de ostentação, já que estas seriam de grandes dimensões, conforme relataram os proprietários da casa e que afirmam que “*não existiam escadas mais largas em Fajozes*” (Figura 115). Já na *Casa do Silveira*²⁵, por exemplo, existiam três salas: uma sala de jantar no piso térreo e mais duas salas no piso superior e contíguas, a *sala do compasso* e a *sala do meio*, de uso indeterminado, como é bem visível pelo nome que as pessoas da casa lhe deram (Figura 116 e 117). Ora, as referidas transformações no espaço doméstico surgiram na *Casa do Azevedo*²⁶, que difere de todas as restantes casas pela introdução do conceito de individualidade, já que possui dez quartos distribuídos por três pisos; desta forma, era possível escolher estar só ou em companhia, o que constitui

23 PINTO, José Madureira, *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos, Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento, 1985 (Biblioteca das ciências do homem)

24 Ver ficha A4 (*Casa do Narciso*), Anexo A em volume ANEXOS

25 Ver ficha A5 (*Casa do Guilhão e Silveira*), Anexo A em volume ANEXOS

26 Ver ficha A7 (*Casa do Azevedo*), Anexo A em volume ANEXOS

uma diferença relevante em relação às outras casas, onde estar só seria um conceito desconhecido e pouco valorizado. Por outro lado, poder estar só, e dispor dos dispositivos espaciais que o permitissem, é também símbolo de viver luxuosamente²⁷ e portanto seria um privilégio apenas acessível às classes de lavradores mais abastadas, o que seria o caso desta família. Como apontamento final, é interessante notar que, ainda hoje, as pessoas em Vila Chã admiram a grande quantidade de janelas que possui a fachada da rua desta casa, reflexo do grande número de compartimentos que esta possui.

27 ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE-BLANCHARD, Anne, *Architectures de la vie privée: maisons et mentalités: XVII-XIX siècles*. Bruxelles: AAM, 1989, p.178

VI. NOTAS FINAIS

A partir de meados do século XX a Casa Agrícola voltou a sofrer alterações no seu espaço doméstico e a adaptar-se a um novo tipo de produção: a agro-pecuária. As primeiras alterações no tipo de produção surgiram logo a partir de meados do século XX, com o aumento dos salários, o que levou, por um lado, à mecanização e utilização mais intensiva de *inputs* industriais (os salários subiram mais que os bens de origem industrial, como máquinas e gasóleo), e, por outro, deixou de compensar a produção de certos produtos, como o vinho, e por isso a maior parte das ramadas que limitavam as propriedades e os *quinteiros* foram cortadas. Mais, na década de 60 os bovinos de carne já não tinham a importância na agricultura familiar do Norte que tiveram no fim do século XIX, onde constituíam uma produção importante e especializada, passando a ser um subproduto das explorações, devido aos baixos preços no produtor, intensificando-se a produção leiteira. Assim:

Para o leite de vaca foi criado o regime de recolha obrigatória. Este arrancou em Lisboa em 1952, alargou-se ao Cávado e Lima em 1956, à zona do Porto e ao Entre-Douro e Minho em 1959 e, finalmente, à Beira Litoral em 1966. Em 1953, com a publicação do Decreto-Lei 38 178, o Estado deu um passo decisivo na disciplina da colecta e transporte de leite, através do estabelecimento progressivo de uma rede única para cada zona e privilegiando como executora a organização corporativa da lavoura. Saliente-se que estas medidas se destinaram, em primeiro lugar, a assegurar o abastecimento urbano em produtos lácteos, com regularidade e em boas condições de higiene.¹

¹ GRAÇA, Laura Larcher, *Propriedade e Agricultura: Evolução do Modelo dominante de Sindicalismo Agrário em Portugal*. Lisboa: Concelho Económico e Social, 1999, p.151



Figura 118. vacaria, Casa do Inácio



Figura 119. sala de ordenha, Casa do Grilo.



Figura 120. aidos bastante alterados, Casa do Grilo



Figura 121. *lagar*, atualmente sem utilização, servindo de local de arrumos e utilizado para outras atividades, *Casa do Inácio*



Figura 122. *tulha*, sobre a *varanda da eira*, atualmente utilizada como depósito de roupa, *Casa do Grilo*

De facto, o Estado Novo apoiou sobretudo o sector corporativo e cooperativo da lavoura, o que se refletiu na produção de leite: a Beira Litoral e Entre Douro e Minho asseguravam, em 1973, mais de metade do leite recolhido pelas associações de produtores no continente. Ora grande parte das extensões totais de área agrícola das Casas Agrícolas de Vila do Conde são iguais ou superiores a oito hectares, e por isso, segundo MOREIRA DA SILVA, a implantação da agro-pecuária permitiu uma elevada produção de leite, sendo que as explorações com área de lavradio superior a 18 ha podem sustentar 250 vacas para a produção de leite, o que acontece em alguns casos de estudo². Segundo a mesma autora, relativamente à produção de leite para comercialização, antes de 1966/68, a agro-pecuária tinha pouco peso, mas, a partir desta data, esta é incrementada e por isso a produção de leite, proveniente sobretudo das Casas Doadas, e comercializada pela UCANORTE (União das Cooperativas Agrícolas de Compra e Venda do Noroeste) aumenta exponencialmente.³ Estas alterações refletiram-se na perda de importância dos *aidos* de fora, que se tornaram demasiado pequenos para este novo tipo de produção intensiva de leite, e no investimento na mecanização da atividade produtiva, sendo comum cada casa ter a sua própria sala de ordenha (Figuras 118, 119 e 120). Na *Casa do Narciso*, *Casa do Manteiro* e na *Casa do Inácio*⁴ os *aidos* foram destruídos por diferentes motivos: nos

2 MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983, p.92

3 idem, p.106

4 Ver ficha A4 (*Casa do Narciso*), ficha A6 (*Casa do Inácio*) e ficha A8 (*Casa do Manteiro*), Anexo A em volume ANEXOS

dois primeiros casos, para a construção de uma vacaria, e nos outros casos porque o seu uso deixou de fazer sentido para os proprietários; nos restantes casos, exceto na *Casa do Marau* onde os *aidos* foram destruídos por um incêndio, os *aidos* foram mantidos, noutros foram bastante alterados. Finalmente, as alterações sociais e dos modos de habitar tornaram o uso de certos compartimentos obsoleto: a homogeneização social fez com que os *moços* e *moças* adquirissem mais direitos e melhores salários, tornando inoportuno para o lavrador o pagamento do seu salário, bem como as condições de habitabilidade que lhes eram oferecidas passaram a ser consideradas indignas (Figuras 123 e 124); estes mesmos conceitos de higiene e salubridade alteraram ainda de forma definitiva a ligação de proximidade com os animais, que se rompeu, e portanto nas casas onde existiam *aidos* de dentro estes foram adaptados a novos usos (*Casa do Mendonça* e *Casa do Narciso*⁵) ou destruídos (*Casa do Cancela* e *Casa do Pires*⁶); a introdução dos conceitos de conforto e privacidade trouxe a necessidade de ampliação das casas para a construção de espaços comuns e individuais para a família, como salas (*Casa do Narciso*) e implicou ainda a destruição de espaços indefinidos, como o *corredor largo*, que foi estreitado, aumentando-se o espaço destinado aos quartos (foi o que aconteceu na *Casa do Pires* (1756) e o que teria acontecido na *Casa do Inácio*⁷, se não fosse a beleza da decoração do teto deste corredor, conforme me confessou a proprietária (Figura 125)).

5 Ver ficha A2 (*Casa do Mendonça*) e ficha A4 (*Casa do Narciso*), Anexo A em volume ANEXOS

6 Ver ficha A3 (*Casa do Cancela*) e ficha A10 (*Casa do Pires*), Anexo A em volume ANEXOS

7 Ver ficha A6 (*Casa do Inácio*), Anexo A em volume ANEXOS



Figura 123. quarto da moça transformado em quarto da costura e de engomar, *Casa do Marau*



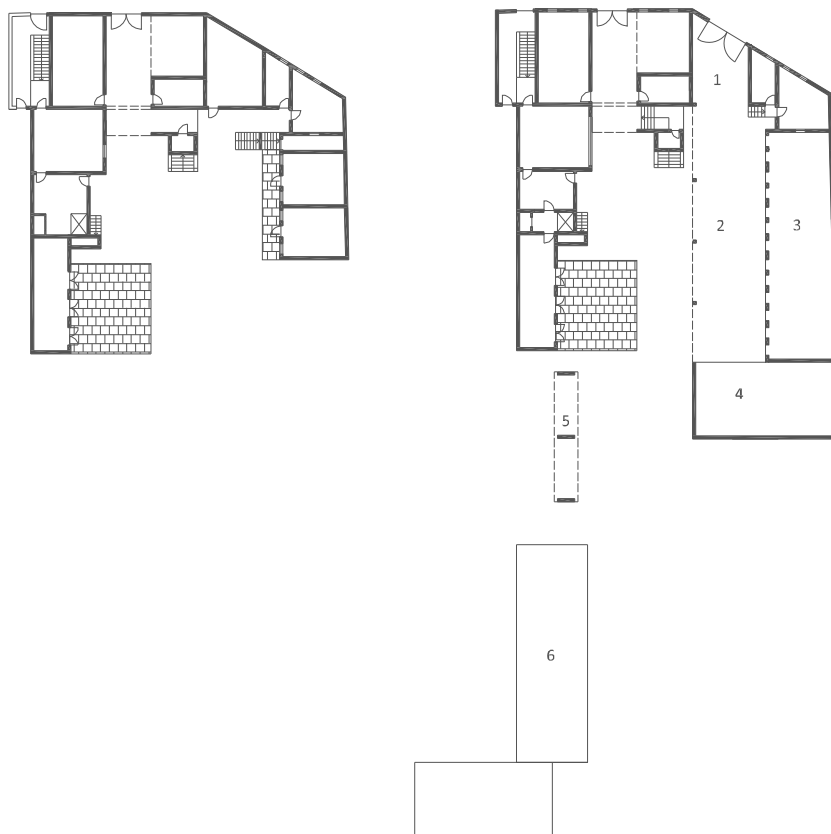
Figura 124. quarto das moças transformado em depósito de roupas, *Casa do Azevedo*



Figura 125. teto do corredor largo, *Casa do Inácio*

Transformações nos espaços reservados à atividade agrícola Destruição de *aidos* e construção de vacarias

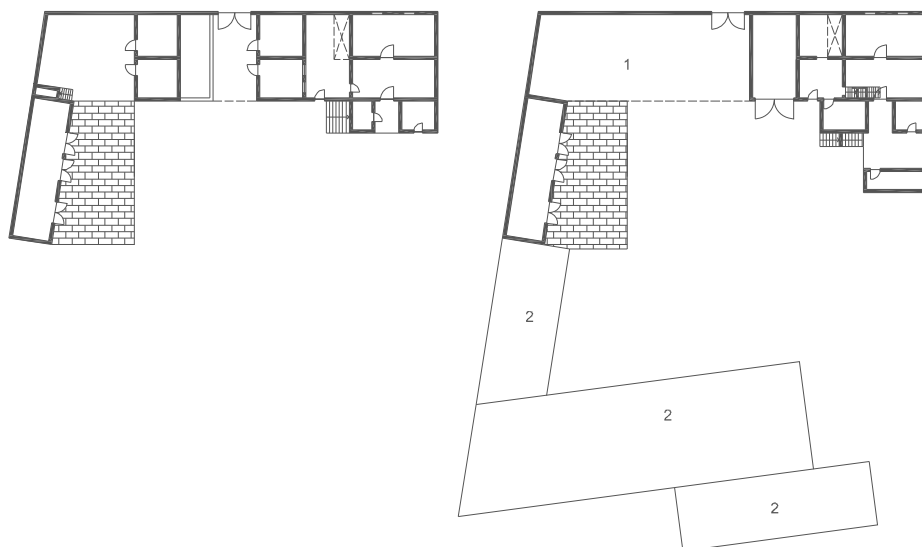
FICHA A1. *Casa do Grilo*



1. destruição *aido* das ovelhas e construção de acesso à rua
2. *coberto*
3. destruição parcial, alteração e ampliação do edifício dos *aidos*
4. anexo agrícola
5. *espigueiro*
6. vacaria

piso térreo em 1858

piso térreo atualmente



FICHA A4. *Casa do Narciso*

1. destruição dos *aidos* de fora para a construção de um *coberto* que pudesse albergar os tratores agrícolas e outras *alfaias agrícolas* de grandes dimensões.
2. anexos e vacaria

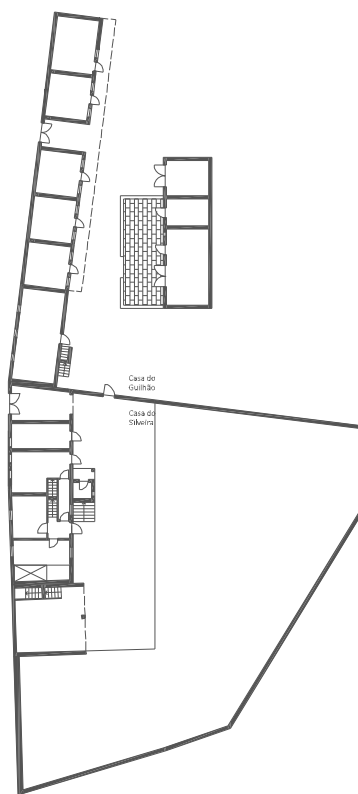
piso térreo em 1904

piso térreo atualmente

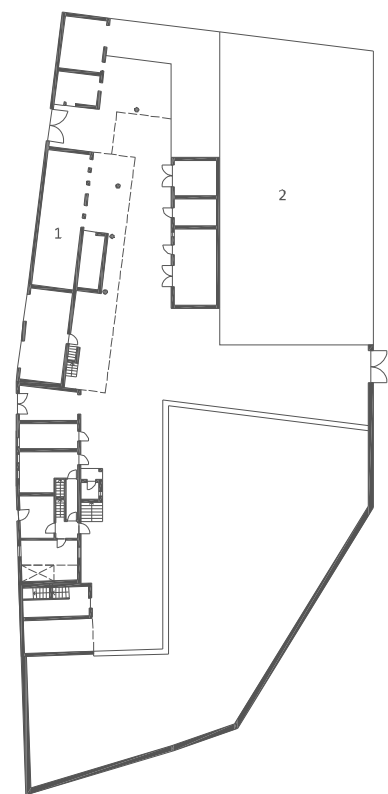
Transformações nos espaços reservados à atividade agrícola Destruição de *aidos* e construção de vacarias

FICHA A5. Casa do Guilhão e Silveira

1. destruição parcial do edifício dos *aidos*, construído em 1920, devido a um incêndio, sendo reutilizados não só como *aidos*, mas também para albergar a sala da ordenha
2. anexos agrícolas e vacaria



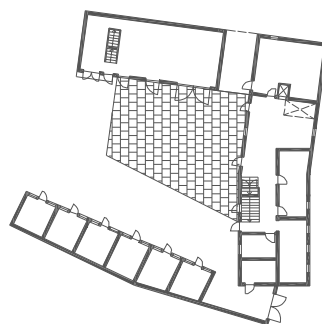
piso térreo em 1920



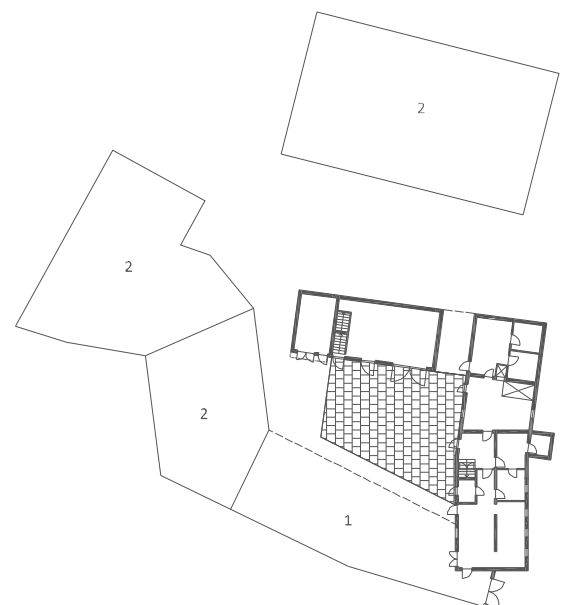
piso térreo atualmente

FICHA A6. Casa do Inácio

1. destruição do edifício dos *aidos* e construção de *coberto*, utilizado para albergar as *alfaías agrícolas* de maiores dimensões, como tratores agrícolas, máquinas debulhadoras, entre outros
2. anexos agrícolas e vacaria



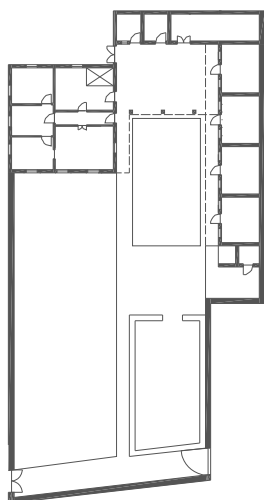
piso térreo em 1900



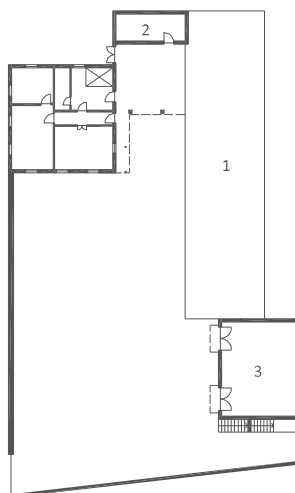
piso térreo atualmente

Transformações nos espaços reservados à atividade agrícola

Destruição de *aidos* e construção de vacarias



piso térreo em 1920



piso térreo atualmente

FICHA A8. Casa do Manteiro

1.destruição do edifício dos *aidos* e construção de vacaria, aproveitando a parede norte de pedra deste antigo edifício; destruição de pequeno *coberto* e do cubículo da retrete, tendo-se construído um quarto de banho anexado à cozinha, no interior da casa

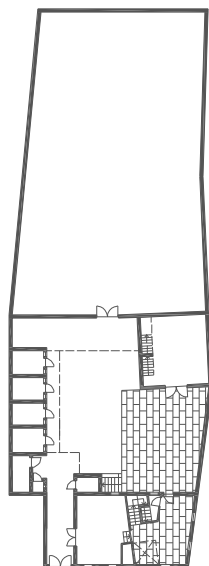
2.destruição dos compartimentos do *quarto do moço* e *aido do porco*, e tendo ainda deixado de ter utilidade a adega, pois cortaram as ramadas, servindo este amplo espaço para arrumos

FICHA A9. Casa do Marau

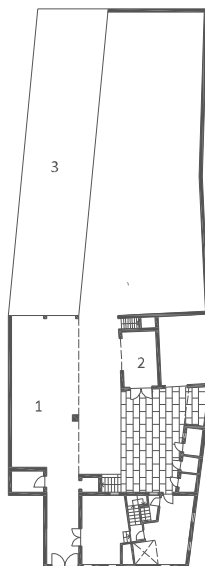
1.os *aidos* de fora foram destruídos por um incêndio, pelo que depois foi construído um amplo *coberto* que funciona como arrumos e garagem

2.o mesmo incêndio destruiu parcialmente a *Casa da eira*, tendo sido depois construído um anexo utilizado como garagem

3.anexos e vacaria



piso térreo em 1922



piso térreo atualmente

Transformações no interior doméstico
adaptações a novos modos de habitar

FICHA A4. Casa do Narciso

A. Espaço doméstico

Área de trabalho da mulher

- A.1 cozinha
- A.2 salgadeira
- A.3 adega
- A.4 *aido* vacas de parir
- A.5 *aido* do porco
- A.6 *quarto do moço*

B. Dependências agrícolas

sob andar da casa

- B.1 *aido* bois de engorda

C. Espaço doméstico

Área de pernoitar e cerimónias

- C.1 quarto
- C.2 *sala do compasso*

A. Espaço doméstico (piso térreo)

após remodelação

- A.1 cozinha
- A.2 adega
- A.3 sala
- A.4 arrumos
- A.5 quarto de banho

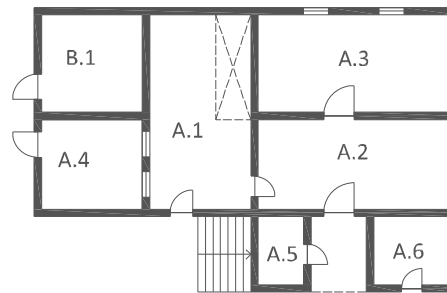
B. Outros

- B.1 garagem

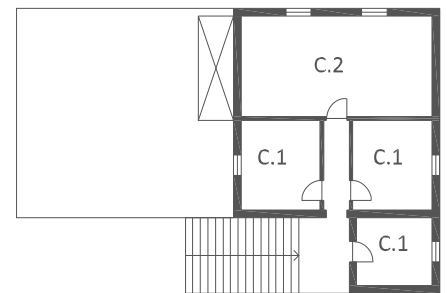
C. Espaço doméstico (primeiro piso)

após remodelação

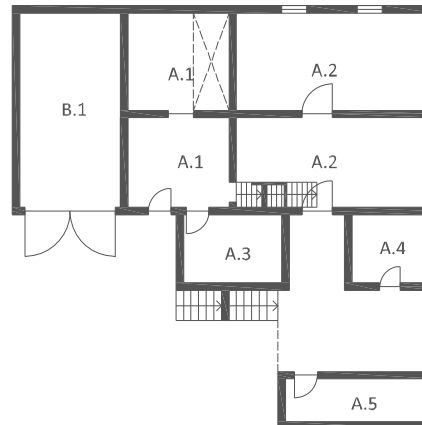
- C.1 quarto
- C.2 quarto de banho
- C.3 sala de estar
- C.4 escritório



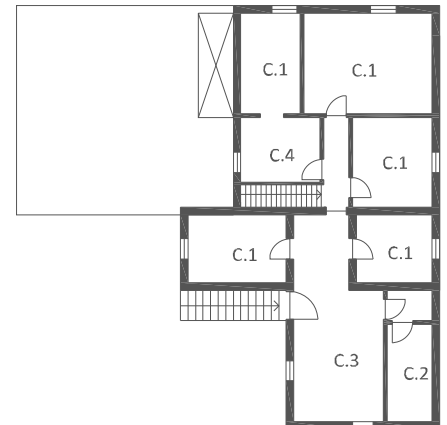
piso térreo da casa em 1904



primeiro piso da casa em 1904



piso térreo da casa atualmente



primeiro piso da casa atualmente



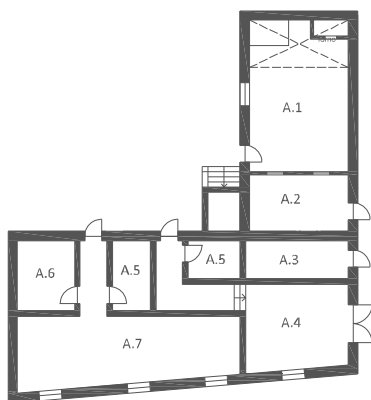
Fig. 126. *quinteiro*: garagem (antigos *aidos*)



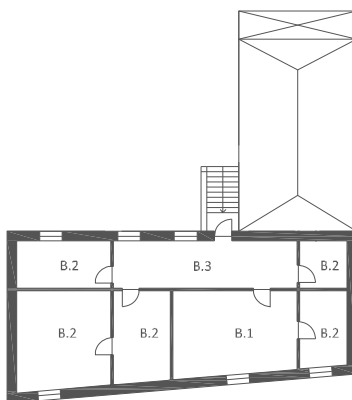
Fig. 127. *quinteiro*: ampliações da casa

Transformações no interior doméstico adaptações a novos modos de habitar

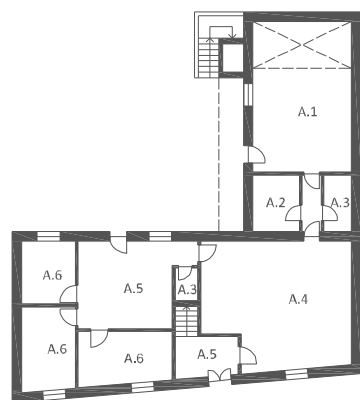
FICHA A 10. Casa do Pires



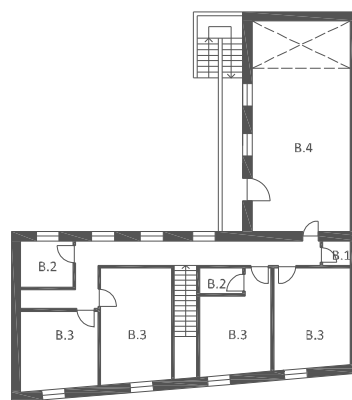
piso térreo da casa em 1756



primeiro piso da casa em 1756



piso térreo da casa atualmente



primeiro piso da casa atualmente

A. Espaço doméstico

Área de trabalho da mulher

- A.1 cozinha
- A.2 *aido* de dentro dos bois de engorda
- A.3 *aido* das ovelhas
- A.4 *varanda da erva*
- A.5 *aido* do porco
- A.6 arrumo agrícola
- A.7 adega e *tulha*

B. Espaço doméstico

Área de pernoitar e cerimónias

- B.1 *sala do compasso*
- B.2 quarto
- B.3 *corredor largo*

A. Espaço doméstico (piso térreo)

após remodelação de 1992

- A.1 cozinha
- A.2 despensa e arrumos
- A.3 quarto de banho
- A.4 sala
- A.5 atrio
- A.6 quarto

B. Espaço doméstico (primeiro piso)

após remodelação de 1992

- B.1 arrumos e despensa
- B.2 quarto de banho
- B.3 quarto
- B.4 sala



Fig. 128. *quinteiro*: casa de 1756



Fig. 129. *quinteiro*: chaminé em destaque

Por fim, é importante refletir sobre o futuro das Casas Agrícolas nesta região. A falta de investimento na Agricultura e os preços baixíssimos pagos aos produtores de leite criaram uma situação de crise em muitas Casas, que apenas se mantêm devido à enorme força de vontade dos lavradores. Estes factos, aliados à falta de iniciativa de continuidade da atividade agrícola de muitos herdeiros de Casas Agrícolas, conduziram estas casas a novos rumos, principalmente ao do negócio da prestação de serviços.

Em Vila do Conde multiplicam-se as Casas de Lavoura que se dedicam a esta atividade, muitas vezes mais lucrativa que a agrícola e que ao mesmo tempo impede que estes belos exemplos de casa rural se decomponham lentamente no tempo, dando-lhes uma nova vida. Apesar de não ser um caso de estudo, por questões metodológicas, é de referir a *Casa do Casal Camaz*, situada na Aveleda, deste mesmo concelho, que encontraram neste tipo de atividade uma forma de continuidade da Casa Agrícola (Figuras 130, 131 e 132).



Fig. 130. Casa do Casal Camaz, Aveleda



Fig. 131. Antiga vacaria, agora salão de eventos



Fig. 132. salão de eventos, preparação do serviço

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001
2. ALVES, Jorge Fernandes - *O "brasileiro" oitocentista e o seu papel social*. In *Os Brasileiros - Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras, Dissertação de Doutoramento, 1993
3. AMORIM, António Augusto Gomes, *O Associativismo Agrícola em Vila do Conde*. Vila do Conde: Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, 1997
4. AZEVEDO DIAS, António de, *Vila Chã e as suas origens*. Vila do Conde: 2009
5. BASTO, Eduardo Alberto de Lima, BARROS, Henrique de, *Inquérito à habitação rural*. 1ª edição. Lisboa: Universidade Técnica, 1943
6. BOURDIEU, Pierre, *Le bal des célibataires: Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil, 2002. (Points. Essais). Vol 477
7. BOURDIEU, Pierre, *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980. (Le sens commun)
8. COLE, Sally, *Mulheres da Praia: o trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa*. 1ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994. (Portugal de Perto). Vol. 31
9. ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE-BLANCHARD, Anne, *Architectures de la vie privée: maisons et mentalités: XVII-XIX siècles*. Bruxelles: AAM, 1989
10. FERREIRA, Alfredo Durão de Matos, *Aspectos da Organização do espaço Português*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1995

11. GRAÇA, Laura Larcher, *Propriedade e Agricultura: Evolução do Modelo dominante de Sindicalismo Agrário em Portugal*. Lisboa: Concelho Económico e Social, 1999
12. MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. In *Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares*. Porto: [S.N.], 1983
13. MOTA, Nelson, *A ARQUITECTURA DO QUOTIDIANO: Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX*. Coimbra: EDARQ, 2010 (Debaixo de terra)
14. MOTA, Nelson, *At home com a burguesia do Porto: Fronteiras entre o público e o privado*. In *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM- Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011
15. PEREIRA, Samuel da Costa, *Casa de Agricultor: transformações no Vale do Cávado: viver e trabalhar num complexo agrícola*. Porto: FAUP, 2011
16. PINTO, José Madureira, *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos, Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento, 1985 (Biblioteca das ciências do homem)
17. RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Herman, DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal: a vida económica e social*. 1ª edição. Lisboa: João Sá da Costa, 1987. Vol. 4
18. SAMPAIO, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos: Vilas do Norte de Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Edições Vega, 1979. Vol 1
19. TABORDA, Virgílio, *Alto Trás-os-Montes, estudo geográfico*. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1987

20. VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *A Apanha do Sargaço no Norte de Portugal*. Porto: Porto Instituto de Antropologia, 1958

21. VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003 (Portugal de Perto)

Referência electrónica:

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE. Rota de Vilar do Pinheiro, Mosteiró e Vilar. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde. [Consultado a 06 Agosto 2013]. Disponível em [www:cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=29132](http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=29132)

Figura 7. Fotografia da autora	20
Figura 8. Fotografia da autora	20
Figura 9. Fotografia da autora	20
Figura 10. Fotografia da autora	21
Figura 11. Fotografia da autora	21
Figura 12. Fotografia da autora	21
Figura 13. Fotografia da autora	22
Figura 14. Fotografia da autora	22
Figura 15. Fotografia da autora	22
Figura 16. Fotografia da autora	23
Figura 17. Fotografia da autora	23
Figura 18. Fotografia da autora	23
Figura 19. baseado em mapa In COLE, Sally, <i>Mulheres da Praia: o trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa</i> . 1ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994. (Portugal de Perto). Vol. 31, p.20	30
Figura 20. baseado em Cartografia Militar do Exército do Instituto Geográfico do Exército	30
Figura 21. Fotografia da autora	30
Figura 22. In FERREIRA, Alfredo Durão de Matos, <i>Aspectos da Organização do espaço Português</i> . 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1995, p.36	33
Figura 23. In COLE, Sally, <i>Mulheres da Praia: o trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa</i> . 1ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994. (Portugal de Perto). Vol. 31, p.27	34
Figura 24. idem, p.26	34
Figura 25. In MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, <i>Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas</i> . In <i>Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares</i> . Porto: [S.N.], 1983, p.42	45
Figura 26. idem, p.41	45
Figura 27. idem, p.46	46

Figura 28. In MOREIRA DA SILVA, Rosa Fernanda, <i>Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas</i> . In <i>Estudos Contemporâneos, Comunidades Rurais- Estudos Interdisciplinares</i> . Porto: [S.N.], 1983, p.42	47
Figura 29. idem, p.91	48
Figura 30. idem, p.91	48
Figura 31. In COLE, Sally, <i>Mulheres da Praia: o trabalho e a vida numa comunidade Costeira Portuguesa</i> . 1ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994. (Portugal de Perto). Vol. 31, p.23	49
Figura 32. idem, p.31	49
Figura 33. Fotografia da autora	51
Figura 34. Fotografia da autora	51
Figura 35. Fotografia da autora	57
Figura 36. Fotografia da autora	57
Figura 38. Fotografia da autora	58
Figura 39. Fotografia da autora	59
Figura 40. Fotografia da autora	59
Figura 41. Fotografia da autora	59
Figura 44. Fotografia da autora	61
Figura 45. baseado em Cartografia Militar do Exército do Instituto Geográfico do Exército	63
Figura 46. Fotografia da autora	63
Figura 47. Fotografia da autora	66
Figura 48. Fotografia da autora	66
Figura 50. Fotografia da autora	68
Figura 51. Fotografia da autora	68
Figura 52. Fotografia da autora	68
Figura 53. Fotografia da autora	69
Figura 54. Fotografia da autora	69
Figura 55. Fotografia da autora	70
Figura 56. Fotografia da autora	70

Figura 57. Fotografia da autora	70
Figura 58. Fotografia da autora	70
Figura 65. Fotografia da autora	78
Figura 66. Fotografia da autora	78
Figura 68. Fotografia da autora	79
Figura 69. Fotografia da autora	80
Figura 70. Fotografia da autora	80
Figura 71. Fotografia da autora	81
Figura 72. Fotografia da autora	81
Figura 73. Fotografia da autora	81
Figura 74. Fotografia da autora	82
Figura 78. Fotografia da autora	83
Figura 81. Fotografia da autora	84
Figura 82. Fotografia da autora	84
Figura 83. Fotografia da autora	84
Figura 84. Fotografia da autora	84
Figura 85. Fotografia da autora	84
Figura 86. Fotografia da autora	84
Figura 87. Fotografia da autora	84
Figura 88. Fotografia da autora	84
Figura 89. Fotografia da autora	84
Figura 90. Fotografia da autora	84
Figura 98. Fotografia da autora	94
Figura 100. Fotografia da autora	95
Figura 105. Fotografia da autora	101
Figura 107. Fotografia da autora	101
Figura 112. Fotografia da autora	104
Figura 113. Fotografia da autora	104
Figura 114. Fotografia da autora	104

Figura 118. Fotografia da autora	108
Figura 119. Fotografia da autora	108
Figura 120. Fotografia da autora	108
Figura 121. Fotografia da autora	109
Figura 122. Fotografia da autora	109
Figura 123. Fotografia da autora	110
Figura 124. Fotografia da autora	110
Figura 125. Fotografia da autora	110
Figura 126. Fotografia da autora	114
Figura 127. Fotografia da autora	114
Figura 128. Fotografia da autora	115
Figura 129. Fotografia da autora	115
Figura 130. Fotografia da autora	116
Figura 131. Fotografia da autora	116
Figura 132. Fotografia da autora	116